

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

MICHELLE FERNANDES LIMA

**ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE ÁLVARO BORGES VIEIRA PINTO PARA
O DEBATE SOBRE A REFORMA DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA**

CURITIBA

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

MICHELLE FERNANDES LIMA

**ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE ÁLVARO BORGES VIEIRA PINTO PARA
O DEBATE SOBRE A REFORMA DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação, área de concentração: Políticas e gestão da educação da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em educação, sob orientação da Professora Dra. Regina Maria Michelotto.

CURITIBA

2013



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



PARECER

Defesa de Tese de **MICHELLE FERNANDES LIMA** para obtenção do Título de DOUTORA EM EDUCAÇÃO. Os abaixo assinados: DR^a REGINA MARIA MICHELOTTO (Presidenta), DR^a MARIA DE LOURDES DE ALBUQUERQUE FAVERO, DR. MÁRIO LUIZ NEVES DE AZEVEDO, DR^a ANITA HELENA SCHLESENER e DR^a MARIA AMÉLIA SABBAG ZANKO (Membros Titulares) arguíram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Tese: "ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE ÁLVARO BORGES VIEIRA PINTO PARA O DEBATE SOBRE A REFORMA DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA".

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de DOUTORA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
DR ^a REGINA MARIA MICHELOTTO		Aprovada
DR ^a MARIA DE LOURDES DE ALBUQUERQUE FAVERO		Aprovada
DR. MÁRIO LUIZ NEVES DE AZEVEDO		Aprovada
DR ^a ANITA HELENA SCHLESENER		aprovada
DR ^a MARIA AMÉLIA SABBAG ZANKO		Aprovada

Curitiba, 28 de novembro de 2013.

Prof^a Dr^a Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação

Prof^a. Dra. Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação
Matrícula: 125750

Catálogo na publicação
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Lima, Michelle Fernandes

Atualidade do pensamento de Álvaro Borges Vieira Pinto para o debate sobre a reforma da universidade brasileira / Michelle Fernandes Lima – Curitiba, 2013.

162 f.

Orientadora: Profª. Drª. Regina Maria Michelotto

Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

1. Universidades e faculdades. 2. Pinto, Álvaro Borges, 1909.
3. Ensino Superior - História - Brasil. I.Título.

CDD 378.981

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela graça da cura e por me sustentar em todos os momentos de dor e desesperança.

Aos meus filhos Leonardo e Gustavo que sempre me motivaram a continuar, fonte de inspiração e força. À minha mãe que sempre esteve do meu lado, me ajudando em todos os aspectos.

À minha família, pelo carinho e pela participação em todos os momentos da vida, especialmente minha irmã Priscilla, que esteve do meu lado num dos momentos mais difíceis da minha vida.

À minha orientadora Regina Maria Michelotto, pela orientação, amizade, compreensão e carinho durante todo o processo. Fui presenteada ao tê-la como orientadora e amiga.

À professora Maria Amélia pela oportunidade de participar e aprender no projeto “Observatório da Educação Superior” , e pelo apoio financeiro.

Aos professores da banca: Maria Amélia Zabbag Zainko, Maria de Lourdes Albuquerque Fávero, Mário Luiz Neves Azevedo, Anita Helena Schlesener, pelas sugestões, correções e também pelo carinho e compreensão devido à luta que travei.

À minha amiga Ana Priscila pelo apoio e pela amizade construída durante as diversas viagens que fizemos.

Às minhas amigas Alessandra e Neide por todo apoio, força e sugestões para elaboração do trabalho.

Aos amigos do projeto do Observatório da Educação Superior pelas experiências compartilhadas.

Aos meus amigos de estudos, viagens e dificuldades: Diana, Isabelli, Odilon, Mari, Arleandra, Jandi, Ana Priscila, Cléa, Amailson, Thaís, Mariulce.

Aos padrinhos Neusa e Garcia pelo carinho, apoio e hospedagem.

A todos que acreditam numa sociedade e educação para além do capital.

A Deus pela segunda oportunidade de vida.

Aos meus filhos Gustavo e Leonardo

*“Na desvalorização do passado está implícita uma
justificativa da nulidade do presente”
Antonio Gramsci*

Lima, Michelle Fernandes. *Atualidade do pensamento de Álvaro Borges Vieira Pinto para o debate sobre a reforma da universidade brasileira*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo recuperar a produção e participação de Álvaro Borges Vieira Pinto (1909-1987) no debate sobre a reforma universitária da década de 1960, como uma possibilidade de análise para discussões atuais sobre a reforma da educação superior no Brasil. A opção pelo estudo do pensamento político desse autor nas discussões acerca dos rumos da universidade na década de 1960 se deu por ter ele sido um dos membros ativos do processo das discussões sobre a Reforma Universitária, defendendo, juntamente com a União Nacional dos Estudantes (UNE), a proposta de uma universidade inovadora que propusesse soluções na direção de uma sociedade socialista. Nossa tese é que suas idéias são válidas e necessárias para o debate sobre a democratização da universidade, que ainda não foi concretizada, até porque a organização da sociedade brasileira está em desacordo com elas. Vieira Pinto afirmava, na década de 1960, que o problema da universidade brasileira estava relacionado aos que nela não podiam ingressar. Sua posição fica explícita no livro *A questão da universidade* (1962), publicado pela UNE (União Nacional dos Estudantes), que foi utilizado nesta pesquisa como objeto central de estudo. Buscamos realizar uma leitura dialética sobre a atualidade do pensamento de Vieira Pinto em relação à universidade e sua reforma. Para tal tarefa consideramos os seguintes elementos na investigação: as bases de sua formação intelectual, sua atuação no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), sua participação ativa no debate pelas reformas de base na década de 1960, as diferentes preocupações e mudanças que foram ocorrendo em seu pensamento relacionadas à conjuntura e sua atuação no debate sobre os rumos do Brasil, desde 1945. Ao término da investigação, verificamos que a proposta de Álvaro Vieira Pinto para a universidade e sua reforma, mesmo circunscrita aos limites e contradições do capital, na década de 1960, nos permite observar que muitas lutas ainda permanecem. Esse pensador defendeu, como proposição central, a reforma dos conteúdos de classe na universidade. Considera que não se trata de “reformá-la” ou “mudá-la de forma”, mas sim de se criar um “reconteúdo” que possibilite às “massas” o ingresso ao domínio da cultura, a serviço dos seus próprios interesses.

Palavras-chave: Álvaro Vieira Pinto; Universidade; Reforma Universitária,

ABSTRACT

Lima, Michelle Fernandes. The topicality of the thought of Álvaro Borges Vieira Pinto to the debate on the Brazilian university reform. Doctorate thesis. Post graduation program in education. Federal University of Paraná, Curitiba, Paraná.

This research had as objective to recuperate the production and participation of Álvaro Borges Vieira Pinto (1909-1987) in the debate on the university reform of the 1960s as a possibility of analysis to the current discussion on the superior education reform in Brazil. The option for the study of this author's political thought on the discussions about the routes of the university in the 1960s occurred because he had been one of the active members of the process of the University Reform discussions, defending, jointly with the Students's National Union (UNE), the proposal of a innovative university which would propose solutions in the direction of a socialist society. Our thesis is that his ideas are valid and necessary to the debate on the university democratization, which hasn't been concretized yet, even because the organization of the Brazilian society is in disagreement with them. Vieira Pinto claimed, in the 1960s, that the Brazilian university problem was related to those in which, in it, couldn't ingress. His position is explicit in the book "The question of the university" (*A questão da universidade, 1962*) published by the UNE (Students's National Union), which was utilized in this research as central object of study. We sought to accomplish a dialectic reading on the topicality of Vieira Pinto's thought in relation to the university and its reform. To such task we considered the following elements in the investigation: the bases of his intellectual formation, his performance in the Superior Institute of Brazilian Studies (ISEB), his active participation in the debate for the base reforms in the 1960s, the different preoccupations and changes that were occurring in his thought related to the conjuncture and his performance in the debate about the routes of Brazil, since 1945. At the ending of the investigation we verified that the proposal of Álvaro Vieira Pinto to the university and its reform, even circumscribed to the limits and contradictions of the capital, in the 1960s, allow us to observe that many fights yet remain. This author defended, as central proposition, the reform of the contents of class in the university. Considers that is not about "reforming it" or "changing its form" but rather creating a "recontent" that enables to the "masses" the ingress to the culture domain to serve their own interests.

Key words: Álvaro Vieira Pinto; University; University Reform.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	ASPECTOS METODOLÓGICOS: CONTRIBUIÇÕES DE ANTONIO GRAMSCI PARA O ESTUDO DO PENSAMENTO E AÇÃO DE ÁLVARO VIEIRA PINTO.....	16
2	A FORMAÇÃO E AS BASES DO PENSAMENTO DE ÁLVARO VIEIRA PINTO NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	31
2.1	AS BASES CATÓLICAS E INTEGRALISTAS DO PENSAMENTO DE ÁLVARO VIEIRA PINTO.....	31
2.2	ÁLVARO VIEIRA PINTO NO DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA DO INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS (1955 A 1961).....	41
3	A ATUAÇÃO DE ÁLVARO VIEIRA PINTO NA DIREÇÃO DO ISEB (1961 a 1964).....	62
3.1	ÁLVARO VIEIRA PINTO NA ESQUERDA BRASILEIRA (1961-1964).....	62
3.2	A PRODUÇÃO DE ÁLVARO VIEIRA PINTO NA DIREÇÃO DO ISEB: BASES ESQUERDISTAS.....	73
4	ÁLVARO VIEIRA PINTO: O DEBATE DA REFORMA UNIVERSITÁRIA DA DÉCADA DE 1960 E AS CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE MILITAR	85
4.1	O MOVIMENTO PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA NA DÉCADA DE 1960.....	87
4.2	A UNE (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES).....	100
4.3	A QUESTÃO DA UNIVERSIDADE.....	106
4.3.1	A democratização da universidade.....	131
4.4	A AÇÃO E PRODUÇÃO DE VIEIRA PINTO PÓS-GOLPE MILITAR.....	136
5	CONCLUSÕES.....	148
6	REFERÊNCIAS.....	153

1 INTRODUÇÃO

Começar é sempre um desafio no processo de elaboração da pesquisa; lembremos das lições de Marx quando diz que o método de exposição se difere do processo investigativo. Sintetizar e expor de maneira clara ao leitor um estudo realizado é a tarefa que aqui iniciamos. A tese que está sendo defendida trata da atualidade do pensamento político de Álvaro Borges Vieira Pinto (1909-1987) no que se refere à reforma da universidade brasileira.

Essa tese foi pensada com o intuito de recuperar a produção e participação de Vieira Pinto no debate sobre a reforma universitária da década de 1960, como uma possibilidade de análise para discussões atuais sobre a reforma da educação superior no Brasil, iniciada com o Decreto de 20 de outubro de 2003¹. Esse processo de alteração da educação superior foi e ainda é pautado por uma série de medidas implementadas a partir desse ano.

O estudo está vinculado à linha de pesquisa: Políticas e Gestão da Educação², e parte inicialmente da preocupação de compreender as continuidades e rupturas observadas no cenário das instituições universitárias brasileiras. No decorrer da história, a educação superior é caracterizada por inúmeras mudanças, tanto no que se refere à sua concepção como à sua forma de organização. Essa preocupação inicial nos motivou a realizar um estudo que pudesse contribuir com o debate sobre os rumos da universidade brasileira na atualidade.

Em pesquisa anterior sobre o pensamento e ação de *Roque Spencer Maciel de Barros*³ no debate sobre a Reforma Universitária de 1968, pudemos observar a riqueza desse processo, e a necessidade de aprofundar o estudo acerca das demais propostas para a universidade brasileira. Esse pensador foi um

¹ Este decreto Instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES. Para saber mais ver: <http://www.sintunesp.org.br/refuniv/GT-Interministerial%20-%20Estudo.htm>

² Linha de pesquisa do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná.

³ Dissertação defendida no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, sob a orientação da Professora Dra. Maria Rosemary Coimbra Campos Sheen (*in memoriam*) em março de 2005.

dos membros do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), influenciando de maneira marcante os ideais que fundamentaram a Lei n.º. 5540/68, que alterou a organização das universidades brasileiras. Ao término daquele estudo pudemos constatar que a política educacional, quando se apresenta em forma de leis e decretos, revela os conflitos e os diferentes projetos societários presentes no debate travado na sociedade civil. Roque Spencer Maciel de Barros foi representante do grupo dos liberais, que defendiam o aspecto ético e filosófico desta doutrina, mas não questionavam os limites da efetivação da liberdade na sociedade burguesa.

No entanto, outros pensadores e projetos societários também ganharam destaque. Na década de 1960 foram várias as tendências teóricas e políticas que se defrontaram no encaminhamento das questões relativas ao ensino universitário no Brasil e, especialmente, na apresentação de projetos voltados para a reformulação da Universidade. Veiga (1982) explicita que um deles tinha como propósito a defesa de uma universidade inovadora que propusesse soluções na direção de uma sociedade socialista. Os principais representantes desse grupo foram a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o filósofo **Álvaro Borges Vieira Pinto** (1909-1987).

Nessa direção, optamos pelo estudo do pensamento político desse autor nas discussões acerca dos rumos da universidade na década de 1960. Essa escolha se deu, por ter ele sido um dos membros ativos do processo das discussões da Reforma Universitária e por ter participado da criação da proposta “radical”, uma das três que surgiram nesse período. As *propostas radicais*⁴, apresentadas pela (UNE), dividiram-se em duas versões: uma reformista, mais característica das formulações iniciais, de crítica aguda ao caráter discriminatório do ensino superior e comprometida com o nacional desenvolvimentismo. E a segunda, identificada como pré-revolucionária, principalmente a partir de 1962, visava a alterar a composição de classe da universidade brasileira e a transformá-la em espaço capaz de ação a favor dos grupos subalternos.

⁴ Termo apresentado por Laura da Veiga (1982).

A posição de Vieira Pinto fica explícita, no livro *A questão da universidade* (1962), publicado pela UNE (União Nacional dos Estudantes), que foi utilizado nesta pesquisa como o objeto central de estudo.

Recuperar o movimento em prol da Reforma Universitária na década de 1960, por meio dos escritos e das ações de Álvaro Vieira Pinto, pode possibilitar uma reflexão sobre as lutas em torno da questão da Universidade, num momento fundamental de sua história e recolocar o problema das relações entre universidade e sociedade. E, em conseqüência, apontar a necessidade de se pensar os rumos dessa instituição, na atualidade.

No processo inicial de investigação buscamos mapear os estudos realizados sobre a Reforma Universitária e sobre o pensamento de Álvaro Vieira Pinto, com o intuito de identificar as principais temáticas e resultados dessas pesquisas. O levantamento foi realizado no Banco de Teses e no Portal de Periódicos da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), no ano de 2012 a partir dos descritores: **Reforma Universitária e Álvaro Vieira Pinto**. Após esse levantamento e leitura dos resumos, apontamos os seguintes questionamentos: Que temáticas e objetivos foram contemplados nas pesquisas sobre a Reforma Universitária? Que resultados são explicitados? A partir disso, os trabalhos sobre a Reforma Universitária foram sistematizados em três grupos. O **primeiro** trata das pesquisas sobre o movimento por essa reforma e os diferentes atores que participaram dessa discussão, bem como sobre o processo de implantação da Lei n.º. 5540 de 1968. No **segundo** grupo localizamos as pesquisas que tratam dos efeitos e conseqüências dessa lei. Os temas abordados tratam do processo de expansão do ensino superior privado no Brasil a partir da Reforma Universitária de 1968 e o estudo de instituições, observando as mudanças no que se refere ao vestibular e ao processo de reestruturação das universidades federais. No **terceiro** grupo selecionamos as pesquisas que buscam a compreensão da reforma da universidade brasileira na atualidade, no qual observamos que as principais temáticas recaem sobre a compreensão dos diferentes projetos em disputa nesse processo, a influência neoliberal e a questão da democratização.

Constatamos que as pesquisas sobre Álvaro Vieira Pinto não contemplam, em geral, o pensamento do autor em relação à Universidade ou à sua reforma. Duas são do campo da educação e duas na área da ciência política e da sociologia, nenhuma especificamente sobre a universidade e a reforma.

O levantamento realizado nos mostrou algo já observado no processo de elaboração do projeto de pesquisa: os estudos referentes ao pensamento de Álvaro Vieira Pinto buscaram a compreensão desse autor sobre alguns conceitos marcantes no seu pensamento, como: consciência e realidade nacional, cultura, o conceito de massas e subdesenvolvimento, entre outros temas. Situados no campo da sociologia, foram leituras de extrema importância para clarear nosso objeto e verificarmos as diferentes interpretações sobre o autor.

Leituras diversas já foram realizadas sobre esse pensador. Destacamos aqui os trabalhos de Martini (2008), Melo (2001), Freitas (1997) e Fáveri (2006), Roux (1990)⁵ entre outros que buscamos conhecer no processo de investigação.

A obra de Vieira Pinto é ampla e complexa, oferecendo muitas questões a serem investigadas. Concordamos com Gadotti (1990, p.03) que a considera não como uma “referência do passado, ligada apenas ao período desenvolvimentista”. Não almejamos, nesta pesquisa, tratar de todos os elementos que compõem a produção desse importante filósofo brasileiro, mas identificar suas posições acerca da universidade e sua reforma.

Alguns leitores podem questionar: como um pensador que atuou e escreveu nas décadas de 1950 a 1980, pode ser atual para análise do debate sobre a reforma universitária? Nossa tese é que suas idéias são válidas e

⁵ MARTINI, R. R (2008). **Álvaro Vieira Pinto: massas, nacionalismo e cultura na realidade social**. Doutorado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araraquara – Sociologia. Biblioteca Depositária: Faculdade de Ciências e Letras.

MELO, N. C. G (2001). **Esperança e Democracia. As Idéias de Álvaro Vieira Pinto**. Doutorado. Instituto Universitário De Pesquisa Do Rio De Janeiro - Ciência Política (Ciência Política E Sociologia). Biblioteca Depositária: IUPERJ.

FREITAS, M. C. (1997). **A Personagem Histórica e sua Trama: Álvaro Vieira Pinto na História Intelectual da Revolução Brasileira**. Doutorado. Pontifícia Universidade Católica De São Paulo – Educação. Biblioteca Depositária: PUC – SP.

FAVERI, J. E (2006). **Álvaro Vieira Pinto: trajetória, filosofia e contribuições à educação libertadora. 01/10/2006**. 1v. 366p. Doutorado. Universidade Federal de São Carlos – Educação. Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitária da UFSCar.

ROUX, Jorge. **Álvaro Vieira Pinto: nacionalismo e terceiro mundo**. São Paulo: Editora Cortez, 1990.

necessárias para o debate sobre a democratização da universidade. E ainda não foram concretizadas, até porque a organização da sociedade brasileira está em desacordo com elas.

Uma universidade democrática é aquela à qual todos podem ter acesso, permanecer e concluir com a qualidade o curso desejado. Por esse motivo Vieira Pinto afirmava, na década de 1960, que o problema da universidade brasileira estava relacionado aos que “nela não podem ingressar”.

Traçamos o seguinte caminho para expor os resultados desta pesquisa: como item inicial e parte dessa introdução apresentamos os aspectos metodológicos, a partir da reflexão sobre as contribuições de Antonio Gramsci para o nosso objeto de estudo. Como se pretende analisar a atualidade do pensamento de um autor, buscou-se em Gramsci a metodologia usada para o estudo da obra de Croce e Maquiavel.

Ao se considerar importante a contribuição de Vieira Pinto para a universidade, há que se recuperar a trajetória científica de tal pensador, o movimento e evolução de suas idéias, que foram provocadas principalmente por um contexto político dinâmico e agitado.

No primeiro capítulo analisamos a formação e as bases do seu pensamento, destacando a influência católica e integralista das idéias de Vieira Pinto, bem como sua atuação no Departamento de Filosofia do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) no período de 1955 a 1961. Nessa fase foi acontecendo, gradativamente, seu afastamento dos princípios católicos e integralistas e a crescente preocupação sobre a necessidade de um projeto nacional e também de universidade.

No segundo capítulo priorizamos a última fase de atuação do ISEB (1961-1964) sob a direção de Vieira Pinto. Foi nesse período que o pensador participou das discussões acerca da Reforma Universitária e das demais reformas de base, pautas em destaque naquele contexto, aproximando sua reflexão do pensamento da esquerda. Foi quando produziu importantes obras, dentre elas “A Questão da Universidade” e “Porque os ricos não fazem greve” da coleção Cadernos do Povo Brasileiro.

No terceiro capítulo nos dedicamos ao estudo da proposta de Álvaro Vieira Pinto para a universidade brasileira na década de 1960, expressa na obra “A Questão da Universidade”, fonte principal de análise desse capítulo e da investigação. No primeiro item tratamos do movimento pela reforma universitária; após, destacamos a atuação dos estudantes, pois as idéias de Vieira Pinto inspiraram muitas pautas defendidas pela UNE. No terceiro item, analisamos a obra “A Questão da Universidade” de 1962, da qual elencamos os seguintes aspectos: o papel dos estudantes, dos professores e a discussão sobre a democratização da universidade, aspecto marcante na proposta defendida por Vieira Pinto. E destacamos as conseqüências do golpe militar na produção do autor.

Pretendemos na conclusão reafirmar a tese sobre a atualidade do pensamento de Vieira Pinto para a democratização da universidade.

1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA: CONTRIBUIÇÕES DE ANTONIO GRAMSCI PARA O ESTUDO DO PENSAMENTO E AÇÃO DE ÁLVARO VIEIRA PINTO

Na pesquisa realizada no mestrado, buscamos analisar o pensamento de Roque Spencer Maciel de Barros numa abordagem histórica, ou seja, traçamos a trajetória intelectual do autor tendo como eixo central a análise do seu pensamento como expressão de uma época. É importante salientar que nem sempre o que os homens de um determinado período histórico disseram e pensaram corresponde à realidade efetiva desse período. É preciso confrontar essas formulações teóricas com a concretude da vida material e social desses homens. Antonio Gramsci nos oferece um caminho metodológico que pode nos auxiliar nessa intenção de compreender as formulações e concepções de um autor, a partir de uma visão historicista.

Conceber a realidade como algo em movimento, que existe independentemente da vontade, exige do pesquisador pensar o objeto de estudo

como síntese de múltiplas determinações (MARX, 1983, 218)⁶. Temos claro, que os limites e as dificuldades para realizar uma pesquisa nessa perspectiva são grandes; no entanto, consideramos essa tarefa um exercício desafiador. Durante as disciplinas cursadas no doutorado, muitas reflexões foram direcionadas para a questão do método. Um desafio metodológico que nos incomoda é a dificuldade de articular a matriz teórica e os dados coletados na pesquisa, ou seja, apreender a especificidade do objeto sem perder de vista seus aspectos conceituais e históricos. Um outro ponto observado é o risco que o pesquisador corre ao aderir a uma corrente teórica, de não realizar a análise de forma coerente com os pressupostos da teoria anunciada. Estamos cientes de que corremos esses riscos, pois, analisar um determinado objeto de estudo, considerando a totalidade e a contradição, é uma tarefa complexa. Seria mais simples, a partir do problema levantado na pesquisa, descrever as concepções de Vieira Pinto em relação à Universidade ou elaborar uma biografia, sem considerar as contradições da época ou da vida do autor. No entanto, durante o processo de elaboração do projeto e da investigação, duas questões foram pensadas, fruto dos estudos realizados em nosso processo de formação acadêmica: *Como realizar uma investigação sem perder de vista as especificidades do objeto e ao mesmo tempo explicá-lo à luz das diferentes determinações que o compõem? Que caminhos podemos trilhar para estudar o pensamento de um autor, tendo como referência metodológica as lições de Antonio Gramsci?*

Compreendemos que não há um caminho fechado que deva ser seguido, mas pressupostos que podem guiar a investigação e a apreensão do objeto nas suas múltiplas determinações, ou seja, faz-se necessário um olhar comprometido com o desvelamento do real, no qual o critério de verdade é a prática social dos homens de um determinado momento histórico.

Os pressupostos que vão guiar a investigação estão pautados na filosofia da práxis. Michelotto (2009, p. 352-353) apoiada em Löwy e Gramsci, considera que:

⁶ A questão do concreto como síntese de múltiplas determinações está em Marx: “O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade (MARX, 1983, 218)”.

A Filosofia da Práxis apresenta, metodologicamente, uma complexidade, já que nela a contradição não é descartada, pelo contrário, é considerada e analisada como uma das categorias essenciais da organização social capitalista. De fato, a maior vantagem de tal filosofia, segundo LÖWY, está no argumento gramsciano de que, diferentemente das outras que, visando a consolidar interesses contraditórios, têm historicidade curta, “porque após algum tempo as contradições aparecem à superfície e se tornam irreconciliáveis, a filosofia da práxis, pelo contrário, é precisamente a teoria das contradições, que ela assume integralmente” (1994, p. 136).

Partindo da ideia de contradição e da compreensão dessa complexidade que é vida real, buscamos em Gramsci os elementos metodológicos para a realização dessa tarefa que é a presente pesquisa. Esse pensador explica que a filosofia da práxis “[...] é a concepção **historicista** da realidade que se libertou de todo o resíduo de transcendência e de teologia até mesmo em sua última encarnação especulativa” (GRAMSCI, 2006, p.297-298, grifo nosso).

Gramsci, no caderno 13 escrito no cárcere, quando trata do pensamento de Maquiavel, especialmente no que se refere à ciência política, explica que a “inovação” essencial introduzida pela filosofia da práxis na ciência política a partir da história é:

[...] a demonstração de que não existe uma “natureza humana” abstrata, fixa e imutável (conceito que certamente deriva do pensamento religioso e da transcendência), mas que a natureza humana é o conjunto das relações sociais historicamente determinadas, ou seja, um fato histórico verificável, dentro de certos limites, com os **métodos da filologia e da crítica**. Portanto, a ciência política deve ser concebida em seu conteúdo concreto (GRAMSCI, 2011, p.56. Grifo nosso).

Com base nisso, buscamos analisar o autor que é nosso objeto de estudo, não como “natureza humana abstrata, fixa e imutável”, mas expressão da época em ele viveu.

Álvaro Vieira Pinto nasceu em 1909 em Campos, no Rio de Janeiro. Realizou seus estudos no Colégio Santo Inácio, em Botafogo. Formou-se em Medicina na Faculdade Nacional, mesmo passando por dificuldades econômicas para concluir seus estudos. Além de desenvolver pesquisas nesse campo, formou-se em Física e Matemática pela Universidade do Distrito Federal.

A partir da indicação de Alceu Amoroso Lima começou a ministrar o curso de Lógica Matemática na extinta Faculdade de Filosofia. Cortes (2003, p.317) informa que Vieira Pinto manteve “estreitos laços intelectuais com filósofos e pensadores religiosos”, o que lhe possibilitou atuar como professor assistente na cadeira de História da Filosofia.

Como ele faleceu em 11 de junho de 1987 viveu um período de grandes agitações políticas no Brasil.

Mesmo consciente dos desafios que o referido caminho metodológico representa, optamos por “correr esse risco” de afirmar os pressupostos teóricos e metodológicos que conduzirão nossa análise, ou seja, os princípios da “dialética” na concepção de Karl Marx e Antonio Gramsci. Essa opção está relacionada com a escolha do tema, que trata da atualidade do pensamento político de Álvaro Vieira Pinto, no que concerne às discussões acerca da democratização da universidade brasileira. Para analisar essa temática, entendemos que Gramsci oferece um método que pode ser observado e identificado principalmente nas obras em que estudou Croce e Maquiavel, que aqui foram destacadas.

A escolha do método de uma pesquisa está diretamente ligada ao seu conteúdo e aos seus objetivos. Gramsci tem como intuito, nas suas investigações, contribuir para a transformação social, um objetivo que busca a formação de uma sociedade dos trabalhadores. Ao tratar do método considera que:

[...] toda investigação tem seu método determinado e constrói uma ciência determinada, e que o método desenvolveu-se e foi elaborado conjuntamente ao desenvolvimento e à elaboração daquela determinada investigação e ciência, formando com ela um todo único. Acreditar que se pode fazer progredir uma investigação científica aplicando-lhe um método tipo, escolhido porque deu bons resultados em outra investigação ao qual estava relacionado, é um equívoco estranho que nada tem em comum com a ciência (GRAMSCI, 2006, p.122 e 123).

No entanto, esse autor (2006, p.123) explica que são necessários, ao pesquisador, determinados pré-requisitos:

[...] pode-se dizer que não é cientista quem demonstre escassa segurança em seus critérios particulares, quem não tenha uma plena inteligência dos conceitos utilizados, quem tenha escassa informação e conhecimento do estágio precedente dos problemas tratados, quem não

seja cauteloso em suas afirmações, quem não progrida de uma maneira necessária, mas sim arbitrária e sem concatenação, quem não saiba levar em conta as lacunas que existem nos conhecimentos já atingidos, mas as ignore e se contente com soluções ou nexos puramente verbais, ao invés de declarar que se trata de posições provisórias que poderão ser retomadas e desenvolvidas, etc.

Essa orientação é radical e rigorosa, e servirá de guia para os estudos do pensamento de Vieira Pinto. Tentamos levar em conta “as lacunas” existentes sobre o tema e considerar “posições provisórias que poderão ser retomadas e desenvolvidas”.

A obra de Karl Marx é a base da metodologia utilizada por Gramsci. Assim, sua análise pauta-se pela dialética. Araújo (2010, p.71) explica que “[...] o termo *dialética* provém do grego *dialetike* que deriva de *dialégomai*, significando a arte de dialogar. No sentido que hoje empregamos, a palavra dialética remonta a Hegel (1770-1831) [...]”.

Karl Marx, durante sua estada em Berlim (1837- 1841) teve contato com a filosofia de Hegel, participando ativamente do debate entre os dois grupos: hegelianos de esquerda e de direita. Marx estuda Hegel e recorreu às categorias hegelianas na produção de sua própria concepção de sociedade. Podemos perceber esta influência numa passagem escrita por ele: “[...] a mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede de modo algum, que ele tenha sido o primeiro a expor as suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. É necessário invertê-la, para descobrir o cerne racional do invólucro místico [...] (MARX, 1982, p.21)”. Desta forma, Marx supera a filosofia hegeliana ao fazer a inversão de que as idéias precedem o real. Sobre esta superação, Marx explica que:

meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo de pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de idéia – é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado (1873, p.16. Posfácio da 2ª edição do Capital).

Realizar uma leitura dialética sobre a atualidade do pensamento de Vieira Pinto em relação à universidade e sua reforma implica considerar: as bases de sua formação intelectual, sua atuação no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) como diretor de departamento de Filosofia, sua participação ativa no debate pelas reformas de base na década de 1960, as diferentes preocupações e mudanças que foram ocorrendo em seu pensamento relacionadas com a conjuntura e sua atuação no debate sobre os rumos do Brasil desde 1945.

Essa leitura dialética parte da concepção materialista de Marx, que traz em seu alicerce uma ideia da relação do homem com a natureza, pois, embora o homem seja um ser natural, não se confunde com ela; diferencia-se e a altera conscientemente segundo suas necessidades e, nesse processo, se faz homem. Partindo desses pressupostos o homem não é mero espectador e sim ator nas relações sociais. Assim Álvaro Vieira Pinto foi ator em sua época.

Antonio Gramsci, a partir das especificidades da produção intelectual de seu tempo, como o pensamento de Croce e Maquiavel, e das condições materiais, analisou a realidade numa visão historicista e dialética. Mas o que seria essa proposição historicista? Essa questão é fundamental para compreender os aspectos metodológicos necessários para o estudo do pensamento de um autor.

Bobbio (1995, p.583) explica que a tendência historicista “de maior relevo no contexto político é a que tem por fundamento o materialismo histórico, cujas implicações políticas são diametralmente opostas às do Historicismo de origem romântica”. O historicismo, no materialismo histórico, exclui os elementos idealistas e concebe o desenvolvimento como “[...] processo de revolucionamento ininterrupto de todos os aspectos da vida coletiva humana, cuja força motriz fundamental é constituída pela evolução do modo de produção [...] (BOBBIO, 1995, p. 584)”.

Vieira (1993, p.19), explica que o historicismo de Gramsci: “[...] é uma expressão teórica que busca sistematizar a lógica inerente ao processo histórico real, ao contrário das teorias que compreendem o real como ilustração da sua lógica”.

Para Nosella e Buffa (2002, p.75) o historicismo “não é o etapismo abstrato, nem o estudo do particular por ele mesmo, curioso, folclórico. Não é, ainda, o estudo do particular concreto descrito apenas empírica e superficialmente [...] Para o historicismo, Marx estuda a produção material da Europa do século XIX e Gramsci estuda, molecularmente, o tecido social da Itália da primeira metade do século XX”. Álvaro Vieira Pinto se dedica às movimentações políticas brasileiras do seu tempo e cabe a esta pesquisa analisar seu pensamento historicamente.

O historicismo de Gramsci pode ser observado na análise sobre Croce e Maquiavel. O método fica evidenciado quando ele considera que os números são “simples valor instrumental” e as opiniões e as ideias não possuem peso igual. Ao contrário, nas palavras de Gramsci (2011, p.82): “[...] As ideias e as opiniões não “nascem” espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: tiveram um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão, houve um grupo de homens ou até mesmo uma individualidade que as elaborou e apresentou na forma política de atualidade”.

É importante ter claro que as ideias de Vieira Pinto também “não nasceram espontaneamente em seu cérebro”. Em suas obras é possível perceber a trajetória do seu pensamento e os grupos e intelectuais que o influenciaram, no contexto da política brasileira. Por esse motivo, é fundamental considerarmos o conjunto de suas obras no decorrer do tempo histórico, e não somente seu pensamento sobre a universidade.

A partir de sua entrada no ISEB em 1955, Álvaro escreveu e publicou as obras de grande repercussão no país:

- ✓ Em 1956: **Ideologia e desenvolvimento nacional**, resultado de uma aula inaugural do ISEB;
- ✓ Em 1960 e 1961: **Consciência e realidade nacional** (dois volumes), obra alvo de muitos estudos e interpretações críticas;
- ✓ Em 1962: “**A questão da universidade**” e “**Por que os ricos não fazem greve?**”. O primeiro publicado pela Editora Universitária a pedido da União Nacional dos Estudantes e o segundo como um dos títulos da Coleção Cadernos do Povo Brasileiro;

- ✓ Em 1963: o artigo: “**Indicações Metodológicas para a definição do subdesenvolvimento**”;

Com o Golpe de 1964, o ISEB foi extinto. Vieira se refugiou com sua esposa no interior de Minas Gerais, e em setembro de 1964 “[...] ajudado por Ênio Silveira, pediu formalmente asilo na Iugoslávia (CORTES, 2003, p.322)”. Após um ano sem trabalho foi para o Chile e nesse período escreveu para o Centro Latino-Americano de Demografia (órgão da ONU) a obra “ *El pensamiento crítico en demografia*”. Ainda no Chile retomou suas atividades docentes, com o curso que mais tarde resultaria no livro *Ciência e Existência*, publicado no Brasil em 1969. Retornou para o Brasil em 1968 no auge da perseguição política, as vésperas do AI-5. Saviani (1999, p.46) informa que após esse período Vieira Pinto: “[...] se recolheu ao seu apartamento no Rio de Janeiro, vivendo ao lado de sua esposa, Maria Aparecida Fernandes Vieira Pinto, que havia conhecido no ISEB, do qual ela fora a primeira funcionária, responsável pelos serviços de secretaria. Nesse seu refúgio, ele se dedicou exclusivamente à incansável tarefa de redigir os manuscritos de um conjunto de obras até agora inéditas”.

Nos anos 1970, traduziu obras de autores consagrados como Arnold Toynbee, George Lukács, Noam Chomsky e Claude Lévi-Strauss, para a Editora Vozes, assinando sob diferentes pseudônimos. Em 1982, o livro *Sete lições para a educação de jovens e adultos* foi publicado, como resultado das aulas ministradas no Chile em 1966. Tem-se aí o quadro de onde estão publicadas as ideias de Vieira Pinto.

A partir dessas reflexões, buscamos, nas análises de Gramsci sobre Maquiavel e Croce, pontos de referência para a metodologia de estudo para o pensamento do nosso autor. Vale mencionar que as lições metodológicas de Gramsci são inúmeras e de grande riqueza para pensarmos o objeto de estudo. Buscamos identificar os pontos de referência por ele utilizados, que podem orientar a investigação sobre a posição política de Vieira Pinto em relação à Universidade e sua reforma, assim como as contribuições do seu pensamento

para esse debate. Vejamos como Gramsci pode nos orientar com sua metodologia de análise:

No caderno escrito no cárcere, que recebeu o número 10, analisa o pensamento de Benedetto Croce⁷ (1866-1952), e apresenta aspectos metodológicos importantes. A exposição de Gramsci é organizada em duas partes: na primeira o autor prioriza doze pontos de referência para a compreensão do pensamento de Croce. Pudemos perceber que Gramsci realizou um profundo estudo de suas obras⁸. Muito embora ele não as apresente numa ordem cronológica, deixa claro que é fundamental identificarmos os diferentes problemas assumidos pelo pensador ao longo de sua elaboração intelectual.

Os pontos de referência apresentados por Gramsci são analisados e discutidos sem dissociar obra, contexto e visão dos intérpretes de Croce. Tais pontos principais são: a atitude de Croce durante a primeira guerra mundial, Croce como líder intelectual, Croce de 1912 a 1932, os elementos da popularidade de Croce, Croce e a religião, Croce e a tradição italiana, o significado da fórmula “história ético-política”, teologia e especulação, a História da Europa vista como “revolução passiva”, a questão da liberdade, filosofia da práxis e a concepção da história.

No que se refere à revolução passiva, Schlesener (2005, p.61) alerta que Gramsci concebe dialeticamente a relação entre “guerra de posições”, que o autor relaciona com o conceito de revolução passiva, e “guerra de movimento”:

a dialética entre conservação e inovação que permeia o conceito de “revolução passiva” e que, na linguagem moderna pode traduzir-se em “reformismo” assumido como programa, é um mecanismo político das sociedades modernas [...]. A “guerra de posições” é uma estratégia ofensiva das classes trabalhadoras do ocidente para romper com as relações de hegemonia vigentes e realizar seu projeto socialista ... (GRAMSCI, 2006, p.300).

⁷ “O primeiro dos cadernos especiais, o 10, recebe do próprio Gramsci o título “A Filosofia de Benedetto Croce”: iniciado em 1932, só é concluído em 1935, sendo provavelmente (segundo Gerratana) o depositário das últimas notas carcerárias redigidas por nosso autor [...] (COUTINHO, 2006, p.15)”.

⁸ Materialismo storico ed economia marxistica (1900), L'Estetica come scienza dell'espressione e linguistica generale (1902), Logica come scienza del concetto puro (1909), Breviario di estetica (1912), Saggio sul Hegel (1912), Teoria e storia della storiografia (1917), Ultimi saggi (1935), La poesia (1936), La storia come pensiero e come azione (1938), Il carattere della filosofia moderna (1941), Filosofia e storiografia (1949).

Esse conceito torna-se importante para análise do período, do qual Vieira Pinto participou ativamente, em que o debate sobre a universidade visava, ao fim e ao cabo, à transformação social.

Gramsci, ao discutir as diferentes interfaces do pensamento de Croce, indica uma questão importante no processo investigativo: a análise reflexiva sobre a atuação de um determinado pensador. A ação do intelectual é analisada, considerando a problemática da época e suas interlocuções com os demais grupos sociais. Essa observação, ou lição metodológica buscaremos realizar quando tratarmos a posição de Vieira Pinto no debate dos rumos da sociedade brasileira, a partir da identificação das diferentes posições dos grupos de esquerda e direita nas décadas de 1950 e 1960.

Gramsci identifica uma nova fase no pensamento de Croce quando este “aprofunda sistematicamente os seus estudos de teoria da história e esta nova fase é representada pelo volume *Teoria e storia della storiografia* (p.286)”. Aponta algo significativo na biografia de Croce, ao considerar este pensador “um líder intelectual dos revisionistas”, que buscaram destruir o “materialismo histórico”, ou seja, apresentaram teorias historiográficas que se opunham à filosofia da práxis. Essa observação de Gramsci indica a necessidade de identificarmos, no pensamento de Vieira Pinto, possíveis “fases” ou mudanças ao longo de sua produção e sua relação com o contexto.

Gramsci busca analisar interfaces do pensamento de Croce. Destaca a posição dele sobre religião, que é entendida como “[...] uma concepção da realidade com uma moral conforme a esta concepção, apresentada em forma mitológica. Portanto, é religião toda filosofia, ou seja, toda concepção do mundo, na medida em que se tornou “fé” (GRAMSCI, 2006, p.289). Gramsci questiona essa posição e afirma, com visão historicista, que uma concepção de mundo não “[...] pode revelar-se capaz de impregnar toda uma sociedade e de transformar-se em “fé” a não ser quando demonstra ser capaz de substituir as concepções e fés precedentes em todos os graus da vida estatal (GRAMSCI, 2006, p.289)”. Como a filosofia de Croce havia sido estudada pelos católicos do grupo “neo-escolástico”, Gramsci apresenta a visão de intérpretes de Croce, em relação à religião. Suas

observações sobre as mudanças e continuidades no pensamento de Croce, são essenciais para nosso estudo.

No que se refere ao pensamento de Vieira Pinto, é importante explicitar que, ao longo de sua trajetória intelectual, esse pensador assumiu posições diversas. Isso pode ser percebido pelas suas produções e até mesmo pelas interpretações já realizadas sobre ele. Podemos citar o trabalho de Marcos César Freitas intitulado “Álvaro Vieira Pinto: a personagem histórica e sua trama” (1998), que demonstrou o processo de continuidades e rupturas no pensamento de Vieira Pinto.

A contribuição metodológica de Gramsci apresenta pontos de referência sobre a obra de Croce e conduzem a algumas conclusões:

- ✓ Que o pensamento “historiográfico” de Croce deve ser estudado com atenção especial (p.305);
- ✓ Que uma perspectiva filosófica deve ser “criticada e avaliada” pelo o que é, não pelo o que poderia ser (p.306);
- ✓ Que o pensamento de Croce deve ser considerado pelo seu “valor instrumental” (p.306);

Ao explorar cada ponto de referência, o autor apresenta o posicionamento de Croce; na seqüência analisa-o, fazendo apontamentos históricos e filosóficos. Podemos apreender que é necessária, em um estudo, a observação das questões de “caráter cultural e moral” que interessavam o pensador, que problemas direta ou indiretamente o incomodavam e quais acreditava ser importante resolver.

Esse aspecto nos ajuda a organizar o processo de investigação e exposição dos estudos realizados sobre a contribuição política de Vieira Pinto.

Gramsci (2006, p.288) considera que: “[...] o pensamento filosófico não é concebido, portanto, como um desenvolvimento de pensamento a outro pensamento, mas como pensamento da realidade histórica [...]”. Nessa direção entendemos que não há como dissociar a posição política de Vieira Pinto sobre a Reforma Universitária dos aspectos históricos e filosóficos da sua obra, na relação com as questões da época. Considerando essa questão, objetivamos localizar a

obra do pensador no contexto brasileiro e nos debates acerca dos rumos da universidade brasileira.

Essa organização foi também utilizada por Gramsci na primeira parte do caderno 10, e nos permite observar uma questão metodológica importante para a presente pesquisa: o estudo das obras, do contexto no qual Vieira Pinto viveu e produziu e as diferentes interpretações já realizadas, é feito no processo de elaboração da pesquisa, porém a apresentação dos resultados não necessita seguir essa ordem.

Gramsci apresenta os critérios metodológicos para estudo da filosofia de Croce:

não buscar em Croce “um problema filosófico geral”, mas ver em sua filosofia o problema ou a série de problemas que mais interessam no momento dado, isto é, que são mais aderentes à vida atual e são como o seu reflexo: este problema ou série de problemas é, ao que me parece, por uma parte, o da historiografia e, por outra, o da filosofia da prática, da ciência política, da ética. 2. Devem-se estudar, atentamente, os escritos “menores” de Croce, isto é, além das obras sistemáticas e orgânicas, as coletâneas de artigos, de notas, de pequenos ensaios que têm uma maior e mais evidente ligação com a vida, com movimento histórico concreto. 3. Deve-se estabelecer uma “biografia filosófica” de Croce, isto é, identificar as diversas expressões assumidas pelo pensamento de Croce, a diferente colocação e resolução de certos problemas, os novos problemas surgidos de seu trabalho [...] 4. Críticos de Croce: positivistas, neo-escolásticos, idealistas atuais. Objeções destes críticos (GRAMSCI, 2006, p.311).

Da mesma forma, na análise do pensamento de Vieira Pinto sobre a universidade, problema que mais nos interessa neste momento, este não pode ser visto em separado dos demais escritos do autor, nem do movimento sofrido por suas ideias, nem da análise de seus intérpretes.

Também nos Cadernos 13 e 18⁹ sobre Nicolau Maquiavel, Gramsci oferece valiosas orientações que buscamos utilizar na análise do pensamento político de Álvaro Vieira Pinto, sobre a Universidade.

Gramsci não estudou Maquiavel apenas por considerá-lo um grande representante do pensamento político, mas com objetivo de subsidiar a luta que

⁹ Cadernos do Cárcere, volume 3. Tradução e edição de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

buscava desencadear por intermédio do partido comunista italiano. Ou seja, essa escolha não foi aleatória, tinha uma razão concreta.

A escolha de Álvaro Vieira Pinto, na nossa pesquisa, também não é aleatória. Consideramos que as suas idéias no contexto do movimento em prol da reforma universitária, podem contribuir para pensarmos a universidade brasileira na atualidade, dando à essa análise um cunho democrático. É evidente que se trata de períodos diferentes, no entanto é possível observar aspectos que podem ser pensados e discutidos na atualidade.

Outro elemento que destacamos é escassez de pesquisas sobre as concepções de Vieira Pinto em relação à questão universitária. A maioria das pesquisas, como se viu, tem como foco, as questões filosóficas e políticas.

Gramsci trata da obra “O Príncipe” como um “livro vivo” que indica a importância da criação de uma vontade coletiva e só pode ser compreendido a partir das condições materiais em que foi escrito. Buscamos, obviamente sem maiores pretensões, estudar a obra “A Questão da Universidade” escrita por Álvaro Vieira Pinto, buscando entendê-la no sentido de um “livro vivo”, que simboliza a luta dos estudantes e de outros segmentos sociais para “[...] construir a verdadeira Universidade de que o povo brasileiro necessita, como um dos mais importantes instrumentos para a conquista de sua cultura, riqueza e liberdade (PINTO, 1962, p.8)”.

Na análise realizada por Gramsci observamos que ele não faz uma síntese da obra de Maquiavel, mas sim a discussão de categorias relacionadas à questão do partido político como desencadeador da luta pela transformação.

O termo "categoria" é utilizado na dialética conforme a concepção marxiana:

o Sr Proudhon soube muito bem ver que os homens fazem o tecido, o pano, a seda - e é dele o grande mérito de ter visto estas coisas tão simples! O que o Sr Proudhon não soube ver é que os homens produzem também, conforme as suas faculdades produtivas, as *relações sociais* nas quais produzem a seda e o tecido. E, ainda, não soube ver que os homens, que produzem as *relações sociais* segundo sua produção material, criam também as *ideias*, as *categorias*, isto é, as expressões abstratas ideais destas mesmas *relações sociais* (MARX, 1989, p. 212).

Partindo desse entendimento, Gramsci identificou categorias para o estudo de Maquiavel e Croce a partir das relações sociais que criam as idéias, expressões e posicionamentos sobre a realidade.

Gramsci considera que o Príncipe é um:

[...] elemento complexo da sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais (GRAMSCI, 2011, p.16).

Gramsci analisa os escritos de Nicolau Maquiavel: no caderno 13 apresenta notas sobre a política e no 18 trata do pensamento desse autor. Como no texto sobre Croce, não há uma ordem cronológica para o estudo. Gramsci o inicia pontuando que o Príncipe, é uma obra “viva”. Explica que, muito embora a figura do príncipe seja utópica, os elementos “passionais, míticos, contidos em todo o pequeno livro, com movimento dramático de grande efeito, sintetizam-se vivos na conclusão, na invocação de um príncipe realmente existente” (GRAMSCI, 2011, p.14).

Organiza a exposição em 40 pontos de referência para estudo, nos quais trata de diversos aspectos históricos e filosóficos do pensamento de Maquiavel.

Destacamos alguns, observados na leitura:

- ✓ Interlocução com outros autores, juntamente com a análise;
- ✓ Explicação da obra e sua relação com os aspectos históricos;
- ✓ Identificação dos principais eixos da obra a ser analisada;
- ✓ Estilo de escrita do autor;
- ✓ Autor entendido como “expressão necessária do seu tempo e como estreitamente ligado às condições e às exigências do seu tempo” (GRAMSCI, 2011, p.161);
- ✓ Conhecimento histórico para o estudo e também fundamentos para sustentar a análise;

Além desses tópicos, Gramsci trabalha com pontos de referência que podem orientar nossa análise sobre a posição de Vieira Pinto em relação à

universidade e à sua reforma, bem como, sobre o contexto do início dos anos de 1960 no Brasil, caracterizado por debates, movimentação social e atuação marcante de grupos de esquerda.

Gramsci explica que só podemos observar as condições para a criação de uma vontade coletiva nacional-popular, a partir de uma análise histórica da “estrutura social do país em questão e uma representação “dramática” das tentativas feitas através dos séculos para criar esta vontade e as razões dos sucessivos fracassos [...] (GRAMSCI, 2011, p. 17)”.

Isso nos interessa em especial na análise da obra de Vieira Pinto, que viveu em um contexto denominado por ele de “pré-revolucionário”, no qual se buscava a formação de uma vontade coletiva nacional-popular. Olhando a história do nosso país pelos delineamentos dos primeiros anos de 1960, percebe-se que ela tomou um rumo bem diferente daquele almejado pelos grupos de esquerda. O debate em prol das reformas de base e a luta por um desenvolvimento nacional culminou num golpe militar e na defesa de um modelo dependente de países estrangeiros. Esse ponto será retomado quando tratarmos do movimento da reforma universitária.

Esses apontamentos metodológicos apoiaram a investigação sobre Gramsci. Não temos a pretensão, é claro, de atingir esse alto nível de análise, mas de utilizá-lo como farol, buscando identificar nele elementos e critérios investigativos que possam nos auxiliar em nossa pesquisa. Constatamos que Gramsci indica a necessidade de verificar os problemas que foram alvo de estudo do pensador, como reflexo da realidade.

Em relação às obras, Gramsci lembra a importância de valorizar até mesmo os escritos menores, ou seja, artigos, comentários e opiniões que foram ou não publicadas. Isso explica o levantamento bibliográfico minucioso que fizemos sobre o autor que estudamos. No que se refere à biografia, não se trata simplesmente de uma descrição da trajetória, mas a identificação das diferentes posições ou como diz Gramsci (2006) “as expressões” defendidas. A visão dos intérpretes precisa ser valorizada, no intuito de observar as críticas, defesas e resultados alcançados por outros pesquisadores.

Isso nos faz pensar a forma como muitas vezes escreve-se um texto ou uma pesquisa. Primeiramente aponta-se o contexto histórico e, após, o objeto propriamente dito, neste caso a obra do autor pesquisado. Diferentemente, pretendemos organizar a investigação, na tentativa de estabelecer, durante todo trabalho, a relação entre obra e contexto. Gramsci nos chama atenção sobre esse aspecto metodológico.

O olhar para o pensamento político de Álvaro Vieira Pinto, em relação à Universidade, pretende ser pautado na perspectiva apresentada nos parágrafos anteriores, isto é, na metodologia gramsciana. É uma tentativa com a preocupação de não relatar uma pesquisa que simplesmente descreva a trajetória de um pensador.

2 A FORMAÇÃO E AS BASES DO PENSAMENTO DE ÁLVARO VIEIRA PINTO NO CONTEXTO BRASILEIRO

Nesse capítulo objetivamos conhecer a formação e as bases do pensamento de Vieira Pinto, destacando a influência católica e integralista presente no início de sua atuação, bem como suas atividades no Departamento de Filosofia do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) no período de 1955 a 1961. Nesse período foi acontecendo seu afastamento dos princípios católicos e integralistas e a crescente preocupação com a necessidade de um projeto nacional e também de universidade.

Tentando apreender esse percurso, levantamos pontos de referência, no intuito de identificar e aprofundar a trajetória e os problemas abordados por Álvaro Vieira Pinto, como: a influência do integralismo e do catolicismo na sua formação, atuação no departamento de Filosofia do ISEB e sua preocupação com o desenvolvimento nacional. Esses pontos são explicitados nesse capítulo, tendo como referência as obras “Ideologia e desenvolvimento nacional” (1956) e “Consciência e realidade nacional” (1960), publicadas pelo ISEB. Utilizamos também algumas interpretações sobre a obra do autor.

2.1 AS BASES CATÓLICAS E INTEGRALISTAS DO PENSAMENTO DE VIEIRA PINTO

Destacamos inicialmente que, para elaboração da trajetória de Vieira Pinto, contamos com a contribuição de duas publicações do educador Dermeval Saviani: um verbete publicado no “Dicionário dos Educadores no Brasil” organizado por Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero e Jader de Medeiros Brito (1999), e uma entrevista de Vieira Pinto concedida para esse educador em 1981, publicada no livro “Sete lições sobre Educação de Jovens e Adultos”.

Também a obra - “Álvaro Vieira Pinto: a personagem histórica e sua trama” (1998) escrita por Marcos César Freitas, por oferecer um quadro bem completo

sobre a trajetória de nosso autor e especialmente sobre a influência do integralismo e do catolicismo na sua formação, será utilizada com destaque nesse item.

Saviani (1999) informa que, na data da entrevista, Vieira Pinto já

se encontrava com a saúde debilitada. A audição e a visão estavam de tal modo enfraquecidas que já não mais permitiam que ele prosseguisse no seu trabalho de escritor. Com o agravamento de seu estado de saúde, veio a falecer no dia 11 de junho de 1987, na Cidade do Rio de Janeiro.

Álvaro Borges Vieira Pinto, filho de Carlos M. Vieira Pinto e Arminda Borges Vieira Pinto, nasceu na cidade de Campos (Rio de Janeiro) no dia 11 de novembro de 1909. Realizou os estudos primários e secundários com os jesuítas, no Colégio Santo Inácio do Rio de Janeiro. Ao término desses estudos, decidiu cursar Medicina, mas não foi aceito por não ter idade mínima para a entrada na Universidade. Nesse período sua família mudou-se para São Paulo e Vieira Pinto ficou um ano sem estar matriculado em curso regular. Saviani (1999) explica que, apesar disso, esse período foi importante

[...] em termos da sua formação literária e filosófica. Com efeito, corria o ano de 1922 e, estando em São Paulo, pôde ele participar das agitações da Semana de Arte Moderna, travando relações com os intelectuais que encabeçaram aquele movimento cultural (SAVIANI, 1999, p.45).

Retornando ao Rio, já com 14 anos de idade, ingressou na Faculdade Nacional de Medicina. Saviani (1999) ressalta as dificuldades financeiras que Álvaro enfrentou para concluir seus estudos. Após o término do curso em 1932, trabalhou por 16 anos num Laboratório de Biologia com pesquisas sobre o câncer e, por conta dessa atividade, aprofundou seus estudos de matemática e física. Ainda segundo Saviani (1999, p.45):

com o advento da Segunda Grande Guerra, a Cadeira de História da Filosofia ficou vaga em razão da saída de alguns professores alemães. Em consequência, Vieira Pinto foi nomeado Professor Substituto de História da Filosofia da então Faculdade Nacional de Filosofia. Para essa nomeação, contribuiu a indicação de seu nome por Alceu Amoroso Lima que levou em conta a recomendação do Padre Leonel Franca para que o ensino de Filosofia no Brasil incorporasse a lógica matemática.

O campo de formação de Vieira Pinto, portanto, é amplo; perpassa a Medicina, Matemática, Física e Filosofia.

Em 1949, fez uma viagem à França e estudou filosofia durante um ano na *Sorbonne*. Quando retornou em 1950, prestou concurso para a Cátedra de História da Filosofia na Faculdade Nacional de Filosofia, para a qual defendeu a tese: *Ensaio sobre a dinâmica na cosmologia de Platão*, com que se tornou em 1951, professor catedrático na Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil¹⁰. A partir dessa data se afastou integralmente da medicina, e se dedicou aos estudos filosóficos.

Na entrevista concedida ao Professor Dermeval Saviani em 1981, Vieira Pinto explicou que sua atuação como professor de História da Filosofia tinha: “uma orientação exclusivamente pragmática, quer dizer, dava o curso guiado por manuais da filosofia comum, idealista, mas sempre num nível superior e elevado, desenvolvendo cronologicamente o pensamento dos filósofos (SAVIANI,1999, p.45)”.

Este autor (1999, p.45) considera que o exercício do magistério

foi decisivo na conformação de seu próprio pensamento filosófico. Com efeito, a necessidade de ministrar aulas sobre os principais filósofos o levava a estudá-los até conhecê-los profundamente, a ponto de assumir a lógica interna das filosofias de que se assenhoreava. Compreende-se, assim, a sua adesão ao platonismo coroada com a tese concluída em 1950, a sua passagem pelo kantismo e pelo idealismo alemão, de modo geral, e depois, pelo existencialismo.

Sobre sua atuação política, registra-se que em 1934, Vieira Pinto ingressou na Ação Integralista Brasileira (AIB). Em relação à influência das bases integralistas na sua formação, Freitas (1998) afirma que Vieira Pinto

em 8 de outubro de 1934 matriculou-se na província n.1985 da Ação Integralista Brasileira. Naquela ocasião, ainda marcado pela efervescência da Semana e atraído pela mobilização crescente em torno da AIB, aproximou-se da questão social sob o impacto do tema “identidade nacional”. Naquele contexto iniciou-se em uma teorização sociopolítica que seria recuperada anos mais tarde na troca do ofício de médico com o de professor de História da Filosofia.

¹⁰ Fonte dessas informações: Ata da Congregação da Faculdade Nacional de Filosofia, da reunião de 09 de maio de 1950, arquivo: FNFi/PROEDES/UFRJ. Cópia cedida pela professora Maria de Lourdes Albuquerque Fávero.

Torna-se importante indagar porque o integralismo atraiu Vieira Pinto e outros intelectuais.

Bertonha (2000, p.59) explica que as transformações ocorridas no Brasil na década de 1920, aliadas à ideia de criar um pensamento “genuinamente nacional”, contagiaram a intelectualidade brasileira. O autor destaca que a forma de pensar esse nacionalismo e a vontade de mudança variou muito.

Plínio Salgado (1895-1975) representa uma das formas com que o “nacionalismo” foi interpretado. Escritor e jornalista, foi um dos grandes “expoentes do modernismo” em São Paulo. As suas produções, pesquisas, viagem para Europa para o estudo da literatura política e especialmente sua passagem pela Itália onde pode conhecer o fascismo, o estimularam, na volta ao Brasil, a ajudar na organização da “Legião Revolucionária de São Paulo”. Mais tarde, afastado da Legião por conflitos com a liderança, fundou a “Sociedade de Estudos Políticos” em 1932. Dessa associação, informa Bertonha (2000), surgiu a Ação Integralista Brasileira (AIB) em outubro de 1932.

Vieira Pinto nesse período estava em São Paulo e teve contato com as ideias integralistas.

Em 1934 a AIB, segundo Bertonha (2000, p.64), tomou realmente corpo e tornou-se uma organização semimilitar, com milícia armada e exaltação na obediência dos membros a seus superiores, especialmente ao chefe nacional Plínio Salgado, que tinha como proposta a defesa da nacionalidade, a ordem, a disciplina e a organização corporativa e hierárquica dos brasileiros em um Estado integral.

A AIB, na visão de Cruz (2011, p.197), pode ser considerada como um

dos principais atores sociais no contexto da modernidade brasileira nos anos 30. A sua relevância está no fato de ter sido o primeiro partido de massas do Brasil, com cerca de 500.000 adeptos, e de seu discurso e sua proposta de organização do Estado e da sociedade terem atingido simpatizantes em vários grupos sociais.

O discurso desse movimento atraía, pelo caráter de modernidade que apresentava, no entanto sem abrir mão dos elementos tradicionais como os valores cristãos. Cruz (2011) analisa o discurso do movimento integralista e aponta a presença do diálogo entre modernidade e antimodernidade. Nas palavras da autora, essa proposta, que atraiu um número expressivo de adeptos, pode ser entendida como:

um dos movimentos políticos e sociais que, no esteio da modernidade, reage às conseqüências negativas da própria modernidade, defendendo propostas de organização social que visem estancar o processo moderno de fragmentação, insegurança e instabilidade. Para tanto, usa um discurso próximo ao elaborado por vários movimentos reacionários e antimodernos, com críticas à razão, ao materialismo, ao individualismo burguês e ao cosmopolitismo. No entanto, os elementos antimodernos e a própria crítica da modernidade são reelaborados e ganham novo significado para dar vazão a uma proposta de sociedade em que a própria utopia moderna de ordem e controle seja recuperada [...] (CRUZ, 2011, p-197-198).

Esse movimento criticava os problemas gerados pela sociedade moderna, sem considerar, na visão de Cruz (2011, p.203), a luta de classes. O caminho para resolver os problemas sociais partiria da utilização dos valores cristãos como: “solidariedade, piedade e amor ao próximo e a edificação de um Estado forte que agregasse todos os grupos sociais harmonicamente”.

Um outro elemento destacado por Cruz (2011) refere-se ao nacionalismo. Esse foi um elemento de destaque no pensamento de Vieira Pinto. O nacionalismo, na perspectiva integralista, partia da defesa de valores modernos, como igualdade e liberdade e da ideia de um Estado com uma organização hierárquica, soberano e acima das classes. Cruz (2011) destaca os trabalhos sobre o integralismo já realizados por: Héglio Trindade, Ricardo Benzaquen de Araújo, Marcos Chor Maio e René Gertz entre outros.

Não cabe aqui um estudo detalhado sobre o integralismo, mas observar que esse movimento marcou a formação inicial de Vieira Pinto e possibilitou sua entrada na carreira acadêmica. É importante pontuar que essa proposta atraiu o pensador e muitos outros intelectuais pelo seu discurso “conservador moderno, como a defesa de um Estado forte, capaz de harmonizar corporativamente os

corpos sociais (CRUZ, 2011, p.212)”. Roland Corbisier, mais tarde membro do ISEB, também foi adepto do integralismo, conforme explica Freitas (1998).

Vieira Pinto, como se viu, começou sua carreira acadêmica por indicação de Alceu Amoroso Lima, a partir de um pedido do Padre Leonel Franca, na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), como professor da cadeira de História da Filosofia. Portanto, o catolicismo e o integralismo contribuíram para a entrada de Vieira no meio acadêmico.

A criação da FNFfi por meio da Lei n°. 452 e 05/07/1937, foi fruto da desmontagem da Universidade do Distrito Federal (UDF) criada em 1935. Convém expor os motivos que levaram a tal desmontagem, uma vez que esse acontecimento deu origem a instituição em que Vieira Pinto iniciou sua trajetória acadêmica.

Fávero (2001, p.03) apresenta importantes informações sobre esse assunto. Nas palavras da autora, a UDF foi: “instituída no Rio de Janeiro, capital da República, pelo Decreto Municipal n. 5.513/35, apesar de ter existido por período inferior a quatro anos, essa instituição universitária marcou significativamente a história da universidade no país”. Essa autora explica que durante a década de 1930, o Governo Federal elaborou seu projeto universitário adotando medidas com tendências centralizadoras. Apesar disso, iniciativas contrárias podem ser citadas, como: a criação da Universidade de São Paulo em 1934 e Universidade do Distrito Federal em 1935, num contexto marcado por conflitos, em que o Estado passa a assumir o controle e responsabilidade sobre a educação.

Em relação às críticas e oposições ao projeto da UDF, Fávero (2001, p.03) relata que “antes mesmo de sua criação e nos momentos iniciais de sua implantação, vive sérios enfrentamentos por parte de grupos existentes na sociedade civil – católicos, integralistas etc – e de representantes do poder político instituído”.

Idealizada por Anísio Teixeira, a UDF apresentou como princípios fundamentais a liberdade e a autonomia. Foi um projeto voltado para ser um núcleo de formação intelectual e um espaço de investigação e produção do

conhecimento, proposta não era coerente com os ideais do Estado Novo, como considera Fávero (2001). Anísio Teixeira nesse período era Secretário da Educação e Cultura do Distrito Federal, e suas idéias podem ser consideradas como “inovadoras”. Os grupos conservadores não viam com bons olhos a permanência dele na Secretaria, considerado como um elemento ligado à “insurreição comunista” (FÁVERO, 2001). Anísio foi forçado a demitir-se e foi substituído por Francisco Campos.

Fávero (2001) informa que, em pesquisa realizada pelo PROEDES (Programa de estudos e documentação educação e sociedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro), no que se refere às atividades acadêmicas da UDF, foi possível destacar as seguintes inferências:

- ✓ Que a instituição tinha como ênfase a ciência básica e um saber desinteressado;
- ✓ Que as atividades ali iniciadas contaram a atuação de professores estrangeiros;
- ✓ Que a participação dos alunos em trabalhos práticos era promovida pelos professores;
- ✓ Que essa instituição começava a se afirmar como um centro de pensamento autônomo e formação de pesquisadores e professores, nos anos de 1930;

A UDF foi extinta pelo Decreto n.1063 de 20 de janeiro de 1939. Seus cursos foram transferidos para a Universidade do Brasil.

Vieira Pinto, por pertencer ao grupo integralista, fez parte desse novo quadro que compôs a FNFi. A organização da Faculdade Nacional de Filosofia, se dá mediante o Decreto-Lei n°1190, de 04 de abril de 1939, que dispõe, no art. 1. “ A Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, instituída pelo Decreto n° 452/37, passa a denominar-se Faculdade Nacional de Filosofia”.

Vieira Pinto fez parte desse novo quadro de professores e sua atuação, na concepção de Freitas (1998 p.51): “teve pouco brilho, mas serve para ilustrar a singularidade do seu procedimento cognitivo. Vieira Pinto estudou conforme as demandas programáticas da cadeira que dirigia”. A sua entrada na FNFi,

despertou o interesse de Roland Corbisier, que o convidou para atuar no ISEB em 1955, assunto do nosso próximo item.

Freitas (1998, p.52) reitera que o catolicismo “não deve ser tomado como uma marca indelével na história pessoal de Vieira Pinto [...] Em poucos anos, o professor Álvaro ‘desviaria’ do roteiro suposto por seus ‘padrinhos”.

A entrada de Vieira Pinto no ISEB marca o início do seu afastamento em relação aos preceitos católicos e integralistas. A publicação da obra “Ideologia e desenvolvimento nacional”, resultado de uma aula inaugural em 1956, pode ser considerada como registro desse processo.

Como argumento inicial da obra, o autor caracterizou a ingenuidade da análise até então realizada sobre o nosso país e considerou que é preciso romper com o silêncio das massas. Isso se deu pela ausência da filosofia e de uma “[...] concepção universalizadora em nossa incipiente consciência converteu-se, por sua vez, em um dos fatores de opacidade da nossa visão de nós mesmos, e, conseqüentemente também, de retardamento do progresso (1960, p.12)”.

O papel do “povo” é muito evidenciado na obra citada. Vieira Pinto criticou o caráter de “incultas” que se atribuiu às massas e considerou que essas possuem uma “consciência potencial em expectativa”, uma vez que elas na visão desse autor, começaram a reivindicar e pressionar as classes dirigentes por mudanças nas condições de vida. Essas reivindicações “exprimem a desconformidade entre a representação consciente que as massas fazem do seu estado vital e as condições econômicas e sociais do meio onde habitam (PINTO, 1960, p.33)”.

A partir dessa crítica e das demais idéias apresentadas na obra é possível observar o afastamento do autor em relação às idéias integralistas. A defesa dos valores cristãos e a harmonia dos grupos sociais são elementos não contemplados na sua análise. A ideia de um Estado forte capaz de congregar as classes, presente no integralismo, não foi defendida por Vieira. O pensador defendeu que cabe ao poder público assumir a direção do projeto de desenvolvimento do país. No entanto, não desconsiderou a necessidade do consentimento e participação das massas no processo de desenvolvimento nacional.

Freitas (1998) considera que em 1956 a Igreja Católica inicia um processo de “secularização” e o pensamento de Vieira Pinto, nesse mesmo período passa por um processo “laicização”, ou seja, pela defesa dos aspectos leigos e afastamento dos preceitos religiosos. Na análise de Freitas (1998, p.73):

grosso modo, pode-se dizer que a partir de 1956, enquanto Vieira Pinto *laicizou-se*, a Igreja Católica brasileira *secularizou-se* ainda mais, reorganizando seu espaço político e utilizando argumentos contrários aos dos chamados laicistas que, em geral, eram todos os defensores de instituições públicas, universais e gratuitas como a escola, por exemplo.

A idéia de laicização é marcante na obra “Ideologia e desenvolvimento nacional”. Um dos aspectos dessa questão refere-se ao debate “escola pública X privada”. As críticas dos católicos em relação ao ISEB, e especialmente a Vieira Pinto e outros integrantes de formação integralista católica ganhou corpo a partir da publicação dessa obra, em 1956.

Vieira Pinto defendia uma ordem pública, distanciando-se de alguns setores da Igreja Católica que “cobravam do Estado e do Legislativo um conveniente entendimento sobre o papel das instituições privadas na organização da vida social”. Essa foi uma das discussões que permearam o debate da LDB 4024 de 1961.

A Campanha em defesa da Escola Pública foi organizada, em 1960, sob a liderança de Júlio Mesquita Filho, dono do jornal *O Estado de São Paulo*. Porém, a lei de 1961 foi aprovada com mais de 200 emendas e frustrou os que lutavam pela prioridade da escola pública.

Na concepção de Freitas (1998) as teses defendidas em 1956 por Vieira Pinto demonstravam a radicalidade a respeito da função do Estado no processo de desenvolvimento industrial do país e o caráter nacionalista do desenvolvimento apregoado por ele, demarcando assim seu afastamento do “quadro católico”.

As bases integralistas e católicas do pensamento de Vieira Pinto, como pontuamos nesse item, marcaram sua entrada no meio acadêmico e no ISEB; no entanto, é possível observar uma mudança nas suas ideias a partir de 1955 quando passou a defender um projeto de desenvolvimento nacional e o

protagonismo das massas nesse processo, aspectos não coerentes com o movimento integralista e a igreja.

No próximo item nos dedicamos à atuação de Vieira Pinto no Departamento de Filosofia do ISEB até 1961, demarcando o contexto e obra desse período.

2.2 ÁLVARO VIEIRA PINTO NO DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA DO INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS (1955 A 1961)

Neste item demarcamos o contexto de produção das idéias de Vieira Pinto e sua atuação nas duas primeiras fases do ISEB, denominadas por Toledo (1994) como “teorizante” e “nacional desenvolvimentista”, respectivamente.

Considerando que Álvaro Vieira Pinto é um homem do seu tempo, que participou de questões polêmicas no âmbito da política, da economia e da educação no Brasil, é fundamental caracterizar o contexto brasileiro das décadas de 1950 e 60 para localizar a produção e ação desse importante filósofo brasileiro no período de 1955 a 1961, no qual está incluída sua atuação em prol da democratização da universidade.

A colonização marca a nossa história, assim como as diferentes formas de dependência em relação a países estrangeiros nos diversos períodos. A formação desse processo está relacionada com as necessidades do capitalismo comercial dos fins do século XV e início do século XVI. Essa constituição não pode ser desconsiderada na análise da produção intelectual de Vieira Pinto. Guardadas as especificidades de cada época de nossa história, é possível reconhecer que, nos anos que sucederam a vitória dos aliados na Segunda Guerra (1939-1945), um movimento a favor da libertação nacional ainda se fazia essencial.

O período de 1946 a 1964 é caracterizado pelo término do Estado Novo e o início da chamada “*redemocratização do país*”. Os reflexos dos resultados da Guerra interferiram diretamente no cenário político e econômico do Brasil e dos demais países da América Latina.

Nilo Odália (1981, p.354)¹¹ analisa a situação do Brasil e o contexto internacional e considera que o fim da guerra “foi o sinal para que se deflagrassem as lutas de libertação, causando novas brechas no antes monolítico sistema colonial europeu, repercutindo intensamente na política-internacional”. O autor explica que a luta pela libertação nacional marcou quase todos os continentes onde o colonialismo se fez presente, e traz como característica a “reformulação do conceito de nacionalismo¹²”. Sobre essa reformulação, Almeida (1993) considera que grande parte das pesquisas sobre o “caráter do nacionalismo populista” apresenta limitações, como a não apreensão da contradição do nacionalismo populista brasileiro, por não considerar as diferentes variantes desse nacionalismo e a dificuldade de uma “linguagem comum” para uma “interlocução coerente do tema”.

Partindo dessas limitações, Almeida (1993) discute conceitos que são “caros” para a nossa pesquisa, como: nação, nacionalismo e nacionalismo populista. Compreender esses conceitos é importante para situarmos a produção de Vieira Pinto e a sua atuação no ISEB.

O conceito de “nação” é analisado por Almeida (1993, p.02) como uma ideia “indissolivelmente ligada à legitimidade do tipo capitalista de Estado”. O autor entende que a forma que o Estado assume repercute na configuração nacional, e faz com que a nação

[...] seja um terreno cambiante, pois sua configuração depende de como as classes em luta definem o âmbito da igualdade entre os “cidadãos”, ou seja, entre os membros da comunidade estatal-nacional. A nação é relativamente autônoma frente às classes sociais [...] porque o caráter dessa igualdade depende das relações de classes na luta político-ideológica (ALMEIDA, 1993, p.02).

Sobre o nacionalismo, o autor mencionado, na tentativa de uma periodização, aponta quatro fases: nacionalismo militar (1930-45); nacionalismo

¹¹ ODÁLIA, Nilo. O Brasil nas relações internacionais: 1945-1964. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org). **Brasil em Perspectiva**. São Paulo - Rio de Janeiro. Ed. DIFEL, 1981.

¹² “Em seu sentido mais abrangente o termo Nacionalismo designa a ideologia nacional, a ideologia de um determinado grupo político, o Estado Nacional, que se sobrepõe às ideologias do partido [...]. O Estado Nacional gera o nacionalismo, na medida em que suas estruturas de poder, burocráticas e centralizadoras, possibilitam a evolução do projeto político [...]” (BOBBIO, 1995, p. 799).

trabalhista (1951-4); nacionalismo triunfante (1956-60); nacionalismo reformista (1961-4). Vieira Pinto faz parte desse debate sobre os rumos do país e trata desse nacionalismo também nas suas obras, especialmente na fase triunfante e reformista.

O nacionalismo militar diz respeito a um período de “combate ofensivos nos quadros de um regime mais ou menos abertamente autoritário, aos núcleos de poder dos setores agro-mercantis (ALMEIDA, 1993, p. 06)”. O nacionalismo trabalhista está ligado ao discurso que articulava “a industrialização ao aumento do nível de vida e da participação política dos trabalhadores (p.06)”. O nacionalismo triunfante foi, na visão do autor, a fase em que “o aparelho repressivo do Estado mais se apresentou como unificado o que lhe conferiu a aparência de imunidade frente aos conflitos ideológicos. O discurso apresentava a industrialização dependente como condição de emancipação nacional (p.06-7)”. O nacionalismo reformista, por sua vez, expressa o processo de “radicalização do movimento popular”, ou seja, uma variante popular do nacionalismo. No contexto deste, Vieira Pinto ocupa a direção do ISEB e participa ativamente desse processo por meio de suas produções e na discussão das reformas de base. Esse período é o objeto de análise do próximo capítulo, quando Vieira Pinto se dedica ao debate da universidade.

A idéia de libertação, também ganha destaque no pós-guerra (1945). Na visão de Odália (1981), ela não se reduz à liberdade política, mas à busca de ultrapassar o papel de consumidores de produtos industrializados e de fornecedores de matérias - primas. O foco das atenções passa a ser “*a formulação dos problemas que envolviam o desligamento das bases metropolitanas*”.

Paralela à luta pela libertação nacional, a doutrina dos países pobres e ricos toma corpo nesse contexto. Ivanov (1975, p.29) explica que ela começou

[...] no período em que, devido às mudanças sociais, econômicas e políticas que aconteceram na segunda metade do presente século, o movimento de libertação nacional se tornou uma poderosa força a enfrentar o imperialismo. O processo irreversível da desintegração do sistema colonial obrigou os teóricos ocidentais a considerarem de um modo distinto, a periferia do mundo capitalista.

O autor afirma que, nesse cenário, os mais “*experimentados cientistas burgueses*” se dedicaram à elaboração da doutrina para “países pobres e ricos”. Os criadores dessa teoria buscaram alcançar três objetivos: - justificar a exploração colonial e neocolonialista como forma de ocultar os verdadeiros motivos da miséria dos povos da Ásia, África e América Latina; - depreciar a idéia de possibilidade de uma via não capitalista nos países em desenvolvimento; - apresentar recomendações para acelerar o capitalismo nesses países.

Essa doutrina, na concepção de Ivanov (1975), não é uma teoria “íntegra, acabada”. Reúne concepções de diversas correntes do pensamento burguês. As diferenças entre os seus partidários existem, no entanto eles concordam que se deve criar barreiras para a difusão da ideologia comunista no movimento de libertação nacional e convencer os povos dos países em desenvolvimento de que é preciso ligarem-se à via capitalista.

Ivanov (1975) concorda com Celso Furtado, que define a causa do “atraso econômico”, como exploração imperialista do Terceiro Mundo, por meio da entrada do capital ocidental e das remessas de utilidade.

Sobre essa questão, Freitas (1998, p.64), destaca que a leitura de Celso Furtado trata

[...] de interpretar o capitalismo para subscrever uma hipótese básica: existem versões de capitalismo à luz de experiências históricas particulares. Cada formação social possuiria uma dinâmica interna; os tempos históricos não poderiam ser repetidos, mas seria possível, a seu ver, operar uma justaposição em relação aos países industrializados e pleitear uma nova partição do *quantum* material presente no mundo.

Para Ivanov (1975, p.73), destacam-se na análise deste assunto alguns dos mais conhecidos teóricos dos países em desenvolvimento, como os economistas latino-americanos *Raúl Prebisch* e Celso Furtado, cientistas hindus como Rao e alguns nigerianos. O primeiro defende que as ex-colônias “devem se industrializar e transformar a especialização agrária herdada e as matérias-primas (IVANOV, 1975, p.75)”. Considera que os métodos da industrialização socialista para o Terceiro Mundo não podem ser aceitos, e que as diferenças entre o centro e a periferia desaparecem de modo gradual.

Portanto, a temática sobre o desenvolvimento do nosso país estava inserida numa discussão maior que envolveu outros países, também da América Latina, e se apresentou com uma das principais problemáticas na obra de Vieira Pinto. Freitas (2006), considera a influência de pressupostos da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) no escritos mais “densos” de Vieira Pinto. O autor assim explica:

tanto nos escritos cepalinos quanto nos escritos de Vieira Pinto, a dicotomia centro/periferia oferece condições para uma compreensão singular do impacto da propagação do incremento tecnológico e da utilização da técnica para a substituição de trabalho manual. [...] Na acepção de Vieira Pinto, o centro capturava para si um dos significados da tecnologia e ideologicamente o proclamava como universal, reservando ao mundo da periferia a condição de paciente receptor das inovações técnicas, quando, na verdade, já se pronunciava uma “fase histórica” na qual já era possível atuar como “agente propulsor” do próprio desenvolvimento, sem aguardar as demandas do capital externo (FREITAS, 2006, p.83).

O segundo governo de Vargas iniciado em 1950, apresentou uma política de industrialização voltada para o nacionalismo. Alencar (1996, p. 358) considera que o nacionalismo varguista tinha duas facetas:

[...] era, por um lado, uma estratégia de política econômica que não rompia inteiramente a dependência com relação ao capital internacional e imperialista; por outro lado, tratava-se de uma ideologia elaborada e imposta pelos grupos que controlavam o Estado e que procurava associar os interesses burgueses com os interesses de todo o povo brasileiro, como se fosse, em todos os aspectos, uma coisa só.

O governo seguinte, iniciado em 1956, com Juscelino Kubitschek, instalou no Brasil uma idéia de modernização. Segundo Neves (1997) este período também denominado de “*Anos Dourados*”, foi um momento de intensas movimentações dos partidos políticos, das ligas camponesas, da União Nacional dos Estudantes e dos sindicatos. Intelectuais da época, como Álvaro Vieira Pinto, mostravam grande preocupação com o desenvolvimento do país e defendiam idéias nacionalistas. Foi neste contexto de luta pelo desenvolvimento nacional que o ISEB foi criado, em 1955 no Governo Café Filho (1954-1955). Suas origens datam de 1952, a partir das atividades de alguns intelectuais que formavam o

“Grupo Itatiaia”¹³. Desse grupo nasceu o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), responsável pela publicação dos Cadernos Novos Tempos¹⁴, que marcaram a produção intelectual de 1950 (NEVES, 1997).

As atividades realizadas no Grupo Itatiaia geraram a necessidade de institucionalizar e sistematizar os estudos por meio de um centro de caráter contínuo. Em 1953, havia sido criado o IBESP que funcionou de 1953 a 1955. As ações foram organizadas por meio de conferências, cursos e publicações.

A institucionalização do ISEB ocorreu em 1955 no governo Café Filho, por meio do Decreto n°.37.608 de 14 de julho:

art.2- O ISEB tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, da história, da economia e da política, especialmente para fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional (BRASIL, MEC, 1959, p.316).

É importante apreender que o ISEB foi criado como um órgão subordinado ao **Ministério da Educação e Cultura (MEC)**, no entanto, possuía “autonomia e plena liberdade de pesquisa, opinião e cátedra (TOLEDO, 1978, p.33)”.

Jaguaribe (1979, p.95) explica que os estudos e discussões realizados no Grupo Itatiaia objetivavam compreender o contexto da época e sua relação com as especificidades econômicas, políticas e culturais do Brasil. A posição dos integrantes era muito heterogênea. O autor pontua que os paulistas¹⁵, grupo do qual ele fazia parte, se colocavam numa perspectiva ligada à direita, com base no integralismo e os cariocas “tinham posições tendencialmente de esquerda”. O

¹³ “Do Rio iam Cândido Mendes, Guerreiro Ramos, Oscar Lorenzo Fernandez, Israel Klabin, Ignácio Rangel, José Ribeiro Lira, Cleantho de Paiva Leite, Cid Carvalho, Fábio Breves, Ottolmy Strauch, Heitor Lima Rocha, além de eu próprio. De São Paulo iam Roland Corbisier, Vicente Ferreira da Silva, Ângelo Arruda, Almeida Salles, Paulo Edmur de Souza Queiroz, José Luiz de Almeida Nogueira Porto” (JAGUARIBE, 1979, p.95).

¹⁴ “O IBESP tinha uma revista de que eu era diretor – Cadernos do Nosso Tempo-, da qual foi possível tirar cinco números. Mas chegou um ponto em que não havia condições de se manter esse esforço financeiro, que dependia exclusivamente da parte de meus proventos como advogado, e decidimos que a única forma de dar continuidade à iniciativa era converter o IBESP em Instituição Pública” (JAGUARIBE, 2005, p.33).

¹⁵ Ver nota 14, para verificar o nome dos integrantes.

ISEB, segundo as normativas do decreto era dirigido por um Conselho Curador¹⁶, que denominava o diretor executivo. Quanto ao financiamento, o Instituto recebia, segundo informações de Jaguaribe (1979), uma verba de seis mil contos por ano.

Álvaro Vieira Pinto atuava nesse período como chefe do Departamento de Filosofia e não recebia remuneração pelas suas atividades. Nelson Werneck Sodré, membro do grupo, desde o início das atividades, informa que as primeiras atividades estavam centradas na formulação da “ideologia do desenvolvimento”. Sobre essa questão, Sodré (1977) explica que essa tarefa estava longe de uma efetivação, pois isso dependeria, na visão do autor, de um “mínimo de homogeneidade de pensamento”, e naquela fase inicial as diferenças teóricas entre os integrantes era “enorme”. Um exemplo apresentado pelo autor foi a organização da obra “Introdução aos problemas brasileiros” de 1955. Não se tinha, no entendimento de Sodré, uma formulação econômica e política que pudesse definir uma proposta comum. Essa heterogeneidade não esteve presente somente nas formulações iniciais, mas era uma característica da estrutura do ISEB. Mesmo assim, Toledo (2013, p.02) considera que, apesar da heterogeneidade, todos os intelectuais isebianos “convergiam na convicção de que, através do debate filosófico e do confronto de perspectivas políticas, seria possível formular um projeto ideológico comum para o Brasil. O nacional-desenvolvimentismo foi então concebido com essa ideologia síntese [...]”.

Souza (2009, p.06) também analisa o nacional-desenvolvimentismo isebiano, e afirma que: “a elaboração de uma ideologia genuinamente nacional, visando superar o subdesenvolvimento, era o que o ISEB, através de seus pensadores, pretendia realizar. Fabricar uma ideologia seria sua função”.

Por sua vez, Caio Navarro Toledo (1978) examinou produções teóricas do ISEB. Sua obra é citada e comentada em diversos trabalhos e podemos dizer que se tornou um estudo indispensável para o estudo do ISEB. Esse autor (1978, p.31), explica que a criação do ISEB está relacionada com a necessidade do

¹⁶ O primeiro conselho curador era formado pelos seguintes integrantes: Anísio Teixeira, Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, Hélio Burgo Cabal, Hélio Jaguaribe, José Augusto de Macedo Soares, Nelson Werneck Sodré, Roberto Campos e Roland Corbisier (JAGUARIBE, 1979).

Estado de dispor de agências que “racionalizassem o surto de desenvolvimento do país”.

Sobre a ideologia elaborada pelo ISEB, Toledo (1978, p.37) apresenta com destaque as produções de Vieira Pinto, e considera que nessas, “a noção de autenticidade—freqüentemente identificada como a de veracidade – desempenhará um papel fundamental”.

Jaguaribe (1979, p.96) expõe um dado interessante sobre esse Instituto: sua fase inicial vai de 1955 até a

[...] crise suscitada em torno do meu livro “O Nacionalismo na Atualidade Brasileira”, publicado em 1958. A crise dividiu ao meio o grupo do ISEB opondo os que afirmavam, como era meu caso, o primado da vocação problematizante do Instituto e os que, como Guerreiro Ramos e Roland Corbisier, entendiam que a fase teórica do Instituto já havia se esgotado, impondo-se, a partir de então, uma postura de militante proselitismo.

Por divergências internas, o grupo que defendia uma “posição problematizante” se afastou do ISEB em 1959.

Vieira Pinto publicou sua primeira obra no Instituto, em 1956, resultado de uma aula inaugural. A dependência do Brasil em relação aos países estrangeiros e a necessidade de um projeto nacional incomodava muito esse pensador. Nessa obra, “*Ideologia e desenvolvimento nacional*”, podemos identificar essa preocupação. Demonstra que o Brasil, na segunda metade do século, estava naquele momento com características “peculiares e inéditas”. Isso se deu porque, na sua concepção, a dependência que marcou o processo de formação do Brasil não permitia uma visão clara sobre a realidade. Considera que havia uma “opacidade da nossa visão de nós mesmos, e, conseqüentemente também, do retardamento do progresso (PINTO, 1960, p.12)”. Aponta duas causas para essa questão:

[...] por não estarmos então capacitados para perceber o fenômeno “desenvolvimento” em sua verdadeira significação, e por não podermos dar-lhe os benefícios de incentivo e intensificação que a visão correta e objetiva dos fatos propiciaria (PINTO, 1960, p.12).

Considera que faltou no nosso passado intelectual a presença da filosofia, ou seja, um instrumental conceitual indispensável para a compreensão da realidade brasileira. Um outro aspecto de argumentação do autor é o aumento da população brasileira:

esse fenômeno de aumento da população brasileira parece-nos o dado fundamental, porque nos coloca em face desta encruzilhada: ou tomamos o rumo do desenvolvimento, o que se dará à medida que formos capazes de utilizar os dados da ciência e os instrumentos da técnica, a serviço de uma ideologia do progresso, ou, se o não fizermos, enveredarmos pela estrada do pauperismo, que nos conduzirá à condição das grandes massas asiáticas. Partimos, pois, deste dado absolutamente primordial: que o Brasil é, antes de tudo, um corpo em crescimento (PINTO, 1960, p.15).

O papel das massas no processo de desenvolvimento nacional é marcante na obra “Ideologia e desenvolvimento nacional”. O autor não aceita a ideia de que as massas são “incultas”. Compreende que:

quando o processo do desenvolvimento nacional, em todos os setores, dá a indivíduos existentes no seio da massa a oportunidade de superação, ocorre a súbita tomada de consciência da sua situação e, através dela, da realidade brasileira em geral. Esse indivíduo converte-se de ser meramente sensitivo, figurante mudo do drama social, no qual só tinha atuação mecânica, em ser expressivo, em centro de forças vivas, em exigência consciente. Fazendo o descobrimento da própria voz, o homem do povo vai utilizá-la naturalmente para exprimir a miséria da sua condição e reclamar contra ela (PINTO, 1960, p.18).

É importante dizer que alguns conceitos, como por exemplo, o de “massa” ganha contornos inéditos no pensamento de Vieira Pinto. Esses contornos demonstram a necessidade de não homogeneizar as produções do ISEB. Martini (2008, p.05) explica que para Vieira, as massas deveriam “falar através da voz do estudioso da realidade”, ideia que se aproxima da concepção da função de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, em Gramsci.

Martini (2008, p.12), ao tratar da questão das “massas” em Vieira Pinto, explica que esse pensador considera “a participação das massas imprescindível para um projeto de país que deveria se lançar ao desenvolvimento”.

A defesa do desenvolvimento nacional é tônica principal da obra “Ideologia e desenvolvimento nacional”, bem como a ação das massas nesse movimento.

Vieira Pinto, nesse primeiro período, defendeu um projeto nacionalista. Na sua percepção, o conhecimento da situação nacional é fundamental para a elaboração do melhor projeto possível do futuro. Parte da compreensão de que o desenvolvimento nacional é um processo, entendido como uma “sucessão de aspectos, algo que admite sem dúvida descrição empírica em termos de justaposição cronológica (PINTO, 1960, p.22)”. Partindo desse ponto de vista, o desenvolvimento nacional, na concepção de Vieira Pinto, implica em considerar as demais categorias do processo: finalidade, unidade, especificidade e idéia diretriz. Isso quer dizer que sem a consciência prévia sobre uma representação da realidade, não é possível elaborar um plano de desenvolvimento. Nesta linha de pensamento, o autor declarou sua tese: “Sem ideologia do desenvolvimento não há desenvolvimento nacional (1960, p.29)”. Essa ideologia deve ser necessariamente um fenômeno das massas, e tem que proceder da sua consciência.

a constituição da ideologia é, portanto, acontecimento social que depende estritamente do número de indivíduos em cuja consciência se instale a idéia. O processo de desenvolvimento está, pois em função direta do esclarecimento da consciência popular, ou seja, tem velocidade proporcional ao número de indivíduos nos quais se efetua a transmutação qualitativa que os conduz do estado de consciência privada ao de consciência pública (PINTO, 1960, p.31-32).

Vieira Pinto questiona de que maneira ocorrerá o progresso da ideologia na consciência nacional e aponta a educação das massas como um dos aspectos dessa questão. Defende a necessidade de criar um novo conceito de educação, como parte do projeto nacional. Uma teoria que, segundo ele, possa delinear a formação de um homem capaz de realizar o desenvolvimento do país. Nas palavras do autor a reforma da educação:

[...] terá de ser profunda. Consistirá, antes de tudo, em substituir os quadros educacionais inspirados no humanismo hoje sem sentido, por outros que, ao contrário do que muitos pensam, não serão anti-humanistas, e muito menos anti-humanos, mas simplesmente representativos de nova concepção de humanismo. Deverá ser abandonada a preocupação de formar doutores e exegetas de coisas mortas [...] Apresenta-se, assim, a educação como aspecto capital da teoria do desenvolvimento. Para o Brasil atual, a educação é a difusão dessa ideologia (PINTO, 1960, p.44).

Constamos que, desde lá e ainda hoje a discussão sobre as reformas educacionais é um tema em pauta, pois a educação pública, embora seja apontada como “algo primordial” nos discursos governamentais e na mídia, apresenta-se, no Brasil, com grande escassez de recursos e seu sucateamento é notório e preocupante.

Vieira Pinto deixa claro, na obra aqui analisada que a tarefa do ISEB é contribuir para a elaboração da ideologia do desenvolvimento nacional, que atenda aos anseios das massas. Na época de sua publicação, o Brasil era governado por Juscelino Kubitschek de Oliveira, cujo período de expansão capitalista, alicerçado em torno do capital estrangeiro e em investimento estatal, como afirma Gorender (1997, p.111), foi de significativa crise econômica, política e social.

O ISEB, nesse contexto, segundo explica Jaguaribe (1979), estava numa segunda fase (1959 a 1960) sob a direção de Roland Corbisier. As ações do grupo foram marcadas em três planos: **da teoria geral, dos estudos brasileiros e da práxis política**. No que se refere à teoria geral, buscavam a superação do que eles chamavam de limitações “histórico-sociológicas do positivismo e do marxismo”, com o objetivo de pensar uma concepção que orientasse à compreensão da realidade brasileira. Observamos uma ênfase ao nacionalismo. Assim, no que tange aos estudos brasileiros, o ISEB tinha o intuito de criar os fundamentos de uma política de desenvolvimento nacional. A práxis política, mencionada por Jaguaribe (1979), caracteriza-se pela realização do projeto de desenvolvimento nacional, fundamentado nos princípios do nacionalismo desenvolvimentista.

Havia no ISEB uma tendência de superação do positivismo e do marxismo, sobre a qual Jaguaribe (1979, p.97) informa que o grupo que a almejava era representado por: Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Álvaro Vieira Pinto, Candido Mendes e Ewaldo Correia Lima. O autor afirma que estes pensadores buscavam o entendimento da realidade brasileira, que pudesse oferecer caminhos para um desenvolvimento nacional, eixo central dos propósitos do ISEB. Numa

perspectiva diversa, segundo Jaguaribe (1979, p.97), Nelson Werneck Sodré “era um historiador de assentadas convicções marxistas”.

Nessa segunda fase do ISEB, vale destacar um episódio que envolveu Jaguaribe e a UNE (União Nacional dos Estudantes). Em 1958, esse autor publicou “O nacionalismo na atualidade brasileira”. As posições defendidas por Jaguaribe, versavam sobre “nacionalismo versus entreguismo” e argumentava que o “[...] o país deveria contar com um raciocínio que levasse em consideração sua peculiaridade histórica, e empiricamente apontasse soluções no âmbito da produção de uma ideologia do desenvolvimento” (IN: FREITAS, 1998, p.84). Defendeu a ideia de que o capital estrangeiro poderia “incrementar” o desenvolvimento nacional. Isso gerou oposição e reserva por parte daqueles que acreditavam que o imperialismo era obstáculo ao desenvolvimento nacional (FREITAS, 1998). Segundo Freitas (1998), a UNE reagiu com preocupação às ideias ali apresentadas, utilizando a imprensa. Esse episódio causou uma crise no interior da ISEB. Roland Corbisier, então diretor da instituição “[...] posicionou-se contra qualquer manifestação de censura (FREITAS, 1998)”. Esse debate afastou Jaguaribe, em 1959, assim como Alberto Guerreiro Ramos. Nesse mesmo ano o Conselho Consultivo da instituição encerrou suas atividades e Anísio Teixeira também se afastou.

Sobre a atuação do ISEB, vale mencionar as críticas por parte dos católicos em relação aos cursos e publicações desse instituto. Brás de Alcântara e Antônio Carlos Vilaça, publicaram na Revista Católica de Cultura em 1959, dois textos respectivamente: ISEB, Comunista? e I.S.E.B. Nos dois textos os autores mencionados, denunciam a “infiltração comunista” e difusão do marxismo e da doutrina vermelha na maioria dos cursos ministrados.

Vilaça (1959, p.943) explicita que pela atmosfera desses cursos, o ISEB pode ser visto como “um clube de marxistas”. Um dado importante que esse autor apresenta, refere-se à sua estranheza em relação aos professores católicos desse instituto, e afirma:

não entendo como um católico possa participar de um tal ambiente. Para que não me faltasse o contacto direto ou a experiência pessoal, fui várias

vezes a conferências no auditório do ISEB e guardo como católico a mais penosa impressão. Não apenas se ensina ali o materialismo, como já criou um clima de agressividade em relação ao espiritualismo e, particularmente, ao catolicismo.

Fica evidente, pela leitura desses textos o rompimento de membros do ISEB com o catolicismo. Vieira Pinto é um exemplo, como já afirmamos no item anterior.

Nessa segunda fase do ISEB, Vieira Pinto finalizou o livro “*Consciência e realidade nacional*”, de grande impacto para a filosofia brasileira. Obra de dois volumes, publicada em 1960, representou a perspectiva política debatida no ISEB. Apresenta temas polêmicos, que causaram elogios e muitas críticas, com base em: concepção de trabalho, consciência crítica e ingênua, realidade nacional. Na introdução do livro, Vieira Pinto retomou uma idéia já apresentada em 1956 na obra “*Ideologia e desenvolvimento nacional*”, sobre a afirmação de que a sociedade brasileira “atingiu uma etapa do seu processo em que está se produzindo profunda alteração na sua consciência (1960, p.01)”. O objetivo da obra foi o do esclarecimento sobre a origem e as formas de consciência da realidade nacional.

Esse pensador continuou preocupado com a formação de consciência e defendeu a necessidade das massas reconhecerem sua situação num país subdesenvolvido. Vieira Pinto deixa claro que o estudo não é “matéria de dissertação acadêmica” mas uma análise da nossa própria situação pessoal. Explica que a obra se apresenta como “meditação livre”, e visa a contribuir para o “esforço do desenvolvimento nacional, ao procurar apreciar os reflexos na consciência social das transformações em andamento (p.17)”. No primeiro volume trata das diferentes interfaces que envolvem a questão da consciência, tais como: a sociedade, consciência ideológica e desenvolvimento, consciência ocupada, consciências ingênua e crítica, consciência política e desenvolvimento, e consciência de massa. Na seqüência do primeiro volume o pensador prioriza a análise da consciência ingênua e os diferentes aspectos que decorrem desse conceito.

Voltado também a essa questão, Gramsci destaca que essa consciência ingênua é um amálgama de diferentes concepções de mundo, que ele chamou de *sense comum*. Gramsci (2006) explicita, no caderno 11, que:

o senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço: é o “folclore” da filosofia e, como o folclore, apresenta-se em inumeráveis formas; seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconseqüente, conforme à posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia (GRAMSCI, 2006, p. 114).

Dentre as diferentes formas de compreensão da realidade nacional, Vieira Pinto defende a necessidade de uma análise filosófica da realidade, por parte dos pensadores que tenham condições para tal tarefa, que Gramsci chama de “intelectuais”. Nosso autor, por outro lado, define que a consciência “é sempre um conjunto de representações, ideias, conceitos, organizados em estruturas suficientemente caracterizadas para se distinguirem tipos ou modalidades (1960, p.20)”. Explica a consciência ingênua como aquela que “[...] apenas reflete sobre o mundo das suas ideias, o investiga, enriquece pela observação, pelo estudo, pela meditação, mas não inclui entre essas ideias a representação dos fatores objetivos de que elas dependem, ou mesmo nega enfaticamente tal dependência” (p.20). A consciência crítica é concebida como aquela que: “[...] conhece a existência do necessário condicionamento das ideias que possui, busca relacioná-las aos seus suportes reais e, sem deixar de organizar logicamente a sua compreensão, não exclui a referência obrigatória a um fundamento na objetividade (p.20)”.

No segundo volume de sua obra, Vieira Pinto se dedica à sistematização da consciência crítica e às categorias: objetividade, historicidade, racionalidade, totalidade, atividade, liberdade, nacionalidade, princípios de uma política nacionalista. Fica evidente, assim como na obra de 1956¹⁷, sua preocupação com o desenvolvimento do país e, mais do que isso, com a elaboração de um projeto nacional. Assim como os demais pensadores do ISEB, Vieira Pinto defendia a

¹⁷ Ideologia e desenvolvimento nacional.

idéia de que o Brasil, no final da década de 1950 e início da década de 1960, começou a ser analisado a partir de novos modelos de pensamento. Em suas palavras (1960, p.11-12):

há indubitavelmente uma nova consciência em ascensão no seio da sociedade brasileira, mas, não sendo ainda dominante, luta para se definir a si própria e refutar os modos de pensar precedentes. Vivemos um período em que diferentes configurações de idéias, representando cada qual um modo de compreensão da realidade, combatem pelo direito de serem reconhecidas como legítimas e de assumirem a direção política do processo nacional.

Essas ideias ajudam na compreensão da posição tomada na questão da universidade, pois esse autor vai defender uma reforma que não se limita às questões institucionais, mas explicita a necessidade de grandes mudanças sociais.

Álvaro Vieira Pinto retoma, na obra em foco, a defesa do desenvolvimento como processo e unidade, uma tese já apresentada em 1956 de que “não há projeto social sem ideologia de massa, ou seja, sem suficiente unificação do pensamento e da vontade popular mediante uma representação objetiva da realidade e a decisão de modificá-la (1960, p.33)”.

Entretanto, diferentemente de Gramsci que pensava em termos de universalização, Vieira Pinto considera a contradição principal na sociedade brasileira, que reside na questão do subdesenvolvimento. Explica que não desconhece a presença da contradição entre as classes, no entanto, acredita que a resolução da contradição principal “imperialismo e a desigualdade no desenvolvimento” pode levar a outras contradições que ele não pode prever.

Sobre o subdesenvolvimento ele afirma que:

[...] é uma contradição histórica: a marcha do processo universal faz-se na direção que tende a aboli-lo. Mas, enquanto o país se encontra em luta para suprimi-lo, apresenta-se como a contradição suprema, aquela que afeta todos os aspectos da realidade nacional e, por conseguinte, constitui a base objetiva da consciência que o país toma dele próprio (1960, p.37).

O impacto da obra “Consciência e realidade nacional” foi grande. Destacamos aqui a interpretação de alguns autores que se dedicaram à leitura e interpretação dessa obra: Rodrigo (1988), Toledo (2007; 1978), Freitas (1988), Cortes (2003), Lebrun (2005), Konder (1962).

Lídia Maria Rodrigo, em “*O nacionalismo no pensamento filosófico: aventuras e desventuras da filosofia no Brasil*” (1988), investiga a forma como o projeto nacionalista se traduz no âmbito filosófico. Prioriza o estudo da obra “Consciência e realidade nacional” de Vieira Pinto e elege como tema central de sua leitura a preocupação com a elaboração de um pensamento filosófico original e autônomo. Examina o estudo que esse pensador realizou sobre as correntes filosóficas européias: lógica formal, ecletismo, fenomenologia existencial e pensamento dialético. Aponta que Vieira Pinto assume posições diversas em relação a elas. As duas primeiras, na visão da autora, são rejeitadas pelo autor e as demais são aceitas, mas submetidas à assimilação crítica.

A autora questiona sobre até que ponto uma ideologia específica, que se traduz na ideologia nacional-desenvolvimentista, defendida pelos membros do ISEB, em especial por Vieira Pinto, tem “competência para definir os critérios de validade do saber científico ou filosófico (1988, p.18)”. Para responder a tal questão, analisa as relações entre ciência e ideologia. Defende que a ideologia nacional-desenvolvimentista não pode oferecer critérios válidos para a ciência e filosofia, pois:

ao buscar na ciência a fundamentação para o seu projeto de transformação, a formulação ideológica privilegia a ressonância que os enunciados científicos venham a ter no campo da ação político-social que ela pretende inspirar. Por isso, a racionalidade ideológica é simplificadora em relação ao conhecimento científico da realidade (RODRIGO, 1988, p.29).

Rodrigo (1988), explica que a noção de ideologia presente em Vieira Pinto traduz um caráter intelectual e ativo. Critica a vinculação que esse pensador faz de uma teoria científica e filosófica a uma ideologia particular. Considera que isso confere grande força ao projeto ideológico da consciência, em uma visão idealista. Além desse aspecto, Rodrigo (1988) considera que Vieira Pinto elege o

subdesenvolvimento como contradição principal do país. Dessa maneira, coloca o motivo do atraso da nação na dependência em relação aos países desenvolvidos. A solução seria a industrialização. O imperialismo, segundo Vieira Pinto, atinge a nação com um todo. Com isso ganha visibilidade uma ideologia nacional, que é defendida por esse pensador e pelos demais membros do ISEB.

Vale destacar que as posições de esquerda, como explica Rodrigo (1988), seja no ISEB ou fora dele, como o combate ao imperialismo e a defesa de um desenvolvimento nacional autônomo, representavam uma fase necessária para se chegar ao socialismo. No entanto essa posição é criticada por essa autora, por não “sair da órbita desse sistema”. Nas palavras da autora (1988, p.39-40):

a confiança excessiva nos benefícios do desenvolvimento econômico e do progresso industrial para a classe trabalhadora constitui um obstáculo à percepção de que, no regime capitalista, estes se dão basicamente em proveito da classe dominante. O desenvolvimento é considerado, por muitos isebianos, como bom em princípio, independente da vinculação a um modo de produção específico.

Essa crítica é coerente com os pressupostos de Gramsci, para o qual não serve a “melhoria” do capitalismo, mas somente sua superação.

Ligia Maria Rodrigo (1988) alerta que não é possível classificar o ISEB como um aparelho exclusivo da classe dominante, isso seria na sua concepção uma explicação “simplista” de um fenômeno de grande complexidade, que envolveu posições diversas em um contexto que precisa ser considerado.

Toledo (2007), por sua vez, aponta que Vieira Pinto buscou na obra “Consciência e Realidade Nacional”, sintetizar os resultados de diferentes análises sobre a formação social brasileira, contribuindo para a formulação de uma ideologia de desenvolvimento nacional. Esse autor considera que havia na obra “[...] uma dominância de cunho existencial: poder-se-ia afirmar que a perspectiva existencial desempenharia o papel de “fio condutor” em todo o pensamento filosófico isebiano (TOLEDO, 2007, p. 313)”.

Essa observação sobre a presença de categorias existencialistas na obra de Vieira Pinto não desconsidera os diversos alertas desse autor, na obra, sobre as insuficiências das concepções existencialistas. Toledo (2007) entende que a

defesa da história e da dialética feita por Vieira Pinto indica sua aproximação com o marxismo, mais do que qualquer outra corrente teórica. Considera também a “simpatia” de Vieira Pinto em relação ao pensamento de Lukács. Nas palavras de Toledo (2007, p.315): “a aproximação com a visão lukacsiana presente em História e Consciência de Classe, estaria no privilégio que Vieira Pinto concede às massas trabalhadoras, no desvendamento e na transformação da sociedade subdesenvolvida”.

As posições de Vieira Pinto sobre a universidade corroboram com essa opinião, quando ele afirma que a essência da reforma não está na sua organização, ou até mesmo no tipo de ensino oferecido por ela, mas na oposição entre os interesses da classe dominante e da classe dominada.

Na obra Consciência e Realidade Nacional, o autor trata do conceito de trabalho, apontando a dimensão existencial, representada pela categoria *amanualidade*. A partir da filosofia da existência, Vieira Pinto (1960, p.69) afirma que:

viram os teóricos daquela corrente que o mundo se apresenta ao existente humano como espaço de ações possíveis mediante objetos dispostos ao seu redor, a serem tomados como utensílios, e que, portanto, a determinação mais imediata dos entes é a de se darem como algo que “está à mão”, caráter esse que foi chamado de “**amanualidade**”. Com efeito, a objetividade se faz acessível ao homem mediante a amanualidade com que se apresentam a nós os entes circunstantes preexistentes à ação.

Segundo Freitas (1998), Vieira Pinto não abandona esse conceito ao longo de sua produção teórica. Para ele, a dimensão da amanualidade seria “via real” de acesso á realidade. Toledo (2007, p.315), por sua vez, acredita que Vieira Pinto “associava-se a todo um movimento de reinterpretação da obra de Marx que tem nas suas obras de juventude sua referência fundamental”. Conceitos como luta de classes, valor-trabalho, mais-valia estão ausentes na obra Consciência e Realidade Nacional, como afirma Toledo (2007), o que pudemos constatar.

Rodrigo (1988) destaca ainda, que a ideologia defendida por Vieira Pinto e outros pensadores do ISEB atingiu amplos setores da esquerda brasileira, como o Partido Comunista Brasileiro e a União Nacional dos Estudantes.

Gerard Lebrun (2005) em artigo publicado: “A realidade nacional e seus equívocos”, em 1962, analisa a obra “Consciência e realidade nacional”, e considera que o livro se apresenta como “fenomenologias da consciência de país subdesenvolvido”. Dentre as diversas críticas apresentadas por Lebrun (2005) destacamos as seguintes: concepção ambígua de nacionalismo, “o que marca uma etapa necessária de estratégia revolucionária (p.175)”; subordinação da ciência à ideologia; ecletismo presente na argumentação do autor.

Mesmo diante dessas críticas, Lebrun (2005, p.199-200) reconhece que:

Vieira Pinto escreveu um livro interessante e significativo, mas, a meu ver, muitíssimo contestável do ponto de vista teórico. Sei que o autor tem razão de repetir que os problemas brasileiros exigem soluções urgentes, e não apenas tagarelícos ‘filosóficas’ ou ‘tecnocráticas’. Tem razão ao atacar todas as formas de neocolonialismo. Tem razão ao sustentar que o desenvolvimento acelerado da indústria nacional é condição indispensável para a liberdade efetiva do Brasil. Tem razão ainda ao insistir na necessidade de um reagrupamento nacionalista no imediato (como ele mesmo sublinha).

Norma Côrtes (2003) também realizou uma leitura de Vieira Pinto, no trabalho intitulado “Esperança e Democracia: as ideias de Álvaro Vieira Pinto”. Diferentemente de autores citados, Côrtes (2003, p.21) considera que “tanto à direita como à esquerda, a obra de Álvaro Vieira Pinto conheceu poucos adeptos ou entusiastas”. A autora defende a necessidade de ler as obras desse autor, pois na sua compreensão ele

[...] não chegou a conhecer, nem em vida, nem postumamente, a consagração. Se sua reputação não foi depreciada como mera vulgaridade filosófica, ele também não provou dos bons frutos da fala. Quando lembradas – salvo raras exceções -, as ideias de Vieira sempre aparecem junto a predicados pouco lisonjeiros ou debochados (CÔRTEZ, 2003, p.26).

Essa autora problematiza as interpretações a respeito da obra de Vieira Pinto, em especial o livro “Consciência e realidade nacional”, e afirma que: “[...]”

durante mais de duas décadas, seu pensamento foi sistematicamente combatido pela geração de pensadores sociais e políticos que compuseram, instalaram e montaram a atual estrutura institucional acadêmica e universitária (CÔRTEZ, 2003, p.27)”.

Entretanto, as diferentes leituras realizadas sobre a produção de Vieira Pinto apontam que ainda há muito a pesquisar, pois sua obra é rica e pode oferecer importantes elementos de análise para a história do Brasil e também sobre educação e universidade. Cortês (2003) afirma que seu estudo sobre Vieira Pinto:

[...] está inconcluso. Ele consiste apenas numa interpretação e, portanto, não pretendo oferecer termo de solução para aquilo que apresenta. A rigor, nele não há exatamente algo a se concluir. Porque, de certa forma, seu desfecho é uma espécie de convite – o convite para que voltemos a ler as obras de Álvaro Vieira Pinto.

Como observa Norma Côrtes, o estilo do texto de Vieira, pode ser lido como um convite à meditação filosófica:

as características de estilo de Consciência e realidade nacional alteravam a própria experiência de leitura da obra. A singeleza expositiva franqueava aos leitores indiscriminalmente, a possibilidade de realizarem um exercício filosófico. Na medida em que era acessível a todos, a leitura de CRN se assemelhava a uma espécie de diálogo cujo início reclama apenas pela espontaneidade da consciência ingênua, mas que paulatinamente vai se transformando na lenta aquisição da consciência crítica (CÔRTEZ, 2003, p. 78)

Leandro Konder (1962, p.504) também analisa a obra “Consciência e realidade nacional” e, ao contrário, a considera de “extraordinária importância, destinada, sem dúvida, a exercer salutar influência sobre o movimento de emancipação nacional – de cujo avanço ela própria é uma conseqüência”. Esse autor explica que as formulações de Vieira Pinto tinham caráter “participante” pela própria natureza dos aspectos analisados na obra, e que esse pensador foi criticado, mas pelos círculos “conservadores e retrógrados da sociedade brasileira, a serviço do imperialismo”.

Konder (1962) explica que Vieira Pinto estudou, na obra em foco, as relações entre a realidade nacional e as ideologias, a partir do “primado da

objetividade”; analisou os problemas brasileiros e apontou o subdesenvolvimento como algo a ser superado. O desenvolvimento a ser conquistado não é entendido por Álvaro como um processo mecânico; ele supõe a ação dos homens. Konder (1962, p.506) aprecia a compreensão de Vieira no que se refere à relação entre o “determinismo dialético histórico e a liberdade humana” pois a “consciência não é livre senão quando é ativa, quando se constitui em instrumento de intervenção da realidade”.

A luta contra o imperialismo é marcante na obra de Vieira Pinto. Sobre ela, Konder (1962, p.506) questiona qual seria o papel da burguesia nacional, na perspectiva desse pensador. Trata-se de uma questão “delicada” na visão de Konder, especialmente porque Vieira Pinto atuava no ISEB, órgão criado com o objetivo de “contribuir para a revolução nacional, mas em proveito da burguesia nacional. É precisamente o Estado burguês brasileiro que mantém o ISEB”. Konder (1962, p.506) questiona como Vieira Pinto poderia examinar essa questão de forma independente.

É nesse ponto que Vieira Pinto revela ser um verdadeiro homem de ciência, pois chega a se libertar das limitações que lhe adviriam de uma consciência de classe burguesa e da filiação oficial do ISEB para assumir algumas posições que escapam ao esquema das conveniências da burguesia como classe.

Konder (1962) diverge de Vieira Pinto por ele não dar o devido valor à contradição interna, entre as classes. Na percepção desse autor (1962, p.507), “Vieira Pinto é levado a crer numa unidade de objetivos entre o proletariado e a burguesia nacional que ultrapassa os estritos limites da luta contra o imperialismo e seus aliados internos”.

Esse autor chama atenção para os interesses diversos dos trabalhadores e da burguesia nacional: para os primeiros o desenvolvimento é uma “questão vital e não um mero interesse”. Mesmo apontando essa divergência, Konder (1962, p.508) explica que suas observações referem-se “mais ao que ele deixou de dizer do que ao que ele disse”. O autor também destaca a riqueza e profundidade da obra “Consciência e realidade nacional”.

Nesse capítulo foi possível observar o movimento das ideias de Vieira Pinto. Na base de sua formação e início da sua trajetória acadêmica, o integralismo e o catolicismo fundamentaram seu pensamento. A sua entrada no ISEB em 1955 marca seu afastamento em relação a esses fundamentos, como vimos no primeiro item. Um exemplo disso, é que os cursos e professores do ISEB passam a ser criticados pelos católicos e considerados por eles como “comunistas”, “marxistas”, especialmente pelas discussões acerca do imperialismo.

Nessa fase Vieira Pinto passou, como informa Saviani (1999, p.46), “a combinar o magistério universitário de História da Filosofia com as novas funções exercidas no ISEB, a sua orientação filosófica atingiu a maturidade e ganhou outra densidade”.

O foco central das produções de Vieira Pinto no período de 1955 a 1961 é caracterizado pela preocupação com a elaboração de um projeto nacional, de cujo processo as massas seriam protagonistas. As obras “Ideologia e desenvolvimento nacional” e “Consciência e realidade nacional” publicadas nesse período explicitam sua inquietação em compreender a realidade nacional. Nesse processo, segundo Saviani (1999, p. 46), Vieira Pinto terminou por assumir “a perspectiva da filosofia dialética, em termos técnico-filosóficos ancorada em Hegel, através de uma terminologia extraída do existencialismo, mas sociologicamente inspirada no marxismo”.

Já a partir de 1961, na terceira e última fase do ISEB (1961-64), temática do próximo capítulo, é possível perceber um novo movimento no pensamento de Vieira Pinto. Sua aproximação em relação ao marxismo é evidente e também sua participação na discussão sobre as reformas de base, especialmente a universitária.

3 A ATUAÇÃO DE ÁLVARO VIEIRA PINTO NA DIREÇÃO DO ISEB (1961 a 1964)

Nesse capítulo objetivamos analisar a atuação de Álvaro Vieira Pinto na última fase do ISEB (1961-1964), sob sua direção. Foi nesse período que o pensador participou das discussões acerca da Reforma Universitária e das demais reformas de base, pautas em destaque naquele contexto, aproximando sua reflexão do pensamento da esquerda. Foi quando produziu importantes obras, dentre elas “A Questão da Universidade” e “Porque os ricos não fazem greve”, da coleção Cadernos do Povo Brasileiro. No primeiro tópico, tratamos de maneira breve da composição da esquerda no Brasil no período 1961 a 1964, apontando os grupos de esquerda e suas pautas reivindicatórias, com intuito de localizar a produção de Vieira Pinto nesse processo. No segundo tópico, nos dedicamos ao estudo das obras desse pensador e sua atuação na direção do ISEB.

3.1 ÁLVARO VIEIRA PINTO NA ESQUERDA BRASILEIRA (1961-1964)

O processo de esquerdização do pensamento de Vieira Pinto é notável a partir de 1961, quando assume a direção do ISEB. Para compreendermos as mudanças do pensamento e ação desse autor, elencamos alguns questionamentos: é possível falarmos de uma esquerda brasileira? Que grupos podem ser considerados como esquerda no período de 1961 a 1964? As posições defendidas por Vieira Pinto nesse período se aproximam da proposta dos grupos de esquerda?

Não buscamos realizar um estudo minucioso sobre essa temática, mas localizar a posição de Vieira Pinto no pensamento considerado de esquerda no período de 1961 a 1964. A produção de Vieira Pinto nesse período no ISEB é muito rica, suas obras e sua participação em diferentes lutas sociais nos possibilitam afirmar que esse pensador assume, de fato, uma posição de “esquerda”.

Essa afirmação está pautada nas seguintes publicações: a da obra “A

Questão da Universidade” em 1961, a pedido da UNE, que revela a compreensão de Vieira em relação a reforma universitária, como uma das facetas de um processo maior de mudança; a da obra “Por que os ricos não fazem greve” pela Editora Civilização Brasileira. Essa faz parte da coleção Cadernos do Povo Brasileiro, da qual o autor foi coordenador juntamente com Ênio Silveira.

Álvaro Vieira Pinto foi também integrante da comissão diretora do Comando dos Trabalhadores Intelectuais, criado em 07 de outubro de 1963.

A partir dos questionamentos que apresentamos no início desse item, buscamos estudar autores que se dedicaram a essa temática: Toledo (2007); Moraes (2011); Konder (2003); Silva (2009); Filho (1991); Sader (1991).

Quando falamos em “esquerda”, a ideia que inicialmente nos vem à mente refere-se às posições que se aproximam do socialismo, do comunismo e se configuram contrárias à vertente liberal, conservadora. Silva (2009) considera que a rigor não podemos nos referir à esquerda no singular, mas sim no plural. A história da esquerda brasileira confirma essa pluralidade; posições, táticas e formas diferentes de mobilização social podem ser observadas.

Konder (2003), na obra “História das idéias socialistas no Brasil”, busca refletir sobre as questões (ainda não resolvidas) que envolvem essa temática, sem pretensão de expor os “erros” e “acertos” da considerada esquerda brasileira. A autor compreende a trajetória da esquerda brasileira, como parte do entendimento do que tem sido o socialismo e de como estas ideias chegaram no Brasil. Afirma que o socialismo “é um fenômeno típico da história moderna e contemporânea (2003, p.09)”, e suas origens datam do final do século XVIII depois da Revolução Francesa (1789). O socialismo surgiu como

um continuador da luta contra as injustiças sociais, porém introduziu nessa luta um elemento novo: a proposta de uma transformação nas condições da produção e da apropriação da riqueza produzida pela sociedade. O programa político defendido pelos socialistas, em nome das necessidades vitais da comunidade, passou a impor restrições aos direitos dos proprietários particulares (KONDER, 2003, p. 10).

A partir do século XVIII, diversos grupos teóricos e vertentes apresentaram

críticas e propostas para os dilemas e contradições do capitalismo. Ganham destaque as idéias de Karl Marx (1818-1883) que buscou explicar o capitalismo e defendeu a luta dos operários por uma sociedade sem classes: o comunismo. Sobre a leitura e interpretação de Marx no Brasil, Filho (1991, p.45) explica que

apesar de alguns exemplos isolados, mormente depois de 1922, com a fundação do Partido Comunista, somente depois de 1930 é que a obra de Marx começou a ser realmente divulgada no Brasil, quer em línguas estrangeiras quer em traduções, que se multiplicavam. E somente, nestes últimos trinta anos, com estudos de sua obra nas universidades, em seminários, em conferências, em debates sérios nos centros culturais é que se pode dizer que Marx é realmente estudado entre nós.

Konder (2003, p.26) alerta que a sociedade brasileira era muito diferente das sociedades européias. Na Europa

as ideias socialistas ganharam espaço depois que as ideias liberais começaram a ser consideradas insatisfatórias por setores cada vez mais amplos da sociedade. No Brasil (e nos demais países da América Latina), o aparecimento das ideias socialistas se deu de outra forma e por outros caminhos.

A diferença entre a sociedade brasileira e européia se manifestava na visão de Konder (2003, p.27) em

tempos históricos distintos: as pessoas viviam realidades diversas e que se transformavam em ritmos bastante desiguais. No auge da atividade dos socialistas utópicos lá na Europa, aqui se lutava para que a terra deixasse de ser colônia de Portugal e se afirmasse como um país independente.

Não queremos afirmar com isso que não existia lutas, revoltas, mobilizações no Brasil; no entanto, a ideia formalizada e institucionalizada de socialismo e comunismo só vai ocorrer em 1922 com a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O início do século XX no Brasil é marcado pela queda das exportações de café, pelo desemprego e por revoltas contra os baixos salários. Konder (2003, p.42) informa que de 1917 a 1920, registrou-se mais de 200 greves no Rio de Janeiro e São Paulo. Os anarquistas, segundo Konder (2003, p.45), haviam

assumido uma posição de liderança. A maior parte deles havia experimentado a vida numa sociedade anarquista instituída no interior do estado do Paraná, chamada Colônia Cecília, que durara por cerca de três a quatro anos, na última década do século XIX.

Nesse período, também foi discutida a necessidade de organização de um partido. No entanto, “quanto mais crescia a tendência no sentido de organizar os trabalhadores num partido político, mais eles reagiam contra a ideia e iam se isolando no movimento operário”.

As influências da Revolução Russa são marcantes na constituição da esquerda nesse período. Konder (2003) explica que quando a situação da Rússia (transformada em União Soviética) ficou mais elucidada, ocorreu de fato uma divisão entre os anarquistas. Um grupo se aproximou das doutrinas de Bakunin, Kropotkin e Malatesta e outros passaram a estudar as idéias de Lênin e aderiram às concepções defendidas na Revolução Russa.

A constituição do Partido Comunista se deu a partir do debate de ex-anarquistas, que estavam revisando suas concepções. Em “março de 1922, havia 73 militantes convertidos ao leninismo em todo o Brasil, dispostos a fundar o novo partido (KONDER, 2003, p.46)”. O PCB foi fundado em 25 de março de 1922. Sua linha de atuação ao longo da história passou por mudanças, como observa Konder (2003, p.52) “apesar das limitações programáticas, apesar das deficiências de seus militantes e da imensa dificuldade dos desafios que era obrigado a enfrentar, o Partido Comunista do Brasil conseguiu crescer e chegou a 1930 com cerca de 800 filiados”.

Não buscamos apontar o histórico do PCB, mas mostrar que no Brasil não podemos falar de uma única esquerda e sim da ação de diferentes atores que lutaram contra as ideias conservadoras e contra a exploração dos trabalhadores, a partir de bases teóricas diversas. O PCB se destacou nesse processo contando com a participação e ação de diversos intelectuais brasileiros e estrangeiros.

A segunda questão, que levantamos refere-se aos grupos que podem ser considerados como esquerda no período de 1961 a 1964. Essa delimitação foi

pensada porque foi nesse período que Vieira Pinto (na direção do ISEB) se aproximou e defendeu diversas pautas dos grupos de esquerda.

A passagem dos anos 1950/60, na percepção de Moraes (2011, p.20), demonstra um momento de “euforia desenvolvimentista, de acelerada politização da sociedade, de amplos debates sobre a eficácia revolucionária da arte, de explosão de reivindicações dos trabalhadores urbanos e rurais [...]”. Os primeiros anos da década de 1960, foram muito agitados

Jânio Quadros sucedeu Juscelino Kubitschek na Presidência da República; mas, após seis meses e alguns dias renunciou. Assumiu o vice, João Goulart; porém, a pressão dos políticos conservadores e dos chefes militares contra ele levou o Congresso a mudar o regime, instituindo o parlamentarismo. O parlamentarismo, instituído em condições de crise, durou pouco: um plebiscito restaurou o presidencialismo (KONDER, 2003, p.71).

Moraes (2011, p.33) considera que de 1960 a 1964, a política brasileira não se restringiu ao parlamento, mas tornou-se algo bem abrangente. Nas palavras desse autor:

a disputa pela hegemonia ultrapassara a esfera partidária para penetrar nos movimentos sociais. Essa ampliação da participação popular no processo político detonou um conjunto de pressões reivindicatórias das camadas subalternas. As propostas nacionalistas, desenvolvimentistas, anti-imperialistas e pelas reformas de base encontravam, nesses segmentos, uma audiência crescente (MORAES, 2011, p.33).

As estruturas partidárias não atendiam às exigências de um movimento social que crescia. Nesse cenário diversos grupos ganham destaque e espaço no processo reivindicatório. No final dos anos de 1950 e início de 1960, segundo Moraes (2011) ocorreu uma “pulverização” da esquerda, o PCB “[...] passaria a ter concorrentes tanto na área das organizações comunistas, quanto nos setores mais radicalizados do movimento nacionalista, com suas ramificações populistas. A ideia do socialismo toma corpo, na cidade e no campo”.

As tendências de esquerda na área cultural se fortaleceram. O Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) apresentava espetáculos em diversos locais, com sátiras sobre o imperialismo e temas em

favor da luta pelas reformas de base. Diversos nomes do campo artístico também se aproximaram das pautas defendidas pela esquerda.

Moraes (2011, p. 25) informa que nesse contexto, a leitura era algo marcante. A “Editora Civilização Brasileira, entre 1961 a 1964, publicava um livro por dia útil, incluindo autores marxistas e não marxistas [...] A Editorial Vitória, do PCB, se encarregava de mandar para as livrarias as obras de Marx, Engels, Lênin, Mao Tse-tung”. A Coleção Cadernos do Povo Brasileiro, de parceria entre o ISEB e o CPC, vendeu milhares de exemplares. Vieira Pinto, juntamente com Ênio Silveira, coordenou a publicação dessa coleção e publicou o livro “Por que os ricos não fazem greve”, que vendeu mais de 40 mil exemplares. Moraes (2011, p.26) relata um episódio curioso sobre esse livro:

em fevereiro de 1964, tocou o telefone no escritório de Ênio Silveira. Era o capitão Eduardo Chuahy, da Casa Militar da Presidência da República, que queria encomendar cerca de dez mil exemplares do livro de Álvaro Vieira Pinto [...] A maior parte dos dez mil exemplares foi distribuída a sindicatos.

Outro elemento de destaque na constituição dos grupos de esquerda nesse período, foi o impacto da Revolução Cubana em 1959. Um exemplo disso foi que em março de 1960,

à frente de numerosa comitiva, Jânio embarca num avião da Varig para Havana. Acompanhavam-no jornalistas como Villas Boas Côrrea, Carlos Castelo Branco, Márcio Moreira Alves e Hélio Fernandes; políticos como Afonso Arinos, Adauto Lúcio Cardoso, José Aparecido de Oliveira e Paulo Tarso; e o líder das Ligas Camponesas do Nordeste, Francisco Julião, que descobriria o seu guru: Fidel Castro.

Os principais grupos que se posicionaram na luta por mudanças sociais nesse período foram: Política Operária (POLOP) criada em fevereiro de 1961 em Jundiaí (São Paulo); Ação Popular (AP) criada em junho de 1962 em Belo Horizonte; Partido Operário Revolucionário (Trotskista) criado em 1953; Ligas Camponesas, criadas na segunda metade dos anos de 1950; Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) criado em 1962; Comando dos Trabalhadores Intelectuais criado em outubro de 1963. Além desses grupos podemos citar também a União

Nacional dos Estudantes (UNE); o Partido Comunista Brasileiro (PCB) por crise interna, o novo partido que havia sido criado em 1962: o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O ISEB, por sua vez, pode ser considerado por Konder (2003) um pólo de agitação político-cultural no período de 1961 a 1964. Trataremos a seguir, de maneira breve, do modo como esses grupos atuavam e como Vieira Pinto se aproximava de algumas pautas defendidas por eles.

O movimento **Política Operária (POLOP)**, nasceu da associação de pequenos grupos de intelectuais e estudantes que,

no final dos anos de 1950, questionavam a aliança com a burguesia nacional proposta pelo PCB. Esses grupos tinham militâncias diversas: setores da Juventude Socialista, da Guanabara; partidários de Brandler (dirigente do PC alemão na década de 1920) e Rosa Luxemburgo, ambos procurando espaços entre as correntes stalinistas e trotskistas; parte da Juventude Trabalhista, de Minas; membros da Liga Socialista e do PSB (MORAES, 2011, p.72).

Esse grupo defendia, na percepção de Moraes (2011), a extinção da dominação burguesa e chegada ao socialismo. As discussões do grupo ocorriam nos meios estudantil e intelectual.

Já a **Ação Popular (AP)**, foi criada por militantes de grupos universitários e secundaristas, comprometidos com os problemas sociais, que participavam da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC). Tinham como pauta “uma política de preparação revolucionária, consistindo numa mobilização do povo, na base do desenvolvimento de seus níveis de consciência e organização, firmando esta mobilização numa luta contra a dupla dominação capitalista (internacional e nacional) e feudal (MORAES, 2011, p. 76)”. A AP foi força “hegemônica” no movimento estudantil; atuava em aliança com o PCB, a POLOP e outras correntes de esquerda. O grupo iniciou com 200 militantes e saltou para mais de dois mil em 1964.

O **Partido Operário Revolucionário**, é fundado em 1953, “quando se filia à Quarta Internacional (trotskista) (MORAES, 2011, p.79)”. Tem como pauta central a construção de uma “ampla tendência operária de vanguarda, que adote sem reservas a plena confiança de que o desenvolvimento do movimento de massas

tenha a perspectiva final do governo operário camponês e no socialismo”.

Um outro grupo que lutava por mudanças sociais, foi denominado “**Ligas Camponesas**”, criado a partir da mobilização dos trabalhadores rurais influenciados pela experiência revolucionária de Cuba. Defendiam uma aliança operária-camponesa com os demais setores radicais da população para a realização da “libertação nacional e social”, por meio de uma reforma agrária radical.

O **Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)**, foi uma organização intersindical brasileira, com objetivo de orientar, dirigir e coordenar o movimento sindical no Brasil. Foi criado em São Paulo, no ano de 1962, durante o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, e reuniu vários sindicatos, federações e confederações. Não foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho e acabou sendo desarticulado por ocasião do golpe militar de 1964.

O **Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI)** foi criado em 7 de outubro de 1962, com a proposta de “coordenar os vários campos em que se desenvolve a luta pela emancipação cultural do país – essencialmente ligada às lutas políticas que marcam o processo brasileiro de emancipação econômica (MORAES, 2011, p.53)”. Eram 13 integrantes¹⁸ da comissão diretora. Vieira Pinto fez parte desse grupo. Quanto à atuação do CTI, Ênio Silveira explica que

com o tempo, dada a nossa atuação em reuniões e atos públicos, passamos a ser considerados uma espécie de sindicato dos intelectuais. Como desgraçadamente veio o golpe, o CTI não chegou a ter maturação, embora tenha procurado colaborar ao máximo na luta pela democracia, inclusive mostrando que os arroubos românticos em nada contribuíam para evitar o golpe (SILVEIRA, *apud*, MORAES, 2011, p.54).

Vieira Pinto, no quadro dos diversos grupos considerados de esquerda, como citamos, atuou no CTI como membro da comissão diretora. No ISEB, como diretor, criticou o modelo econômico de JK, participou das mobilizações pelas reformas de base, se aproximou das pautas da União Nacional dos Estudantes

¹⁸ Alex Viana, Álvaro Lins, Barbosa Lima Sobrinho, Dias Gomes, Édson Carneiro, Ênio Silveira, Jorge Amado, M. Cavalcanti Proença, Moacyr Félix, Nelson Werneck Sodré, Oscar Niemeyer e Osny Duarte Pereira.

(UNE) e publicou a obra “A Questão da Universidade” que serviu de base e direção para os estudantes no debate sobre a reforma universitária.

Na direção do ISEB, Vieira Pinto e os demais membros passaram a “investir contra as ‘estruturas arcaicas’, que constituíam graves obstáculos ao desenvolvimento, e contra as ‘pressões externas’ que se exerciam contra a afirmação do nosso ‘nacionalismo’ (KONDER, 2003, p.73)”. A atuação do ISEB, mesmo sendo um órgão do governo, começou a se radicalizar e chamou atenção dos dirigentes do PCB. Konder (2003, p.73) afirma que havia no ISEB professores que

já eram socialistas, como Nelson Werneck Sodré, e professores que se tornaram socialistas, como Álvaro Vieira Pinto e Roland Corbisier. O ISEB discutia a formulação de um projeto de desenvolvimento econômico dependente que poderia convir tanto ao proletariado quanto ao empresariado brasileiro (a ‘burguesia nacional’)

No período chamado “último ISEB” (1961-64), ocorreu um processo de esquerdização. Os cursos, seminários e pesquisas promovidos passaram a ter um público mais restrito, como: sindicalistas, estudantes e ativistas de esquerda (MORAES, 2011). Caio Navarro Toledo (2007, p.300) examina obras de alguns autores isebianos e observa a vinculação desses com o marxismo e a esquerda, na conjuntura política dos anos 1950 e 1960. Nas palavras desse autor, alguns intelectuais, dentre eles Vieira Pinto, motivados pela ideia do

engajamento social e político – se relacionaram com movimentos teóricos e políticos igualmente comprometidos com a noção de *práxis*. Inevitável, pois, o confronto dos isebianos com o pensamento marxista cujos autores sempre enfatizaram a existência de uma relação dialética entre teoria e prática.

A noção de *engajamento*¹⁹ foi difundida a partir da obra de Jean Paul Sartre, que teve “ampla acolhida no interior da intelectualidade brasileira nesses anos, em especial dentro do ISEB (TOLEDO, 2007, p.300)”.

¹⁹ Sobre o conceito de *engajamento*: “Sartre, modelo de intelectual engajado, celebrou este debate ao defender que o intelectual-escritor não é neutro diante da realidade histórica e social. “O escritor ‘engajado’

Nelson Werneck Sodré e Álvaro Vieira Pinto são considerados, por intérpretes das obras isebianas, autores de orientação marxista. Não podemos afirmar que as obras de Vieira Pinto, publicadas até 1961, apresentam como dominante a perspectiva marxista. Após esse período, devido também à mobilização social e outras pautas de luta sociais, Toledo afirma que: “Ao invocar, com freqüência, a perspectiva concreta, histórica e dialética, Vieira Pinto pretenderia afirmar que seu pensamento seria muito mais tributário do marxismo do que qualquer outra contribuição filosófica (2007, p.313)”.

Para Toledo (2007), Vieira Pinto considerava que a concepção de “trabalho” o marxismo, era algo que ainda necessitava de aperfeiçoamento. A ideia de “amanualidade” deveria ser considerada. Nas palavras de Vieira Pinto:

as teorias que ressaltam o caráter alienador do ser humano, próprio do trabalho exercido em certo tipo de regime político, ou que o fundam no fato de separar o produto do seu criador, são extremamente valiosas e elucidativas de aspectos sociológicos da questão; mas não chegam a ser a completa filosofia do trabalho, porque não examinam suficientemente a alteração que a transformação qualitativa do mundo, fazendo-o passar de subdesenvolvido a desenvolvido, induz na consciência quer promove tal transformação [...] Cremos ser útil iluminar a noção de trabalho pela noção de amanualidade, despojada esta da significação idealista que assume nos sistemas que a introduziram (PINTO, 1960, p.61).

Ao tratar de temas como papel das massas e filosofia do trabalho, Vieira Pinto, na percepção de Toledo (2007), estava presente num “movimento de reinterpretação da obra de Marx”. Esse movimento estava pautado na necessidade de destacar “o caráter existencial, ético e humanístico do pensamento marxiano”. Vale lembrar, como já afirmamos, que a leitura e interpretação da obra de Marx no Brasil começou somente após 1930. O papel das massas em Vieira Pinto, na visão de Toledo (2007), se aproxima da perspectiva lukacsiana, por conceder às massas trabalhadoras o papel de desvendar e transformar a sociedade subdesenvolvida.

sabe que a palavra é ação: sabe que desvendar é mudar e que não se pode desvendar senão tencionando mudar”. No contexto da sociedade capitalista é impossível manter o sonho da imparcialidade diante da condição humana. Para ele, ‘a função do escritor é fazer com que ninguém possa ignorar o mundo e considerar-se inocente diante dele’ (SILVA, 2003, p.01)”.

A ideia de que a contradição principal do Brasil estava ligada pela oposição entre *nação e antinação*, era marcante no pensamento dos autores isebianos. Algumas polêmicas surgiram sobre quem deveria se colocar como “força hegemônica na definição da ideologia nacional desenvolvimentista (TOLEDO, 2007, p. 316)”. Vieira Pinto defendia que a “ideologia do desenvolvimento só poderia proceder da consciência das massas trabalhadoras” diferente de Jaguaribe que apontava a burguesia industrial brasileira como atora principal na condução desse processo.

No que se refere à aproximação de Vieira Pinto em relação aos grupos de esquerda, Toledo (2007) considera possível comparar os discursos do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e as idéias de Vieira Pinto, no que concerne à compreensão de que a contradição principal que marca o cenário brasileiro, nesse período, é o imperialismo. Ambos não descartam a contradição de classes, mas não defendem soluções radicais. Consideram que, quando o desenvolvimento industrial capitalista for consolidado, a luta de classes será pauta essencial. Naquele contexto, o principal aspecto de luta seria derrubar as forças políticas que impedia o desenvolvimento da “nação brasileira, livre e soberana”.

Sobre esse aspecto, Toledo (2007, p.319) afirma que

da mesma forma que o PCB, Vieira Pinto postulava a hegemonia dos trabalhadores no interior da frente nacionalista e democrática. No entanto, o caráter abstrato de sua reflexão pouco contribuía para esclarecer por meio de quais mecanismos os trabalhadores poderiam alcançar esse seu objetivo na luta social. Tudo leva a crer que, para o autor, isso se daria espontaneamente, pois a veracidade da consciência popular e o sólido compromisso dos trabalhadores com o desenvolvimento nacional imporiam naturalmente a liderança destes no seio da frente de classes.

Vieira Pinto não postulou a defesa da ordem socialista, como os documentos do PCB, como afirma Toledo (2007, p.320) quando escreve que é evidente “a exaltação do desenvolvimentismo em todos os livros de Vieira Pinto – necessariamente dirigido pelas massas trabalhadoras e sempre resultando em seu real benefício”.

No período de 1961 a 1964, especificamente podemos afirmar que Vieira Pinto defendeu pautas e publicou obras que se aproximaram das reivindicações

dos grupos de esquerda. Vejamos algumas pautas defendidas por Vieira Pinto e pelos membros do ISEB:

- ✓ a defesa da legalidade constitucional na crise de agosto de 1961;
- ✓ apoio ao movimento de restauração do presidencialismo;
- ✓ campanha pelas reformas de base, durante o Governo Goulart;
- ✓ coordenação juntamente com a Editora Civilização Brasileira, da coleção Cadernos do Povo Brasileiro;
- ✓ atuação na comissão diretora do Comando dos Trabalhadores Intelectuais em 1962;
- ✓ publicação da obra “ A Questão da Universidade” que, de certa forma, orientou as discussões sobre a reforma universitária na UNE;

Essas ações de maneira direta e indireta estavam em consonância com as bandeiras de lutas dos grupos considerados de esquerda. Esse movimento pautado na luta contra o imperialismo e a favor das reformas de base criou um clima de receio nas áreas centristas e liberais. Crescia “rapidamente o receio de que Jango, de fato, desrespeitasse a Constituição e desse um ‘golpe de esquerda’ (KONDER, 2003, p. 76)”. Foi nesse momento que os conservadores “aproveitaram para organizar e realizar um golpe de direita. Em 31 de março de 1964, um levante militar forçou a destituição do presidente da República. Deposto, Jango se refugiou no Uruguai (2003, p.76)”. O ISEB foi fechado e Vieira Pinto exilado, retornando ao Brasil somente em 1968.

3.2 A PRODUÇÃO DE ÁLVARO VIEIRA PINTO NA DIREÇÃO DO ISEB: BASES ESQUERDISTAS

Freitas (1998) faz uma afirmação da qual partilhamos, de que Vieira Pinto a partir de 1961, transita do ISEB para o “comício”, quando essa instituição passou a criticar a política do governo Juscelino Kubitschek. Vieira Pinto assumiu a direção da instituição com grandes dificuldades, pois o orçamento sofreu cortes, exigindo

redução de gastos. Uma das fontes de recursos, nesse período, foi a publicação da Coleção Cadernos do Povo Brasileiro, editada por Ênio Silveira.

As atividades do ISEB prosseguiram, com destaque para a atuação de Álvaro Vieira Pinto, na sua terceira e última fase, de 1961 a 1964, com características mais radicais, como afirma Jaguaribe (1979). Essa fase do ISEB nos interessa de maneira especial, por dois motivos: primeiro devido à atuação de Vieira Pinto como diretor e pela mobilização presente nesse período em prol das reformas de base, em especial a Reforma Universitária. Foi também nessa fase que Álvaro Vieira escreveu, a pedido da UNE, o livro “A Questão da Universidade” (1962), objeto de destaque nessa pesquisa. Essa fase inicia no último ano do governo JK e conclui em abril de 1964.

A última fase do ISEB, segundo Jaguaribe (1979, p.97):

[...] mantém, com ênfase ainda maior, o compromisso militante, já então com a exclusão das preocupações teóricas da fase inicial. [...] O último ISEB, radical populista, considera o país em vias de ingressar em um momento revolucionário, conduzido pelo próprio processo de radicalização do governo Goulart. Dentro dessas circunstâncias, o ISEB se constitui em um dos centros de pressão para incrementar tal radicalização e se dedica à formulação de projetos de reforma social.

Nesse período, o ISEB é considerado por Toledo (2005, p. 152) como um inimigo declarado do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), por defender uma ideologia nacional desenvolvimentista. Caio Navarro Toledo (2005) pontua que este Instituto se destacou no combate às concepções defendidas pelo ISEB.

O IPES foi fundado por um grupo de empresários de São Paulo e do Rio de Janeiro durante a década de 1960. Trabalhava com pesquisas e estatísticas para coleta de informações, para elaborar filmes publicitários, documentários, panfletos e propagandas contra o governo de João Goulart e seus aliados. O IPES foi uma: “típica formação ideológica no terreno da sociedade civil. Certamente, não deixou de ter fortes e estreitos vínculos com setores oficiais, em particular com a Escola Superior de Guerra, um aparelho de Estado responsável pela formação ideológica e política de alta oficialidade militar” (TOLEDO, 2005, p.142). Esse autor (2005, p. 137) expõe que: “Na batalha ideológica em que estiveram envolvidos, sabemos quem ganhou e quem perdeu. Enquanto o IPES foi vitorioso e chegou ao poder

com os militares, o ISEB foi derrotado e, literalmente, destruído como instituição cultural”.

As ações do último ISEB são sintetizadas por Toledo (2005): defesa de política externa independente, defesa da Revolução Cubana ameaçada pelo imperialismo norte americano, defesa pública das reformas de base, apoio à legalização do Partido Comunista e às ações dos movimentos sociais e políticos de orientação popular e outras. Essas ações identificaram essa terceira fase do ISEB, como aparelho ideológico das esquerdas brasileiras, na visão de Toledo. Nessa fase, foi alvo de muitas críticas. Jaguaribe (1979) ex-isebiano, considera que nesse período houve um afastamento das preocupações teóricas. Toledo (2005) explica que as ações do último ISEB não foram vistas por Jaguaribe como positivas e construtivas. No entanto destacamos, novamente, a importante participação de Vieira Pinto, então diretor do ISEB, no movimento pela reforma universitária, juntamente com a UNE, bem como, nos demais temas do período.

Toledo (2005, p.160) considera que os trabalhos sobre o ISEB não analisaram com profundidade o chamado “último ISEB”. Acredita que esse estudo ainda está por ser feito; defende que os isebianos “não deixaram de atuar em várias e significativas frentes do debate intelectual e político dos anos 60”. Esta pesquisa, que analisa a posição de Vieira Pinto sobre a Reforma Universitária, pode contribuir para cobrir essa lacuna já que o tema se localiza no período do chamado último ISEB.

Nesse contexto, a aproximação de Vieira Pinto com o movimento estudantil é notória e marcante. As obras “*Por que os ricos não fazem greve?*” (1962) e a “*A Questão da Universidade*” (1962), foram publicadas na última fase do ISEB (1961-1964). A primeira faz parte da Coleção Cadernos do Povo Brasileiro, que nasceu de um projeto apresentado por Vieira Pinto, fruto de uma associação entre o ISEB, a editora Civilização Brasileira e o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, e foi composta de 28 volumes, publicados entre 1962 a 1964. Lovatto (2010) explica que essa coleção apresentava uma “linguagem acessível” e tinha como público alvo a população em geral. Informa que:

[...] estima-se que a tiragem total de seus exemplares tenha ultrapassado a impressionante marca de um milhão de exemplares. Aliada ao formato de bolso, que possibilitava a divulgação de mão-em-mão, é bem possível que essa marca tenha sido potencialmente multiplicada. O instigante tema do número 4, *Por que os ricos não fazem greve?* Escrito por Álvaro Vieira Pinto, atingiu sozinho – a marca de 100 mil exemplares vendidos (2010, p.91).

A obra “*Por que os ricos não fazem greve*”, segundo Freitas (1998) foi considerada, no período, como “a chegada definitiva a Marx” por parte de Vieira Pinto. Esse autor considera que a separação entre a “esfera do capital” e “esfera do trabalho” explicita “o que há de marxiano no texto”. Em suas palavras (1998, p.169-170):

em primeiro plano, o panfleto *Por que os ricos não fazem greve?* completa o ciclo de laicização de Álvaro Vieira Pinto, e esse é o seu dado de maior relevância. De forma contundente e agressiva, Vieira atribui à Igreja Católica um papel preponderante na manutenção do *status quo*. Essa ação da Igreja estaria relacionada à constante desaceleração do tempo, uma das imagens mais constantes em sua obra. O tempo desacelerava-se em qualquer sociedade mantida em estado de subdesenvolvimento. Esse, como situação propícia ao envolvimento entre os ricos do país e o imperialismo, criava uma “situação ideal” à multiplicação das mistificações sociais [...] “os ricos não enganam diretamente os pobres; pagam aos sacerdotes intelectuais para fazerem esse serviço”.

Nesta obra, Vieira Pinto parte da concepção de trabalho e pontua como aspecto decisivo a ideia de que o homem é criador de sua própria existência mediante o trabalho. Explica que no capitalismo o trabalhador não é sujeito e sim objeto de exploração dos possuidores do dinheiro e dos meios de produção. Considera que a riqueza e pobreza não podem ser explicadas de forma natural e sim pelo conhecimento das leis que regem o curso da história. Defende que a exploração do trabalho constitui a origem do lucro.

Concordamos com Freitas (1998) quando afirma ser essa obra a chegada definitiva a Marx, diferente das obras da fase inicial do ISEB. Quando trata, por exemplo, das reformas de base, tema de destaque no início da década de 1960, explica que duas tendências ideológicas se manifestam: uma defende a necessidade das reformas desde que não comprometa a estrutura social vigente e a segunda confia na caridade como “único procedimento social adequado”. Vieira

Pinto critica de forma veemente as duas tendências, e aponta a contradição entre a riqueza dos poderosos e pobreza das massas. Essa contradição é considerada nas obras anteriores, mas não em destaque como nesse livro escrito em 1962. Retoma a idéia sobre a necessidade do povo indagar os motivos de tal desigualdade e pobreza. Ainda afirma que a principal contradição da sociedade brasileira é o imperialismo. Considera as greves dos trabalhadores nesses termos: “Sociologicamente, uma das manifestações mais importantes dessa resistência, e, portanto, uma das expressões mais sensíveis da luta social entre os assalariados e seus empregadores é aquela representada pela greve (PINTO, 1962b, p.31)”.

Afirma que os ricos são poucos, e que é importante saber de que maneira conseguem “se manter endinheirados, exploradores das massas trabalhadoras infinitamente mais numerosas (PINTO, 1962b, p.17)”. Questiona a submissão do povo, em relação à exploração do trabalho e pontua que essa vem acompanhada de “todo um sistema de dominação, material e ideológico, sobre as populações exploradas, que torna não apenas extremamente difícil a ruptura material dos grilhões que as acorrentam, como ao mesmo tempo atua no sentido de impedi-las de compreender a existência, a natureza e a causa desses grilhões [...] (p.18)”.

A questão central da obra é o por que somente os pobres fazem greve? Vieira Pinto responde: “porque só eles trabalham”. Para argumentar essa resposta, parte da compreensão que o trabalho no país capitalista, é destinado às massas assalariadas que, por seu modo de existência, são chamadas de “pobres”. Essa conceituação, na visão de Vieira Pinto, não tem significado sociológico científico. O termo é considerado originário de concepções teológicas, pois,

refletindo embora um estado social de fato, a miséria do povo, não contém nenhum significado bem delimitado. É um valor da teologia moral, que procura enaltecer a ‘pobreza’ como bem espiritual, de fartas recompensas na vida futura, e levar os que labutam ‘ aqui em baixo’ no trabalho não pago pelos capitalistas, a aceitá-la como piedade, isto é, com submissão (PINTO, 1962b, p.101).

Nesse trecho fica evidente a compreensão do autor sobre a exploração do trabalho na sociedade capitalista e sua oposição em relação às explicações teológicas. Considera que a “pobreza” é um “modo de existência em que ainda

vegeta a quase totalidade da humanidade dos países subdesenvolvidos [...] explicável por causas econômicas objetivas, donde ser evidente que, removidas estas, deixará de haver pobres no mundo (PINTO, 1962b, p. 102)”. O trabalhador, na visão desse autor, deixará de ser pobre quando possuir integralmente o trabalho que realiza, ou ainda, quando “não houver patrão que lhe pague apenas uma parte do que sua força de trabalho produz”.

Enquanto essa mudança não ocorre, um meio a que o trabalhador pode recorrer é a greve, que significa

a recusa da entrega ao patrão da parte de que este costuma se apoderar, representa a total apropriação do trabalho pelo próprio trabalhador, ou seja, tudo se passa como se momentaneamente deixasse de haver patrões e só houvesse trabalhadores livres. É isto que a greve significa (PINTO, 1962b, p.103).

Sobre esse aspecto, ficam claras as bases esquerdizantes do pensamento de Vieira Pinto, quando considera a greve como uma experiência “antecipada do regime socialista”, pois possibilita, um processo político que visa ao desaparecimento da classe patronal. Além disso, o processo da greve pode possibilitar mudanças na consciência das massas operárias que desenvolverão na visão de Vieira Pinto, uma vivência que se “constitui em ciência da realidade. [Esta] é criadora de valores originais, os valores da nova sociedade de trabalhadores livres, cujo surgimento, e, sobretudo cuja realização objetiva, a classe dominante tenta por todas as maneiras obstar (PINTO, 1962b, p.106)”.

Como forma de cessar esse processo, a classe dominante argumenta que a greve deve ser realizada como ato particular, individual. Essa argumentação, para Vieira Pinto, é um desvio e uma forma de esvaziar o significado de vivência e coletividade que a greve proporciona. A greve, em um país atrasado como o Brasil, na visão do autor, se encontra numa fase em que ainda não se configuram as condições para as grandes greves gerais, por isso segundo ele estamos no meio do caminho,

a desintegração da estrutura econômica vigente se realiza agora por múltiplas fraturas, mas o conjunto ainda resiste e se reequilibra no meio

desses numerosos, mas desencontrados abalos. Vai para frente assim mesmo, e permite ao País desenvolver-se dentro das condições atuais, num tipo de crescimento econômico, que é real, e por isso poderia enganar – ocultando gravíssimos aspectos negativos - a quantos não o analisem na perspectiva sociológica, do ponto de vista das massas trabalhadoras, especialmente as camponesas, as das regiões mais atrasadas, fugindo ao feitiço e às distorções que a análise exclusivamente econômica costuma causar (PINTO, 1962b, p.110).

Vieira Pinto reconhece que a luta social é marcante nesse período, e as classes dirigentes, conscientes desse movimento, utilizam mecanismos para amenizar as reivindicações das massas. No entanto, esse pensador, lembra que a consciência das massas é modificada no processo de luta e de greve, e esse aspecto escapa aos mecanismos da classe dominante. Em sua percepção (1962b, p.112), “[...] nenhuma greve jamais fracassa de fato; ou vence porque alcança os objetivos, e em tal caso faz avançar o processo da consciência que a desencadeou; ou é esmagada e revela aos grevistas a extensão das forças que a eles se opõem”.

Sobre a questão central da obra, o por que somente os pobres fazem greve, Vieira Pinto assim responde:

é porque só os ‘ pobres’, as massas trabalhadoras, constituem o suporte profundo do processo da realidade. As classes dirigentes, os portadores do capital, superpõem-se a elas, e julgam dirigi-las, acreditando por isso serem os mantenedores da estrutura social. A verdade, porém, é que são as classes operosas, as grandes massas ocupadas no campo ou nas fábricas as únicas a se identificarem em essência com o lado positivo do processo da realidade social, por enquanto sem dúvida parasitado por uma classe que explora os representantes do verdadeiro processo.

Ao longo da obra, o autor lembra que não fez distinção alguma entre trabalho manual e atividades intelectuais, no que tange à questão da greve. Explica que no trabalho intelectual assalariado, tal como noutro, a essência é a mesma. Também estes trabalhadores precisam passar “da categoria de trabalhadores para outra: a de trabalhadores para si. Por isso, a greve também para eles constitui recurso natural, de que tantas vezes se utilizam (PINTO, 1962b, p.116)”.

Considera de modo particular os estudantes, que na sua visão, cada vez mais adquirem consciência do seu papel e manifestam suas exigências por meio de greves “extensas e sérias”. Os estudantes, para Vieira Pinto, são trabalhadores em preparo, podem “formar um grupo de vanguarda, e tendem a se associar inevitavelmente às vanguardas das outras classes, as operária-camponesas, que lutam pela ascensão social (PINTO, 1962b, p.117)”.

Na conclusão da obra fica evidente a posição de esquerda de Vieira Pinto: define a pobreza como produto de um desenvolvimento histórico que não pode ser estacionado, defende uma sociedade em que não haverá mais pobres, quando a questão título da sua obra, “por que os ricos não fazem greve”, não terá mais lugar, pois terão “desaparecido os motivos que justificam a pergunta que lhe dá o título; com efeito, daí em diante não haverá mais greves, simplesmente porque não haverá mais ‘ricos’ (PINTO, 1962b, p.118)”.

A obra “A Questão da Universidade” é o objeto do próximo capítulo, por tratar diretamente da reforma universitária.

Uma outra produção de Vieira Pinto na última fase do ISEB em 1963 foi o artigo “*Indicações metodológicas para a definição do subdesenvolvimento*” publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais. Neste estudo o autor coloca o foco na metodologia e busca “[...] chamar atenção dos estudiosos do assunto para a necessidade de aplicar o método dialético proposto e executado originalmente por Marx, à análise do estado subdesenvolvido, com o fim de obter a definição rigorosa dessa situação histórica (PINTO, 1963, p.261)”. Nesse artigo é possível observar o caminho metodológico que Vieira Pinto seguiu para analisar a questão do subdesenvolvimento. Critica a posição idealista, afirmando que:

se partirmos de um ponto-de-vista idealista, jamais conseguiremos formular a definição do subdesenvolvimento em termos tais que não apenas espelhem sua essência real, sua lei interna, suas determinações próprias, como, ainda, nos ofereça a base para deduzir as regras de conduta que deveremos adotar para transformá-lo, suprimi-lo, substituí-lo pela realidade do país desenvolvido, rico e livre (PINTO, 1963, p.258).

Observa-se aí uma posição nacionalista que não é marxiana. Nesse escrito, Vieira Pinto considera que inúmeros trabalhos já foram realizados sobre o

subdesenvolvimento com posições diversas, mas que naquele momento era necessário pensar sobre a metodologia que poderia guiar a reflexão sobre um tema tão importante naquele contexto. Vale destacar uma autocrítica do autor, apontada nesses termos:

nós mesmos, em trabalhos anteriores, **não tínhamos atingido esta formulação**, que agora nos aparece como capital e decisiva. Acreditávamos que bastava esclarecer o problema da relação entre consciência e realidade do país atrasado, para haver dito tudo quanto era necessário. Embora a posição inicial, não idealista, que assumíamos fosse certa, escapava-nos a importância do aspecto lógico da questão, que se resume no estabelecimento da via metodológica a seguir (PINTO, 1963, p.259-260, grifo nosso).

Como na obra *Consciência e Realidade Nacional* de 1960, Vieira Pinto rejeita a lógica formal por considerá-la uma abstração formal, desligada das condições materiais. Defende a necessidade do uso das categorias de “abstrato” e de “concreto”. Afirma que a alienação cultural impediu que os filósofos brasileiros tivessem acesso à produção dialética de Marx, Engels e Lênin. Esse cenário modificou-se somente: “[...] nos últimos tempos; a modificação da situação política dos países atrasados e culturalmente dependentes deu aos seus intelectuais a abertura necessária para vislumbrarem outras esferas de pensamento [...] (PINTO, 1963, p.262)”.

Vieira Pinto retoma, nesse artigo, a ideologia do desenvolvimento apresentada nas suas obras anteriores (1956 e 1960), e entende que, no contexto de 1963, essa questão adquiria condições para se tornar ativa. Que anteriormente devido à “carência metodológica” havia sido possível se aproximar de algumas “indicações válidas” e até “infundadas” sobre a ideologia. Considera que a posse do conceito adequado de subdesenvolvimento fornecerá a “eficiente ideologia social” que guiará as ações revolucionárias das massas para destruir a miséria e superar o estado de atraso.

O conceito adequado de subdesenvolvimento é analisado a partir da historicidade e sua ligação com as condições concretas. O pensador assim caracteriza o estudo desse conceito:

[...] a dialética do real nos oferece as condições materiais para constituirmos a consciência dialética que o apreende. Não se chega à dialética da história sem motivação objetiva. Contradições na realidade sempre houve, mas é preciso que seu tipo e agudeza alcancem determinada espécie e intensidade para se tornarem auto-reveladoras. Se a contradição que opõe o nosso País ao imperialismo não tivesse assumido o caráter que hoje tem, quando se evidencia o papel nefasto dos interesses externos em nossa economia e se desnuda o conflito que tais interesses criam com os nossos, se isso não acontecesse, não teríamos fundamentos para compreendê-la na perspectiva de nós mesmos, e não haveria necessidade de levantar como problema a definição do subdesenvolvimento (PINTO, 1963, 277).

Ao tratar da fecundidade da dialética para a compreensão do subdesenvolvimento, Vieira Pinto aponta como necessária a utilização das categorias de abstrato e concreto. Informa que pensadores marxistas clássicos já haviam demonstrado a viabilidade e fertilidade do método dialético, no entanto, explicita a dificuldade da utilização desses conceitos pela intelectualidade dos países subdesenvolvidos.

Para a viabilidade desse método, Vieira Pinto cita o *Capital* (Marx) e afirma que nessa obra o autor partiu da abstração dialética e compreendeu o processo de produção capitalista, com riqueza de dados, análises e definições. Vieira Pinto aponta a necessidade de reconhecer as limitações dos trabalhos já realizados sobre o subdesenvolvimento e critica o seu conceito formal

Obtido pela via especulativa, inutiliza a inteligência para comandar a prática útil para superar esse estado, porque sendo imagem formal, não contém aquilo que justamente dá caráter específico ao conceito dialético: a lei interna da variação do objeto, ou seja, no caso vertente, a lei inexorável da supressão desse estado de miséria e dependência humana, que enriquece a pequena minoria de senhores dos povos. Tocamos aqui o ponto decisivo (PINTO, 1963, p.266-267).

O caminho para compreensão do subdesenvolvimento pela via da dialética, passa primeiramente pela apreensão dos dados sensíveis (concreto). A partir dessa percepção, uma nova etapa se apresenta, a formação de abstrações. Nas palavras de Vieira Pinto (1963, p.269-270):

o processo de conhecimento não termina ao se produzirem essas abstrações, conforme acredita o modo de pensar metafísico, ao qual serve a lógica formal tradicional [...] Para a lógica dialética, ao contrário,

obtidas as abstrações a que a percepção da multiplicidade sensível dá origem, agora, por assim dizer, é que se inicia a fase mais elevada, mais perfeita, do processo cognoscitivo, aquela sem a qual não há apreensão legítima e integral da verdade da coisa, a fase de ascensão do abstrato ao concreto.

Conclui a análise apontando a necessidade da realização de um estudo sobre o subdesenvolvimento por um pensamento lógico consciente, com o devido tratamento filosófico que o tema exige. Assim, “pela teoria da concretude, mostrando as duas etapas em que se constitui em nosso espírito o reflexo da realidade objetiva, dá-nos os instrumentos para atingir o conceito de subdesenvolvimento, partindo da multiplicidade infinita dos seus aspectos, unificados na unidade do conceito que o retrata (PINTO, 1963, p.278)”.

Mesmo com todas as críticas e ressalvas em relação ao ISEB e às idéias de Vieira Pinto, especialmente no que se refere à elaboração de uma ideologia do desenvolvimento nos limites do capital, no contexto da década de 1950 e 1960, as reflexões acerca do atraso do país e da necessidade de uma tomada de consciência possibilitaram uma mobilização de diferentes grupos sociais. A União Nacional dos Estudantes confirma essa questão por meio das diferentes ações que realizou, inclusive com a publicação da obra “A Questão da Universidade” escrita por Vieira Pinto a pedido dessa instituição e que influenciou as ações desse movimento.

O debate teórico e ideológico desse período foi intenso e marca a produção intelectual de Vieira Pinto e sua atuação no ISEB. É claro que não podemos colocar como sinônimas as concepções defendidas por Vieira Pinto e pelo ISEB, pois, como já afirmamos, essa instituição não se constitui pela homogeneidade de linhas teóricas e ainda ao longo de sua existência passou por diferentes fases.

De fato, pela leitura das obras de Vieira Pinto até 1964, observamos claramente o destaque do protagonismo das massas, mas não identificamos como isso aconteceria. Somente constatamos a preocupação com a formação de uma consciência crítica. Não identificamos nenhuma menção direta sobre socialismo nas obras de Vieira Pinto, mas as muitas referências a Marx o identificam assim.

As bases esquerdistas da produção de Vieira Pinto são evidentes nas suas obras e atuação como diretor do ISEB.

O que ganhou grande destaque e pode ser considerada uma preocupação fundamental nas obras de Vieira Pinto nesse período, é o desenvolvimentismo, que seria dirigido pelas massas trabalhadoras, deixando a ideia de revolução em nome do nacionalismo, defendido não só por ele, mas por outras frentes da esquerda brasileira. Essa defesa não coaduna com as idéias de Marx.

Com o fechamento do ISEB, em 1964, pelo governo militar, Vieira Pinto prossegue seus estudos em obras como: *Ciência e Existência* (1969), *El pensamiento crítico en demografía* (1973) e *Sete lições sobre a educação de jovens e adultos* (1982). Duas obras foram publicadas após sua morte a partir do esforço de pesquisadores da área: *Sociologia dos países subdesenvolvidos* e *Conceito de tecnologia volume 1 e 2*. Esse período pode ser considerado o segundo da sua produção, devido às novas condições em que suas análises são realizadas.

De 1946 a 1964, as obras de Vieira Pinto podem ser caracterizadas pelo caráter de intervenção na realidade brasileira, com propostas estratégicas. A sua atuação no ISEB possibilitou a sua participação em diversos debates, não somente no âmbito das discussões teóricas, mas no delineamento de ações e projetos para o país.

No próximo capítulo buscamos compreender a concepção de universidade e reforma na obra “A Questão da Universidade”, escrita no contexto que delineamos neste capítulo.

4 ÁLVARO VIEIRA PINTO: O DEBATE DA REFORMA UNIVERSITÁRIA DA DÉCADA DE 1960 E AS CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE MILITAR

O estudo sobre o movimento em prol da reforma universitária ocorrido na década de 1960, embora já tenha sido alvo de dissertações e teses²⁰ em diversas áreas do conhecimento é uma temática que ainda não se esgotou. Isso se deve à riqueza dos acontecimentos da época, que provocaram grande mobilização pelas reformas de base, dentre elas a universitária, que reuniu diversos atores e instituições no âmbito da sociedade civil.

Vieira (2009), na obra *“Reformas da educação superior: cenários passados e contradições presentes”* confirma essa questão ao dizer: “[...] a reforma de 1968 fez e continua fazendo história”. A autora explicita ainda que essa temática é alvo constante de pesquisa do Grupo de Trabalho Política de Educação Superior, da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPEd).

A presente pesquisa busca especificamente compreender a posição de um importante filósofo brasileiro em relação a universidade e sua reforma na década de 1960, Vieira Pinto deixou um legado que necessita ser estudado e divulgado. Esse pensador publicou em 1962, o livro intitulado **“A Questão da Universidade”**. Esta obra pode ser considerada o núcleo de análise da presente

²⁰ Alguns exemplos levantados no Banco de Teses da Capes:

NICOLATTO, Maria Auxiliadora. **Os caminhos da Lei nº. 5540-1968**: a participação de atores na definição da Reforma Universitária. UFMG, 1986.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de Carvalho. **Reforma Universitária e os Mecanismos de Incentivo à Expansão do Ensino Superior Privado no Brasil (1964-1984)**. 01/06/2002.

COSTA, Amilton. **A luta pela reforma universitária**: Florestan Fernandes – 1964 - 1969. 01/03/2005.

COSTA, Bianca Silva Costa. **O Ensino Superior na Ditadura Militar brasileira**: um olhar através da “Revista MEC”. 01/03/2009.

CUNHA, Janaina Dias. **A reforma universitária de 1968 e o processo de reestruturação da UFRGS (1964-1972)**: uma análise da política educacional para o ensino superior durante a ditadura civil-militar brasileira. 01/02/2009.

DANIEL, Jussara Strazzeri Brinco. **A Reforma Universitária de 1968 e as mudanças no vestibular da Universidade Severino Sombra**: 1973-1986. 01/09/2003.

FILHO, Clovis de Figueiredo Neves. **O Movimento pela Reforma Universitária (1950-1970)**. 01/03/1999.

LIMA, Michelle Fernandes. **Roque Spencer Maciel de Barros**: pensamento e ação na Reforma Universitária de 1968. 18/03/2005.

PELEGRINI, Sandra De Cássia Araújo. **O movimento estudantil brasileiro nos anos 60 e a reforma universitária**. 01/10/1993.

ROCHA, Dário do Carmo Rocha. **A UNE e a reforma universitária**: as motivações históricas e a luta dos estudantes por um projeto de universidade. 01/03/2005.

SIMON, Cristiano Gustavo **O debate sobre a universidade pública brasileira - 1968/88**: autonomia e avaliação. 01/05/2003.

pesquisa, pois expressa as suas concepções acerca da universidade e da reforma, além de outras questões que envolvem esse debate. Entretanto, a produção desse pensador não ficou restrita à universidade como vimos nos capítulos anteriores. São vários temas estudados e analisados ao longo de sua trajetória intelectual. Para entender sua posição em relação à reforma universitária, é necessário considerar dois aspectos: o contexto histórico da produção intelectual do pensador e as preocupações assumidas por ele ao longo de sua trajetória intelectual.

Essa investigação não se pauta somente no estudo das obras de Álvaro Vieira Pinto, mas busca a compreensão de que as temáticas discutidas por ele partem do real. É importante também lembrar que as idéias não são simples reflexo do real, mas revelam as diferentes formas de interpretação da realidade e ainda as contradições próprias do período. Essa orientação metodológica é marcante em Gramsci, como apontamos nos aspectos metodológicos da pesquisa.

Partindo desses pressupostos, levantamos questões iniciais para esse capítulo: *Quais os principais atores envolvidos no movimento pela reforma universitária? O que representou esse movimento para a universidade brasileira? Qual a posição de Vieira Pinto em relação à universidade e sua reforma?*

Essas questões nos guiaram no processo de investigação e agora nos auxiliam na exposição dos resultados observados. Este capítulo está organizado em três momentos. No primeiro item buscamos situar o movimento pela reforma universitária de 1968 a partir de estudos já realizados sobre a temática. No segundo nos dedicamos ao estudo sobre a participação da UNE no processo de debates sobre a reforma universitária, devido à posição “radical” assumida pelos estudantes e também por Vieira Pinto. No terceiro e último item, a partir de uma análise histórica e considerando as questões já discutidas no primeiro capítulo, buscamos evidenciar as concepções de universidade, reforma e democratização na obra “A Questão da Universidade” escrita por Vieira Pinto em 1962.

4.1. MOVIMENTO PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA NA DÉCADA DE 1960

O debate em prol da reforma universitária envolveu diversos grupos e intelectuais. A compreensão desse movimento é essencial para essa pesquisa, pois por meio desse entendimento poderemos localizar a participação de Vieira Pinto e identificar sua posição política acerca do assunto.

A criação das universidades no Brasil foi um processo tardio. Segundo Niskier (1996, p.316), em 1930 funcionavam duas universidades, uma federal, no Rio de Janeiro e outra estadual em Belo Horizonte. A Universidade do Paraná funcionava desde 1912, mas foi reconhecida somente em 1946. A partir da década de 1950, “o crescimento acelerado de empresas e a necessidade por parte da burocracia estatal de pessoal com alto nível de escolarização, aliados ao desejo geral de se chegar a uma posição mais elevada na sociedade, tornaram a expansão do ensino superior um imperativo (NISKIER, 1996, p. 386)”.

Com o processo de expansão das universidades no Brasil, ocorrido entre 1945 e o início dos anos 60, conforme dados de Niskier (1996, p.317), entre estabelecimentos federais, estaduais e particulares, passou-se a contar com mais de trinta instituições.

Boaventura (1988), explica que a partir do Governo Dutra quatro aspectos podem ser destacados no quadro do ensino superior: o efeito da demanda de estudantes, reprimida durante o Estado Novo, criação de universidades católicas facilitada pela flexibilidade do Decreto nº 8.457 de 1945²¹, a intensa participação dos estudantes nos rumos da universidade e a criação da Universidade de Brasília que influenciou a legislação do ensino superior.

Em 1945, segundo Cunha (1988), na república populista, o ensino superior regia-se pelo Estatuto das Universidades Brasileiras, elaborado por Francisco Campos, o qual consagrava a competência do governo central em matéria de controle do ensino superior.

²¹ PUC – Rio de Janeiro em 1946, PUC-São Paulo em 1946, PUC-Rio do Grande do Sul em 1948, Universidade Católica de Pernambuco em 1952, PUC-Campinas em 1955, PUC-Campinas em 1955, PUC-Minas Gerais em 1958, Universidade Católica de Goiás em 1959, Universidade Católica do Paraná em 1960, Universidade Católica de Pelotas em 1960, Universidade Católica de Salvador em 1961, Universidade Católica de Petrópolis em 1961 (BOAVENTURA, 1988, p.188).

embora o estatuto proclamasse ser a universidade o padrão para a organização do ensino superior, admitia a existência de estabelecimentos isolados como uma concessão à realidade onde estes constituíam a imensa maioria. A Faculdade (de medicina, de direito, de engenharia, etc.) era a célula do ensino superior. As universidades eram compostas de faculdades, as quais podiam manter autonomia jurídica. A faculdade era composta de cátedras, cada qual correspondendo a uma certa área do saber. A reunião de certas cátedras compunha a série e a seqüência destas, o curso. A cátedra tinha no professor catedrático o titular vitalício, somente substituído por morte, afastamento ou jubilação (aposentadoria). Ao catedrático estavam vinculados os professores assistentes, livre-docentes e auxiliares, aos quais estavam atribuídas as tarefas docentes das disciplinas ou das turmas que resultavam da subdivisão da cátedra. Os auxiliares de ensino eram indicados pelo próprio catedrático, pois deveriam ser pessoas de sua confiança (CUNHA, 1988, p. 15 -16)

Conforme Cunha (1988), com o fim do Estado Novo e a retomada do Estado de direito, a Constituição de 1946 reflete o processo de redemocratização do país, apesar da organização educacional permanecer a mesma. Ao longo dos anos 50 e 60, sob o impacto do populismo, o ensino superior se expandiu no país. Cunha (1989) aponta que as universidades no país, em 1945, eram cinco, e em 1964 passaram a ser trinta e sete. Nesse mesmo período as instituições isoladas também aumentaram significativamente.

A compreensão do movimento pela reforma universitária na década de 1960, tem como pressuposto, nessa pesquisa, a idéia de que há uma relação entre Estado, Sociedade Civil e Educação, que pode ser percebida nas reformas processadas no âmbito do sistema educacional brasileiro, ao longo de sua história. Para compreender melhor a relação entre esses conceitos, citamos os estudos de Sheen (2001) que, apoiada em Gramsci, considera que:

[...] a política educacional, embora responda ao econômico, não só através da qualificação da força de trabalho, mas também através da inculcação de padrões culturais e ideológicos necessários à dominação de classe, contém uma dimensão especificamente política que é preciso reter. Ou seja, a análise da política educacional deve apreender os aspectos referentes à questão da conquista e exercício da hegemonia (SHEEN, 2001, p.12).

Tendo como eixo de análise o pressuposto que as universidades são espaços de disputa de hegemonia, podemos dizer que as reformas processadas

na sua forma e organização visam a adequá-la às novas ordenações do capital. Isso pode ser percebido na Reforma realizada na década de 1960.

É importante ratificar que leis, medidas, projetos e ações que apresentam uma nova configuração para o ensino superior, se dão na relação entre Estado, Sociedade e Educação. Ou seja, a política educacional, quando se apresenta em forma de produto (leis, planos e medidas), revela uma luta que já foi travada no âmbito da sociedade civil, a partir de discussões e debates pelos diferentes segmentos sociais, mas também demonstra a “coerção” do Estado em sentido restrito (SHEEN, 2001). A legislação vem efetivar uma disputa que já se deu e que revela uma tendência hegemônica. Em outras palavras, vai adequar a política educacional aos ditames econômicos e políticos em curso. Esse debate foi concretizado nas diferentes propostas para a universidade, na década de 1960. A aprovação da Lei nº 5540 de 1968 demonstra a ação do Estado coercitivo num governo militar, que buscou adequar a política educacional aos interesses políticos e econômicos da época.

O processo de discussão da legislação é muito rico, pois permite observar e identificar a heterogeneidade de linhas teóricas e ainda o engajamento dos estudantes e intelectuais como atores e não como meros expectadores da realidade.

É nesse processo de discussão da reforma universitária dos anos 1960 que identificamos a atuação de Vieira Pinto. No período considerado como “último ISEB”, esse pensador atuou em diferentes frentes sociais, uma delas, como já visto, foi a Reforma Universitária. A obra “*A Questão da Universidade*”, publicada em 1962, demonstra seu engajamento e sua posição em relação aos rumos da universidade brasileira. Escrita a pedido da UNE, pode ser considerada “fonte de inspiração”, como afirma Nicolato (1986) para os estudantes.

O processo de discussão e mobilização em torno da reforma universitária contou com a participação de diferentes grupos. Entendemos que o resultado final, ou seja, a lei, representa uma resposta autoritária ao debate que foi travado no âmbito da sociedade civil.

Nicolato (1986), Cury (2009), Saviani (1996), Cunha (2007), Fávero (1977 1995), Lima (2005) e Costa (2005) são alguns dos pesquisadores que se dedicaram à temática da Lei 5540 de 1968. Além dos trabalhos mencionados no início desse capítulo, consideramos que essas investigações nos auxiliam na composição do cenário de discussão da lei.

As críticas em relação à estrutura das universidades nasceram logo após a sua criação, na década de 1920. Isso pode ser evidenciado, na visão de Nicolato (1986), pela criação da USP (1934) e da extinta Universidade do Distrito Federal (UDF) de 1935, que buscaram propostas que visavam a corrigir as falhas identificadas no modelo das universidades do país. Como vimos no primeiro capítulo, Fávero (2008)²² realizou um estudo ampliado sobre a UDF e analisa suas origens, funções, problemas vivenciados, as razões de sua extinção e considera que a UDF pode oferecer elementos para se pensar a universidade na atualidade.

O debate sobre a universidade brasileira se intensificou nas décadas de 1940 e 50 e, no início nos anos de 1960, explica Nicolato (1986, p.11), assume “caráter de reivindicação de âmbito nacional pela modernização do ensino superior”. A autora explica que, a partir do segundo pós-guerra, a necessidade de reformulação das universidades ganhou destaque, devido a alguns fatores sociais: a industrialização e a necessidade de formação de um novo perfil profissional, a idéia da educação como motor para a superação de subdesenvolvimento, a necessidade das universidades se organizarem como pólos de produção e divulgação da ciência e da tecnologia, o estreitamento das relações entre o Brasil e os Estados Unidos a partir de projetos como ITA (Instituto tecnológico da Aeronáutica), aumento do número de brasileiros que realizaram seus estudos no exterior e que buscavam mudanças no nosso sistema de ensino a partir dos modelos internacionais, a educação como possibilidade de ascensão social e a atuação dos grupos esquerdistas na apresentação de propostas revolucionárias de reorganização da sociedade brasileira (NICOLATO, 1986, p.12 e 13). Esses

²² FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. **Anísio Teixeira e Universidade do Distrito Federal**. Revista Brasileira de História da Educação n° 17 maio/ago. 2008. Também merece destaque a obra: FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque; LOPES, Sônia Castro. **A Universidade do Distrito Federal (1935-1939)**. Um projeto além do seu tempo. Brasília: Ed. Líber Livro, 2009.

fatores impulsionaram diferentes atores a apresentarem propostas para a reformulação das universidades.

Nicolato (1986) e Fávero (1977) realizaram estudos minuciosos sobre tais atores envolvidos, na definição da Reforma Universitária. Os principais foram: os **estudantes** organizados na União Nacional dos Estudantes (UNE-criada em 1937), os **docentes** universitários, **os Reitores** e os membros do **Conselho Federal de Educação**, que foram marcantes no resultado final.

Nesse processo de diferentes propostas para as universidades, **os estudantes**, sem dúvida, podem ser considerados com um grupo de destaque e grande atuação na luta pela reforma universitária. Vieira Pinto também defendia mudanças profundas para as universidades e denunciava seu caráter seletivo.

A participação dos **docentes universitários** pode ser descrita, segundo Nicolato (1986), em dois grupos. Professores que defendiam a manutenção de uma instituição voltada para o “saber letrado” e a formação de profissionais liberais e um segundo grupo que reivindicava mudanças profundas e imediatas que pudessem tornar a Universidade um espaço responsável pela geração e transmissão do conhecimento científico. Entendemos que Álvaro Vieira Pinto, também docente, não se enquadra nesses dois grupos, pelo contrário, demonstra oposição. Esse pensador se aproximou dos estudantes e defendeu uma terceira proposta, denominada por Veiga (1982) como “radical”.

O primeiro grupo defendia uma proposta “tradicional”, termo apresentado por Veiga (1982). A autora descreve que esta emergiu na fase inicial do processo de industrialização e urbanização. Caracterizou-se pela defesa dos princípios tradicionais do liberalismo, na medida em que incorporou uma visão tradicionalista do papel e organização das instituições de ensino superior. Foi resultado do movimento estruturado em torno do conflito sobre a Lei de Diretrizes e Bases que, após catorze anos de disputa parlamentar, foi aprovada em 20 de dezembro de 1961.

Costa (2005, p.161, grifo nosso) considera que essa proposta:

foi encampada **pela maioria dos professores universitários** acomodados na estrutura vigente. Suas lutas restringiam-se a uma necessidade maior de verbas designadas pelos poderes públicos. A sua

preocupação em explorar a capacidade da universidade na promoção do avanço no conhecimento científico e tecnológico era reduzida, pois o compromisso básico com a utilização do conhecimento produzido estava limitado à esfera do Estado e das elites.

Um exemplo dos defensores dessa proposta foi Roque Spencer Maciel de Barros, membro do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU). Lima (2010, p.04), explica que esse pensador:

concebia a universidade como espaço de investigação que pudesse criar e conservar a cultura por intermédio de uma comunidade de mestres e discípulos. A sua tarefa principal seria a busca da verdade a serviço de uma ideia e não de uma fé religiosa. Esta busca não seria realizada pelas *massas* (povo), mas por uma *elite espiritual*. Acreditava que a elite espiritual adviria da seleção dos mais capacitados, ou seja, daqueles que possuíam um espírito elevado. A idéia de seleção não é marca somente do pensamento de Barros, mas dos liberais que acreditavam nos talentos naturais dos indivíduos.

Segundo Lima (2010), Barros posicionou-se contrário ao Movimento Estudantil e grupos de esquerda, em vários escritos, especialmente no artigo “*A Crise da Universidade Liberal*” (1971, 247-259), em que afirma que a forma de reconhecimento e busca de soluções por parte dos estudantes só abre caminho para a investida do totalitarismo. Fica evidente que a proposta “tradicional” era o oposto das ideias defendidas por Vieira Pinto, especialmente em relação à democratização do acesso à educação superior.

Um segundo grupo de docentes, como defendia a modernização das universidades, representava uma proposta “modernizante”, conforme Nicolato (1986). Veiga (1982) aponta que essa concepção apostava numa universidade inovadora que pudesse produzir o conhecimento científico para um modelo autônomo de desenvolvimento social. Uma instituição comprometida com padrões e temática definidos pela comunidade internacional dos cientistas. O grupo que apoiava essa proposta visava à conservação do modo capitalista de produção, pela mobilização dos setores modernizantes da sociedade política e civil comprometidos com o desenvolvimentismo. Diferentemente dessa proposta, Vieira Pinto considera que a Reforma Universitária está ligada à necessidade de transformação social.

Em relação à posição modernizante, Nicolato (1986), cita dois tópicos importantes: a influência do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) e a divulgação em 1960 do Plano Diretor da Universidade de Brasília (UNB), que pode ser considerado um “marco referencial” das reivindicações da Reforma Universitária. O impacto desse plano pode ser exemplificado pelos 330 trabalhos que foram publicados no período de 1960-1965, sobre a proposta da UNB.

Nicolato (1986, p. 25), no início dos anos sessenta, explica que o plano da UNB:

já continha muitas teses que vieram a ser consagrada pela Reforma Universitária de 1968. Isto, entretanto, não significará [...] reduzir as defesas dos movimentos pró-Reforma ao simples pleito de que o modelo da nova organização fosse generalizado para todas as instituições de ensino superior brasileiras. Além disso, importa ora fixar que, mais do que o teste de um modelo alternativo, a criação da UnB legou ao meio acadêmico uma corrente de crença e entusiasmo, alimentando a luta aberta de professores e alunos pela explicitação e concretização de um ideal de universidade para o País.

Já a criação do ITA, nos moldes de uma proposta modernizante segundo padrões internacionais: “visava o concurso de um quadro docente altamente gabaritado e a adoção de uma estrutura organizacional que propiciava, entre outros aspectos, a racionalização dos recursos disponíveis e a dedicação intensa de professores e alunos (NICOLATO, 1986, p.17)”.

O executivo não desconsiderou esse debate e as reivindicações dos estudantes e dos demais grupos que discutiam essa questão.

Sobre isso, destaca-se uma categoria que Gramsci utilizou bastante: a “Relação de Forças” que, nesse momento histórico, estava muito em evidência no Brasil. Como se viu, os grupos que discutiam as necessárias reformas de base para o país, entre elas a da universidade, eram de diversas correntes políticas.

A ação do governo brasileiro pode ser explicada, segundo Nicolato (1986) e Fávero (1977), pelos seguintes aspectos: **reunião dos reitores, a ação do Conselho Federal de Educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a elaboração dos relatórios Atcon; MEC USAID, Meira Matos, a**

criação do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária e a concretização de todo esse movimento em 1968, quando a lei foi aprovada.

Segundo Nicolato (1986, p.34), “o reconhecimento pelo Executivo da necessidade de promoção de uma reforma das universidades do País delineou-se a partir do início da década de 60”.

A **reunião dos reitores** das Universidades Federais foi convocada, como informa Fávero (1977), pelo ministro da educação Dr. Brígido Tinoco, realizada em 19 a 21 de julho de 1961. Na oportunidade foi aprovada a declaração de princípios, que podem ser resumidos nos seguintes pontos:

a. objetivos da Universidade sob a tríplice aspecto: ensino, pesquisa e elaboração cultural; b. autonomia universitária, do ponto de vista econômico, financeiro, didático, administrativo e disciplinar; c. criação de Institutos universitários encarados como órgãos destinados à pesquisa nos diversos campos do saber, devendo entrosar-se com os departamentos e cátedras, voltar-se para a promoção da carreira do pesquisador e a formação de especialistas em alto nível; d. colégio universitário, como forma de encaminhamento vocacional e adequado preparo dos candidatos ao concurso de habilitação às Faculdades e Escolas; e. aumento de matrículas; f. articulação das Faculdades e Escolas com os Institutos universitários; g. agrupamento das cadeiras nos departamentos, visando maior eficiência do ensino; h. manutenção da cátedra vitalícia, devendo seu preenchimento ser feito mediante concurso de títulos e provas; i. remuneração e regime de trabalho dos docentes – incentivo ao tempo integral; j. cidade universitária, vista como um meio indispensável para a Universidade atingir seus objetivos (REITORES, 1961, In: FÁVERO, 1977, p. 53).

Esses princípios que demonstram a posição dos reitores, na visão de Nicolato (1986, p.35) podem ser considerados uma resposta às reivindicações feita pelos estudantes no Seminário realizado em Salvador. No início do Governo Goulart, em 1961, o Executivo “tinha definido o propósito de assumir a promoção da reforma universitária e dedicava-se a detalhar planos com vistas ao desencadeamento do processo com base na participação de setores do meio acadêmico”. Nesse ano, em novembro, os reitores reuniram-se em Brasília, em um evento conhecido como “Simpósio Nacional dos Reitores”, com o objetivo de criar o Conselho de Universidades. Esse pode ser considerado como: “um fato importante no processo de definição da Reforma Universitária, sendo o marco inicial do desenvolvimento formal pelo MEC de providências com vistas a envolver

nessa tarefa, e sob seu comando, os dirigentes universitários (NICOLATO, 1986, p.38)”.

Nesse seminário foi deliberado: a criação da Comissão Nacional de Reforma Universitária, Comissões Seccionais de Reforma Universitária e o Fórum Universitário. Este último, criado em 27 de dezembro de 1962, realizou diversas reuniões. As realizadas em 1965 e 1966 foram “minadas pela movimentação dos participantes na discussão da criação de um Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB, uma entidade civil de direito privado que deveria congregiar os dirigentes de todas as instituições universitárias do País (NICOLATO, 1986, p.52)”.

Nicolato (1986) acredita que o Conselho de Reitores já demonstrava o objetivo de promover a reforma do ensino superior, num curto prazo. Destaca a importância dessa entidade nos rumos da reforma, mas considera que coube ao Conselho Federal de Educação a “idealização ou a definição do teor das mudanças que deveriam se processar no ensino superior (NICOLATO, 1986, p.65)”.

Assim, O **Conselho Federal de Educação**, também pode ser destacado na ação do executivo para os rumos da reforma universitária. Esse órgão se apresenta com funções de caráter técnico, normativo e decisório. Na sua primeira fase (1962-1966), sua atuação foi marcada pela defesa da necessidade de promoção da reforma das universidades segundo as diretrizes da Lei nº 4024 de 1961, em que cada instituição deveria elaborar seu próprio plano de mudança. Na segunda fase sua ação foi caracterizada pela decisão “assumida pelo Executivo de implantar um modelo determinado de universidade, esboçado inicialmente no Decreto-Lei 53 de 1966, e especificado posteriormente no Decreto Lei 252 de 1967 (NICOLATO, 1986, p.66)”.

A ação do Conselho Federal nos rumos da reforma universitária é tratada de forma minuciosa por Nicolato (1986), Rothen (2008) e Cury (2009). No entanto vale destacar o Conselho Federal na conclusão apontada por Nicolato (1986, p.167):

assim, se coube ao CFE, sensível às mudanças que se processavam em setores do meio acadêmico, detalhar os fundamentos de um projeto de Reforma, ele, por outro lado, não se constitui no aliado do MEC para a promoção de muitas das medidas desejadas pelas autoridades governamentais para fazer frente à crise que abalava as universidades.

Essa falta de articulação entre o MEC e o CFE, mencionada pela autora, aponta um caminho para se compreender o espaço e a importância que se atribuiu a grupos e comissões especiais criadas para tratar da questão universitária, tais como: Relatório Atcon, os Acordos MEC-USAID e o Relatório Meira Mattos.

Fávero (1977) considera que a influência exercida por **Rudolph Atcon**, americano que realizou diversas ações de consultoria e assessoria para o governo brasileiro, pode ser destacada. Suas idéias foram disseminadas pelo trabalho que elaborou para a Diretoria de Ensino Superior do MEC, no período de junho a setembro de 1965, com doze das principais universidades do país. Ele apresentou diversas recomendações para as universidades brasileiras, como informa Fávero (1977, p. 56). Uma delas foi à criação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Atcon contribuiu para a organização dessa entidade e trabalhou como seu Secretário Executivo. Além de sua atuação no CRUB, “o Professor Atcon elaborou uma série de projetos em administração, estatística e planejamentos universitários, por exemplo, para a Universidade Federal do Espírito do Santo e para Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, ambos em 1966 (FÁVERO, 1977, p.56)”.

Santos (2005, p.105)²³, informa que os denominados “Acordos MEC/USAID” foram firmados entre o governo brasileiro e o governo norte-americano, por meio da United States Agency for International Development (USAID). Segundo as diretrizes da Aliança para o Progresso, estes acordos eram direcionados para a cooperação entre os dois países, visando à “modernização” do sistema educacional do Brasil.

²³ Para saber mais sobre esse tema consultar: SANTOS, Eder Fernando. **O ensino superior no Brasil e os “Acordos MEC/USAID”**: o intervencionismo norte-americano na educação brasileira. Dissertação de mestrado do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, 2005.

Fávero (1995) aponta a importância dos estudantes na luta contra a realização dos “Acordos MEC/USAID” no ensino superior, bem como o aprofundamento das discussões no interior do movimento estudantil em direção à reforma da universidade brasileira. Essa luta também foi assumida por Álvaro Vieira Pinto.

Sobre a influência dos acordos para a educação superior, Minto²⁴(2012, p.01) explica que:

na prática, os MEC-USAID não significaram mudanças diretas na política educacional, mas tiveram influência decisiva nas formulações e orientações que, posteriormente, conduziram o processo de reforma da educação brasileira na Ditadura Militar. Destacam-se a *Comissão Meira Mattos*, criada em 1967, e o *Grupo de Trabalho da Reforma Universitária* (GTRU), de 1968, ambos decisivos na reforma universitária (Lei nº 5.540/1968) e na reforma do ensino de 1º e 2º graus (Lei nº 5.692/1971).

No que se refere ao Relatório Meira Matos, Fávero (1977, p.60), informa que, em 29 de dezembro de 1967, o Presidente da República, por meio do Decreto nº. 62.024, instituiu uma Comissão Especial com o objetivo de analisar e emitir parecer sobre as reivindicações dos estudantes, “planejar e propor medidas que possibilitem melhor aplicação das diretrizes governamentais no setor estudantil e supervisionar e coordenar a execução dessas diretrizes mediante delegação do Ministro de Estado”.

Essa comissão foi presidida pelo “Coronel Meira Mattos”²⁵, com a realização de reuniões durante oitenta e nove dias de trabalho nas instalações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Fávero (1977, p.60-62) aponta sete pontos que foram levantados e analisados pela Comissão. Aspectos referentes a: estrutura inadequada do MEC; crise de autoridade no sistema educacional; remuneração insuficiente para os professores; liberdade da cátedra; política de ampliação de vagas; a falta de recursos para a

²⁴ Verbete elaborado por Lalo Watanabe Minto. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_mec-usaid%20.htm. Data de acesso: julho de 2012.

²⁵ “Os outros membros eram o Professor Hélio de Souza Gomes; Diretor da Faculdade de Direito da UFRJ; Professor Jorge Boaventura de Souza e Silva; Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação; Dr. Afonso Carlos Agapito; Promotor Público e Cel. Aviador; e Waldir de Vasconcelos, Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional (FÁVERO, 1977, p.60)”.

implantação da reforma universitária foi discutida e um dos caminhos sugeridos foi à cobrança de anuidades dos alunos que tivessem recursos e da redução da duração de certos cursos; crítica em relação a liderança estudantil e a ausência de fiscalização da utilização dos recursos públicos para o setor educacional.

Nas palavras de Fávero (1977, p. 62):

Em resumo, para a Comissão Especial, se não fossem removidos esses pontos considerados críticos, não seria possível fazer uma reforma conseqüente do ensino superior. O relatório foi entregue oficialmente ao Ministro Tarso Dutra, em 13.5.1968. Só foi divulgado em agosto, entretanto, o que muito contribuiu para ativar e alimentar uma série de críticas à Comissão.

O governo militar por meio do Decreto n°. 62.937, de 1968, instituiu o grupo de trabalho da reforma universitária, composto de 11 membros, com o objetivo de “estudar a reforma da universidade brasileira, visando a sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país” (BRASIL, 1968). O grupo deveria apresentar em 30 dias um relatório que alcançasse tal objetivo. O general Costa e Silva designou os membros do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária²⁶. Cunha (1988, p.242) destaca a “composição heterogênea do GT, abrangendo pessoas de formação filosófica idealista e economistas tecnicistas, levando a uma concepção dual de universidade”.

Esse grupo contou com um amplo estudo, principalmente com os seminários e fóruns realizados pelo IPES e com os Relatórios Atcon e Meira Matos. A preocupação do governo era “assegurar a ordem”, ou melhor, impedir que a Universidade fosse um foco de resistência à política instaurada a partir do Golpe Militar de 1964. O grupo também se amparou no Relatório Meira Matos para a formulação da legislação.

Podemos observar que as posições de Vieira Pinto não foram contempladas nesses relatórios, especialmente, em relação ao acesso à universidade.

²⁶ Membros do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária: Tarso Dutra, Antonio Moreira Couceiro, Padre Fernando Bastos D Ávila, João Lyra Filho, João Paulo dos Reis Velloso, Fernando Ribeiro do Val, Roque Spencer Maciel de Barros, Newton Sucupira, Valnir Chagas, João Carlos Moreira Bessa, Paulo Possas, José Castro Pinto, Aureliano Chaves (CUNHA, 1988, p.242-243).

Segundo Lima (2005, p. 142):

a Lei n. 5.540/68 criou a departamentalização e a matrícula por disciplina, adotou o vestibular único, que resolveria o “problema” dos excedentes, pois a matrícula seria efetivada somente dentro de número de vagas. Esta medida, de certa forma, fomentou a abertura de instituições particulares que passaram a atender à demanda que as instituições públicas não atenderiam, sob a justificativa de falta de vagas.

Sheen (2001, p.28) afirma que a expansão do ensino superior foi fruto de outras recomendações, ao adequar a Universidade às necessidades do mercado de trabalho e resolver o problema dos excedentes²⁷:

todas essas propostas de reformulação do ensino superior [...] surgiram a partir da iniciativa do aparelho de Estado (sociedade política), em decorrência da necessidade de absorver o movimento de Reforma Universitária, esvaziando-o dos seus conteúdos políticos fundamentais, por um lado, e, por outro, de atender às necessidades de desenvolvimento do capitalismo monopolista. A sociedade política, enquanto mediadora dos interesses do grupo multinacional e associado, procurou obter o consenso das classes sociais em torno do seu projeto educacional através da “ideologia da modernização” (SHEEN, 2001, p. 29).

O movimento pela reforma universitária e sua concretização em 1968 pode ser, ainda, como se viu, caracterizado pela participação ativa dos estudantes, que colocou em pauta diversas reivindicações importantes. A proposta dos estudantes foi influenciada por Vieira Pinto, aspecto já identificado por Cunha (2009) e Nicolato (1986).

Temos claro que a lei revela uma luta que foi travada no âmbito da sociedade civil; no entanto, a ação coercitiva do Estado na definição da legislação demonstra os interesses da classe hegemônica. Com isso podemos perceber que, muito embora a proposta defendida por Vieira Pinto e pelos estudantes tenha ocupado o cenário das discussões sobre a reforma universitária a ação do governo, por meio da promulgação da Lei n°. 5540/68, atendeu aos anseios do grupo hegemônico, adaptando assim a universidade às necessidades impostas pelo capital, na década de 1960.

²⁷ Essa questão diz respeito aos estudantes que, embora aprovados nos exames de seleção, não conseguiram vagas.

Os próximos itens estão dedicados ao estudo dessa proposta na voz dos estudantes e de Álvaro Vieira Pinto.

4.2. A UNE (União Nacional dos Estudantes)

Como já nos referimos, os estudantes atuaram de maneira ativa na discussão da Reforma Universitária, na década de 1960. Cunha (2007, p.169) considera que “O projeto de uma reforma de ensino superior brasileiro, tendo em vista a democratização, nasceu e se desenvolveu nos meios estudantis. Foi só nos fins da república populista, quando a reforma universitária constava no rol das ‘reformas de base’, que alguns professores engrossaram esse movimento”.

Fávero (1995, p.16) trata da participação da UNE nos diferentes momentos históricos da sociedade brasileira, partindo do pressuposto que:

[...] os estudantes constituem um grupo bastante eclético e contraditório. Eclético por sua composição não ser homogênea – principalmente em se tratando de estudantes do nível médio e superior [...] contraditório exatamente por apresentar, em diferentes momentos, orientações e posições elitistas de um lado e comprometidas com interesses e necessidades mais amplas da sociedade, de outro.

O entendimento do Movimento Estudantil no processo da Reforma Universitária, na concepção de Fávero (1995), parte da compreensão do “clima ideológico” da época, em que os lemas nacionalismo e desenvolvimento foram aspectos fundamentais. Para a UNE, a luta pela Reforma Universitária começa em 1957, com o I Seminário de Reforma de Ensino. Ali se iniciam as discussões sobre as mudanças das instituições de ensino. O debate pela LDB possibilita questionamentos sobre o acesso dos jovens às universidades, sua função e organização.

Em relação à discussão da LDB, os estudantes se posicionaram de forma contrária à versão do projeto. Defenderam a escola pública e questionaram o “caráter dúbio do projeto” (FÁVERO, 1995, p.26), que permitia interpretações privatistas.

Em 1960, no Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior na Bahia²⁸, de fato ocorreu “a tomada de consciência da questão da Reforma Universitária, enquanto luta pela democratização da universidade” (FÁVERO, 1995, p. 27). Na ocasião, os temas discutidos pelos participantes foram: a situação das universidades na América Latina, uma política para as universidades latino-americanas e o conteúdo da Reforma Universitária (FÁVERO, 1995).

A partir da década de 1960, os estudantes começam a relacionar as solicitações de cunho pedagógico à luta política. Fávero (1995), explica que essa questão pode ser identificada por meio da produção de espetáculos e filmes com temas e questionamentos políticos. No ano de 1960, a greve dos estudantes em Salvador aponta a necessidade de reforma das universidades brasileiras, e a partir de 1961, observa-se a participação significativa dos universitários católicos no debate dos problemas do meio universitário.

O I Seminário Nacional de Reforma Universitária, segundo informações de Cunha (2007, p.177) ocorreu em Salvador (20 a 27 de maio de 1961). Os seguintes temas foram discutidos: 1. O exame vestibular, o programa e o currículo, o sistema de aprovação; 2. A administração da universidade, a participação do corpo discente; 3. Condições de funcionamento; 4. Realidade brasileira e o mercado de trabalho; 5. Corpo docente e cátedra vitalícia; 6. Função da universidade.

Os resultados das discussões foram apresentados na conhecida “Carta da Bahia”. Cunha (2007, p.177-178) considera que:

a análise do texto final mostra que os participantes do seminário não tinham orientações claras nem definidas quanto ao contexto social da universidade brasileira, mas convergiam nas propostas particulares, muitas delas coincidentes com os projetos dos setores do Estado que defendiam a modernização do país.

Nicolato (1986, p.29) entende que, muito embora a UNE, no Seminário de Salvador, tenha apontado algumas críticas à “dominação imperialista”, ainda não

²⁸ “Esse seminário é promovido pela UNE e conta com a presença de 14 delegações de países da América Latina (FÁVERO, 1995, p. 28)”.

se identificava nesta instituição a luta por uma mudança na ordem econômico-social.

Fávero (1995, p.39) analisa a Carta da Bahia, e aponta uma falha:

[...] se de um de lado é colocada a necessidade de se “tomar consciência da realidade brasileira e partir para uma atuação conjunta ao lado dos operários e dos camponeses para uma revolução brasileira”, de outro, no mesmo documento, essa consciência se denuncia em ato falho ao omitir, ao lado da participação do corpo docente, discente e de ex-alunos profissionais, na administração da universidade, a participação dos funcionários.

A autora chama atenção para um ponto importante sobre a não participação dos funcionários num debate no qual também estavam envolvidos.

A reforma universitária, na concepção de Cunha (2007) era definida como necessária para minimizar o poder dos dirigentes da universidade. A primeira ação, portanto, seria a autonomia da universidade, transformando-a em autarquia ou fundação.

Neste mesmo contexto, com os estudantes mobilizados a partir desse seminário, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi aprovada em 1961, após anos de discussão. Essa legislação, segundo Cunha (2007) seguiu uma linha oposta à defesa da escola pública, posição defendida pela UNE. Fávero (1977, p.53), explica que a Lei n.º. 4024 de 1961 não apresentou “grandes inovações no que diz respeito ao ensino superior”. Essa legislação apresenta-se:

[...] mais como enumeração de providências particulares, do que como arcabouço consistente para uma reforma em profundidade. Não estabelece princípios a partir dos quais se pudesse questionar o sistema universitário brasileiro. Além da pobreza na concepção de Universidade e na definição de suas funções, além de ver a Universidade como justaposição de estabelecimentos isolados e estanques, embora ligados entre si por um órgão de administração central – a Reitoria -, a LDB mantém ainda a cátedra como unidade básica dentro da instituição universitária e o vestibular fragmentário, respondendo a curso isolado. Daí afirma-se que ela trouxe para o ensino superior mais inconvenientes que vantagens, uma vez que as causas profundas de emperramento das Universidades brasileiras não foram sequer tocadas de leve. É significativo, no entanto, que a Lei n.4024/61 não contenha maiores aberturas em relação ao ensino superior. Este fato pode ser compreendido como um dos sinais da grande contradição existente, na ocasião, quanto às Universidades brasileiras (FÁVERO, 1977, p.54).

Após o Seminário de Salvador, realiza-se o Encontro da Região Sul, em julho de 1961. Na ocasião, como informa Fávero (1995, p.39), aspectos já discutidos foram retomados e as seguintes sugestões foram apresentadas:

A. Instituição do Conselho Universitário Regional [...] b. planejamento de diferentes formas de atuação da universidade junto aos diversos grupos da sociedade; c. revisão dos métodos de promoção dos alunos; d. adoção, por parte das escolas superiores, do método de ensino por correspondência e aproveitamento da radiodifusão para a dinamização do ensino (I SRU- Região Sul, 1961).

Segundo Nicolato (1986, p.29), até 1962, a posição dos estudantes tinha:

[...] um caráter até certo ponto continuísta, na medida em que claramente orientada pela ideologia nacional-desenvolvimentista. Centrados nos problemas relativos à organização das universidades e alguns requisitos para o cumprimento de suas finalidades e revelando forte influência dos questionamentos levantados pela divulgação do plano diretor da UnB, os estudantes propugnavam uma reforma universitária bem próxima do modelo “modernizante” defendido pela facção inovadora do corpo docente.

Na visão de Veiga (1982), após 1962 a UNE passa a defender uma proposta mais radical para as universidades, provavelmente com a influência do livro “A Questão da Universidade” de Álvaro Vieira Pinto, “[...] tanto na orientação filosófica do movimento, quanto na definição das principais estratégias de ação utilizadas”, como concorda Nicolato (1986, p.31). Cunha (2007, p.186-187) também considera que a “extinção dos exames vestibulares e a condenação da autonomia universitária, naquelas circunstâncias, eram pontos defendidos por Álvaro Vieira Pinto [...]”, que influenciou a posição dos estudantes.

As *propostas radicais*, representadas pela UNE, dividiram-se em duas versões. Uma reformista, mais característica das formulações iniciais, de crítica aguda ao caráter discriminatório do ensino superior e comprometida com o nacional desenvolvimentismo, e a segunda pré-revolucionária, principalmente a partir de 1962, que lutava para alterar a composição de classe da universidade brasileira e por transformá-la em espaço capaz de agir em favor dos grupos subalternos. Nessa segunda versão,- a influência da proposta de Vieira Pinto é evidente nos documentos da UNE. Esse momento de debates e mobilização é

considerado por esse autor como “pré-revolucionário” porque as camadas populares “[...] estão começando a se convencer de que somente sua decidida ascensão lhes dará meios para realizar as reformas que consideram urgentes”. (PINTO, 1962, p. 12).

Sobre essas propostas, Veiga (1982, p. 43) afirma que:

[...] tiveram suas raízes nos mesmos eventos que levaram Ribeiro e seus associados a proporem a criação da UnB. No início, o setor estudantil compartilhou as críticas de Ribeiro e propôs que as demais instituições universitárias adotassem as soluções contidas no projeto da UnB. A Carta da Bahia, elaborada pela UNE, depois do I Seminário da Reforma Universitária em 1961, assim como a Carta do Paraná de 1962 são exemplos de que os estudantes aceitavam algumas propostas modernizantes.[...].

Assim, com o mesmo intuito de mobilizar os estudantes, realiza-se em Curitiba (17 a 24 de março de 1962), o II Seminário Nacional de Reforma Universitária. Os resultados das discussões foram apresentados na *Carta do Paraná*. O documento está organizado em três partes: fundamentação teórica da reforma universitária, análise crítica da universidade brasileira e um esquema tático de luta pela Reforma Universitária. Fávero (1995) explica que, na primeira parte, é assinalado o desafio de integrar formação geral e técnica. Porém, na concepção da autora, de forma pouco “clara e objetiva”. Na segunda parte, é priorizada a discussão sobre a função da universidade como instrumento para a criação de uma cultura “nacional”. A última trata, entre outros aspectos, da inclusão da reforma ao lado das reformas de base.

A reforma universitária é assim explicitada na Carta:

a Reforma Universitária não a faremos nós. A Reforma se efetivará na medida que formos povo, em que assumirmos a consciência popular, em que tomarmos a Reforma Universitária como uma das reformas que o povo exige. A universidade não é problema para as classes dominantes que dela fazem a fonte de sua dominação ideológica sobre as massas populares, que nela fabricam cultura alienada com que justificam cotidianamente a espoliação que exercem. Ela é, sobretudo um problema para o povo que se vê alijado de seu direito à educação (CARTA DO PARANÁ, UNE, 1962, *apud*, FÁVERO, 1995).

Segundo informações de Cunha (2007, p.187), em maio ou junho de 1962 a Editora Universitária lança o livro “*A Questão da Universidade*”, de Álvaro Vieira

Pinto. O autor explica que: “quando o encontro se deu, o livro já estava escrito e, certamente, era do conhecimento da diretoria da entidade, a qual assumiu algumas de suas posições”. De fato, o trecho da citação mostra uma aproximação entre as reivindicações dos estudantes e as idéias de Vieira Pinto.

Veiga (1982, p.43) percebe uma diferença entre esse período e as reformas radicais que o seguiram: “[...] O que é mais característico das propostas radicais, no entanto, era a sua não limitação à procura de uma universidade moderna e eficiente. [Os estudantes] entendiam, ao contrário, que o movimento de reforma teria que ser mais profundo [...]”.

Em 1963, os estudantes organizaram o III Seminário Nacional da Reforma Universitária em Belo Horizonte. Segundo Nicolato (1986, p.32-33):

essa postura de defesa de uma reforma radical das universidades predominou no II e no III Seminário Nacional da Reforma Universitária, realizados em 1962 e 1963 em Curitiba e Belo Horizonte e, principalmente, nos Congressos Nacionais da UNE realizados, em julho de 1966, no porão da Igreja de São Francisco do Convento dos Padres Franciscanos em Belo Horizonte, em agosto de 1967, em sítio dos Padres Beneditinos no interior de São Paulo e, em outubro de 1968, em Ibiúna, também em São Paulo. Nestes três últimos congressos - cuja realização só foi possível após um rocambolesco drible imposto ao forte aparato policial-militar armado para impedi-los – a tônica já não era dada pela análise da universidade em si, ou mesmo pelas críticas à dominação capitalista e à espuriedade do regime militar: a tônica foi dada pela discussão de estratégias de ação dos movimentos populares. Era o engajamento total do movimento estudantil na derrubada do regime e na promoção de mudanças radicais na organização sócio-política e econômica do País.

Em síntese, a atuação dos estudantes na defesa de uma proposta “radical”, juntamente com Vieira Pinto, contribuiu para tornar a discussão da Reforma Universitária aliada às demais reformas de base. No entanto, a pressão exercida por este grupo, na visão de Nicolato (1986), influenciou a tomada de decisão do Governo (ação coercitiva) de assumir a direção da definição e efetivação da reforma, no sentido explicado pela autora, como forma de desmobilizar esse movimento, calando um dos principais focos de questionamento e crítica do regime.

4.3 A QUESTÃO DA UNIVERSIDADE

No intuito de não apresentar um estudo fragmentado da obra “A Questão da Universidade” de Álvaro Vieira Pinto, objetivamos, nesse item, realizar uma análise a partir das principais concepções do autor em relação à universidade e sua reforma, na década de 1960, no Brasil. Incluímos o livro “Por que os ricos não fazem greve?”, publicado também em 1962, para complementar a análise sobre a questão da universidade.

O livro “A Questão da Universidade” publicado em 1962, representa a mobilização em torno do processo da reforma universitária, motivada pelas contradições no interior das instituições, mas também pelas condições sociais da época. Esse estudo também pode oferecer elementos interessantes para pensarmos a Reforma Universitária na atualidade.

Sobre a obra, Álvaro Vieira Pinto afirma em entrevista dada ao Professor Dermeval Saviani (1985) que: “[...] aquele livro foi uma conferência que fiz em Belo Horizonte e depois a diretoria da antiga UNE me pediu para publicar (PINTO, 1985, p.20)”.

O livro também marca os vinte e cinco anos de existência da UNE. Na nota inicial da obra os estudantes afirmam que:

para analisar o problema da universidade no Brasil, ninguém melhor que Álvaro Vieira Pinto. É um pensador e analista profundo dos fenômenos da sociedade brasileira atual – responsável por uma obra original, fecunda, e já vasta, que exprime e registra, fielmente, o seu corpo-a-corpo, já de muitos anos, com uma realidade que ele tem buscado diagnosticar para transformar (PINTO, 1962, p.05)²⁹.

Podemos perceber que a obra fomentou os anseios e preocupações dos estudantes com os rumos da universidade na década de 1960. Gramsci (2011) sobre a obra “O Príncipe”, de Maquiavel, faz o seguinte questionamento: “[...] por que Maquiavel escreveu O Príncipe não como um ‘documento’ secreto ou reservado, como ‘instruções’ de um conselheiro a um príncipe, mas como um livro que deveria ser posto ao alcance de todos? (GRAMSCI, 2011, p.75)”. Esse

²⁹ Esse trecho faz parte da nota inicial da obra.

questionamento é respondido por Gramsci, ao dizer que “o livro não foi escrito para ninguém e, sim, para todos”.

Nessa direção apontada por Gramsci, podemos perguntar: para quem Vieira Pinto escreveu essa obra? A quem interessava pensar os rumos da universidade?

A intenção da obra é descrita pelo autor, ao dizer que busca, pela crítica sincera, ajudar no processo de construção da universidade que realmente o povo necessita. A linguagem e o estilo de escrita não se enquadram nos moldes tradicionais de um texto acadêmico, uma vez que é resultado de uma conferência. Não apresenta autores e teorias sobre a universidade, o texto é livre de citações e evidencia a posição do autor em relação aos rumos da universidade.

Álvaro Vieira Pinto buscou atingir diversos segmentos sociais, estudantes, professores e demais forças políticas. Corroborando com essa observação a seguinte passagem do livro:

será, portanto, a aliança dos estudantes com as demais forças sociais progressistas, os operários e os camponeses, igualmente em luta por abrir caminho contra a resistência de estrutura colonial e desumana, que se encarregará do trabalho mais difícil e penoso em prol da reforma da Universidade. Sem essa aliança não haverá reforma universitária, como sem ajuda das massas estudantis tampouco se fará a reforma agrária ou das relações de trabalho do operariado (PINTO, 1962, p.18).

Portanto, a questão da universidade não é vista como algo fora das discussões das reformas de base, em pauta naquele período. Sobre esse aspecto lembremos de Gramsci, quando afirma que a obra de Maquiavel “[...] não era no seu tempo, uma coisa puramente livresca, um monopólio de pensadores isolados, um livro secreto que circulava entre os iniciados [...] (GRAMSCI, 2011, p. 57)”. A obra de Vieira Pinto, também não é um “livro secreto”; tinha um objetivo que visava a uma ação que envolvia diversos grupos sociais. O autor, nessa obra, demonstra a preocupação com uma ação revolucionária a ser realizada.

Gramsci nos orienta que é importante considerar o autor como expressão necessária de seu tempo. E qual o contexto de produção da obra “A Questão da Universidade?”

Retomando o que já apontamos na pesquisa, os primeiros anos da década de 1960 no Brasil são marcados pela preocupação com o desenvolvimento do país. A defesa das reformas de base, como já citado, tomou forma nesse contexto: a reforma tributária, a agrária, a bancária, incluindo a reforma universitária. O debate sobre as reformas de base mobilizou trabalhadores brasileiros e outros segmentos, que organizaram congressos, greves e passeatas.

Estava se delineando outro contexto político-social no país, acompanhado de um aprofundamento da crise econômica. As manifestações reformistas, na explicação de Neves (1997), passaram a ser combatida pelos grupos hegemônicos (investidores internacionais, forças armadas, setores do capital nacional, partidos como a UDN e o PR). A autora pontua a contradição entre os “nacionalistas unificados pelo sonho reformista” e “os partidos e setores da sociedade civil” que se opunham à idéia nacionalista, no período de 1958 até 1964. Nesse tempo essa obra foi escrita e é partir desse contexto que podemos compreendê-la.

A discussão sobre o imperialismo ganha destaque nas reflexões de Vieira Pinto:

[...] certas expressões, como, por exemplo, “imperialismo”, não eram apenas cacoetes de linguagem de alguns demagogos, mas uma realidade palpável, que o político progressista sentia na luta parlamentar, o estudante na consciência social e o operário na resistência aos anseios pela melhoria de vida. [...] Este momento merece, com razão, ser chamado pré-revolucionário (PINTO, 1962, p.11 e 12).

Essa fase denominada por esse pensador como pré-revolucionária é caracterizada pela busca de superação do “subdesenvolvimento secular”. É nesse quadro que a reforma universitária precisa ser pensada sob risco de, no entendimento do autor, cair em discussões acadêmicas, com propostas apenas para aprimorar o ensino. Essa não é uma questão pedagógica e sim política; é uma das teses defendidas por ele.

Vieira Pinto (1962, p.10-11), parte da compreensão de que essa fase:

não é mais representada pela relativa acomodação e tão fácil adiamento da resolução das contradições, mas se marca pela rápida exacerbação das forças contrárias em jogo no cenário social e pela impossibilidade de

pactuarem compromissos duradouros. Continuam, é certo, as camadas dirigentes, a fazer todo empenho em obter o apaziguamento geral, e até estão dispostas a concessões, para elas, consideráveis, generosas, conforme acreditam, com o fim de prolongar em boa ordem o seu “direito”, outrora bem mais pacífico, de domínio social.

Esse contexto marcado por conflitos e tensões é claramente percebido pelo povo que começa a desenvolver consciência desses problemas. A luta, especialmente pelas reformas sociais, era urgente e necessária, na visão de Vieira Pinto. Os estudantes nesse contexto ganham destaque no processo.

Freitas (1998) considera que o debate sobre a reforma universitária aproximou Vieira Pinto de “um segmento ruidoso, os estudantes”, Vieira defendia que os estudantes não eram alienados, representavam grande poder social e que poderiam “levar adiante um projeto de institucionalização da verdadeira cultura”.

Como Vieira Pinto descreveu a Universidade? Por que ela era alvo de críticas?

O autor retoma um dado já conhecido: “[...] No Brasil, a Universidade é um órgão social recente, só instalado oficialmente quando sua presença se fez necessária [...] (PINTO, 1962, p. 19)”. Aponta a necessidade de se considerar a especificidade do que a palavra “universidade” representa para o nosso país. Não é possível pensar em termos gerais, “como se as nossas universidades e as européias fossem por essência uma mesma realidade (p.21)”. Um dos pontos de crítica é apresentado nesses termos: O que “falta à Universidade brasileira é o conhecimento da teoria da alienação cultural, que constantemente pratica, sem disso ter consciência, em desfavor do País (PINTO, 1962, p. 48)”.

O autor considera que a Universidade não era motivo de reclamações, por que: “[...] os poucos que a procuravam sabiam antecipadamente que nela conseguiriam entrar e encontrariam o ensino que os habilitariam ao que desejavam ser (PINTO, 1962, p.15)”. Esse cenário se modifica devido à demanda de estudantes que tinham intenções bem diversas daquelas dos alunos selecionados, que a procuravam no passado, uma vez que, entre os anos de 1946 e 1963, surgem novos delineamentos para o ensino superior, com uma demanda reprimida desde o Estado Novo e a expansão das universidades por meio da

igreja católica (BOAVENTURA, 1988). Na visão desse autor, isso onera a sociedade civil e exige o Estado de atender a Educação Superior. Nesse período também observamos a expansão das universidades estatais, muitas vezes pela agregação de faculdades isoladas.

Considerando esses elementos, Vieira Pinto apresenta, como preocupação fundamental, os **alunos que não entram** na Universidade. Para ele esse é o “[...] ângulo novo e decisivo para a consideração do problema (PINTO, 1962, p.24)”. Apresenta como tese capital do livro a afirmação de que a reforma não diz respeito aos alunos que estão na Universidade, mas aos que não estão, aqueles não puderam ingressar.

Consciente dos dados brasileiros, esse pensador afirma que a universidade, no país, é: “[...] uma peça do dispositivo geral de domínio pelo qual a classe dominante exerce o controle social, particularmente no terreno ideológico, sobre a totalidade do País. Se tal é a essência da Universidade, desde logo se vê que o problema de sua reforma é político [...] (PINTO, 1962, p.23)”.

O autor compreende que a universidade era, naquele momento, um mecanismo ideológico utilizado pela classe dominante. Mas de que maneira isso se dava?

Ao tratar da relação entre universidade e a classe dominante, Vieira Pinto faz críticas contundentes sobre o papel que a universidade exerce, assegurando a colocação dos elementos intelectuais ociosos da classe dominante, que ele denomina como “mãos-sem-obra”. Considera que a universidade:

[...] não sendo destinada a funcionar como propulsora das transformações materiais da realidade brasileira, e, portanto não estando a serviço dos verdadeiros interesses do País, não é de admirar que se mostre retrógrada e reacionária, e ofereça aos alunos o tipo de ensino que rigorosamente não lhes convém. Nisto está a prova de sua perfeita eficiência (PINTO, 1962, p.34).

Na visão do autor ela é eficiente, mas no que se refere aos interesses da classe dominante. Afirma ainda que a instituição não está direcionada para o trabalho social útil, mas cuida “[...] do estudo ocioso, da cultura alienada, da pesquisa fortuita e sem finalidade imperiosa [...] (p.34)”. Apresenta vários

elementos que sustentam uma das ideias centrais defendidas no livro, de que a universidade tem sido um dispositivo geral de domínio da classe social dirigente. Observemos os argumentos apresentados pelo autor:

- ✓ A Universidade, por sua essência atual, história e finalidade está a serviço de um “sistema de comando social por parte de determinado grupo”;
- ✓ Não há vinculação da Universidade com a classe que realmente trabalha, mas ociosidade dos profissionais que nela atuam;
- ✓ A Universidade atua como órgão seletivo, que conserva a “composição e a hierarquia profissional mais concorde com os interesses da classe dirigente”;
- ✓ A conservação de recursos públicos do País está em poder da mesma classe e ocorre a utilização de recursos pelos professores catedráticos em viagens, congressos e fins não destinados ao benefício do povo;
- ✓ A Universidade é o espaço onde são formados os representantes políticos da classe dominante;
- ✓ A aquisição da cultura separa a classe dirigente do povo, pois somente um grupo seletivo de “luminosos espíritos” tem direito a ela;

Contrariamente a este pensamento, Roque Spencer Maciel de Barros, como se viu, membro do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), defendia a universidade como uma instituição essencial numa ordem liberal, pois formaria uma elite espiritual que valorizaria o “amor à verdade e o apelo à razão”. Este espaço era considerado, na sua visão, como criador e conservador da cultura, e que seria eminentemente público, no sentido de financiamento e também no sentido de controle da disciplina e da ordem. A Universidade deveria ser destinada a um pequeno grupo de espíritos elevados, que não desvirtuariam sua missão trazendo para dentro dela problemas sociais, principalmente movimentos como greves e passeatas.

A partir dos elementos que demonstram o que a Universidade representava, Vieira Pinto reafirma que, no Brasil, essas contradições estão ligadas ao imperialismo:

[...] a contradição de classe se vê obrigada a manifestar-se num contexto nacional dominado globalmente por outra contradição que o envolve por inteiro, - o imperialismo da nação poderosa, - de tal modo que todos os aspectos da contradição de classes são marcados por esta situação de subserviência imperialista, assim como, reciprocamente, não poderia ser investigado o fenômeno do imperialismo sem ligá-lo aos interesses divergentes das classes em conflito, tanto no país submisso quanto no opressor (PINTO, 1962b, p.35).

Também em 1962, como já vimos, o autor publicou a obra “Por que os ricos não fazem greve” da Coleção Cadernos do Povo Brasileiro. Esse livro pode nos ajudar na compreensão dos seus conceitos de trabalho e classe, relacionados com a questão da universidade. O autor compreende que a Universidade não está ligada ao trabalho social útil. Mas como essas questões sobre o trabalho, a riqueza e a divisão de classe são explicadas?

A obra em questão é direcionada para todos que buscavam interpretar a realidade da maneira diferente, a população em geral. Já nesse período Vieira Pinto era diretor do ISEB e como informa Cortes (2003, p.320) “[...] enfrentou graves problemas financeiros somados a uma feroz campanha difamatória incessantemente movida por grupos de direita e pela imprensa”.

Na obra “Por que os ricos não fazem greve”, Vieira Pinto justifica sua visão da desigualdade da sociedade brasileira, analisando a divisão de classes e a questão do trabalho. Deixa claro, já na introdução, que algumas teorias “errôneas” e “desviadoras” buscam impedir a compreensão da atual divisão da sociedade capitalista entre “ricos” e “pobres”. O que importa, de fato, para o povo, é entender como os ricos se tornaram ricos. Escrito numa linguagem objetiva, também livre de citações, busca explicar de maneira didática a origem da riqueza nas mãos de poucos. Tem como pressuposto central a constatação de que os ricos não fazem greve, porque não trabalham. Assim, não precisam realizar tal ato, pois os operários o fazem por eles. Nas palavras do autor:

na sociedade dividida em classes antagônicas só trabalha quem se encontra na classe trabalhadora, e esta, embora admitindo diferenciações secundárias, se define pelo traço específico de não possuir capital, mas unicamente certa força para produzi-lo, que vende àqueles que já o possuem. Não há meio termo. A posse do capital, obrigando o capitalista a ter de reproduzi-lo, de incrementá-lo, leva-o à situação de necessitar cada vez mais comprar o fator que o multiplica (PINTO, 1962b, p. 91).

Sobre a relação entre Universidade e trabalho, o autor explica que a educação brasileira passou por mudanças devido às novas necessidades que se colocavam no mundo do trabalho. Considera que o país, na década de 1960, ingressava numa fase “incipiente” da grande produção industrial e criava o reconhecimento, especialmente, pela classe dominante, da necessidade de uma formação tecnológica nas Universidades. A ênfase passa a ser a formação de engenheiros, economistas, químicos, arquitetos, enfim áreas que possibilitem o desenvolvimento industrial.

Vieira Pinto apresenta críticas sobre questão, considerando que:

[...] já não basta à classe dominante comprar a força de trabalho meramente muscular das massas ignorantes, na cidade e no campo, simples animais de carga ou de manejo de instrumentos rudimentares, mas precisa agora comprar a força do trabalho intelectual de homens dotados de um saber difícil de adquirir e socialmente cada vez mais valorizado [...] (PINTO, 1962, p.137).

Nessa direção, a Universidade assume o papel de atender essas novas exigências, como “cúmplice dócil da classe dominante”. No meio universitário, um grupo defende que a Universidade deva “preparar os alunos para as novas tarefas da sociedade, em rápida industrialização, dotando-os de conhecimentos técnicos objetivos (p.137)”. Contra essa posição outros pensadores, denominados por ele como “retrógrados, latifundiários, obscurantistas”, defendem o ensino humanístico. Essa contradição é positiva para fomentar a discussão, porque coloca em jogo a “quebra das velhas estruturas” e movimenta a Universidade. No entanto, a solução da Reforma não está nessa contradição, pois de qualquer modo a Universidade assume compromisso com o sistema vigente. A explicação de que “a baixa produtividade do trabalho” é causa dos males do País é, na visão desse pensador,

uma ilusão, pois, na verdade esses males decorrem do excesso de lucro dos que o exploram.

Vieira Pinto, explica que essa “valoração” do trabalho que a Universidade começa a proclamar está ligada ao “trabalho assalariado, embora de nível intelectual superior (p.138)”. A Universidade segundo ele, “não tem condições para se transformar no verdadeiro centro de pensamento que sacuda a alienação que a oprime, e particularmente esclareça os estudantes sobre o problema do trabalho que terão que executar quando concluírem os cursos”.

Por esse motivo, Vieira Pinto (1962, p.139) defende que os estudantes assumam uma posição de destaque para a compreensão do “problema social do trabalho”, e que não se pode esperar dos professores, uma formação que permita essa reflexão sobre o trabalho na sociedade capitalista. Nas palavras do autor,

[...] só a massa estudantil está em condições de meditar sobre este assunto, de compreender quanto é fundamental para ela examinar o problema social do trabalho para o qual se prepara nos bancos universitários, e de somar-se às forças sociais que lutam para alterar a deplorável realidade atual, onde o aluno é preparado para ser um pedinte indefenso quando cair nas mãos dos que lhe vão comprar o preparo intelectual, que tanto esforço lhe custou. É inútil, portanto, esperar que a classe professoral advirta e guie convenientemente as massas estudantis no que respeita à questão do trabalho, que, contudo, como se vê, é decisiva. Não pode fazer porque é, ela própria, em parte classe ociosa, infensa ao trabalho real, e, noutra parte classe subserviente aos grupos econômicos espoliadores do trabalho nacional.

Nesse trecho fica evidente a preocupação do autor em relação à alienação presente na Universidade, e à importância dos estudantes discutirem a questão do trabalho, sem perder de vista a realidade do país.

Acerca do cenário das discussões de Vieira Pinto sobre a universidade e a classe dominante, Rodriguez (2000) explica que as universidades foram alvo de críticas por parte dos grupos desenvolvimentistas, movimento estudantil e políticos de esquerda que denunciavam a elitização e falta de adequação da universidade à realidade social.

As críticas também compõem a obra de Vieira Pinto quando trata da Universidade e dos valores eternos. Explica que as instituições brasileiras mantêm uma tradição que não pertence a elas.

Vieira Pinto esclarece outros dois aspectos críticos da universidade brasileira: “Sua inevitável função social conservadora, e a peculiar natureza das questões ligadas ao provimento de sua cátedra (PINTO, 1962, p.69)”. Ironiza que a Universidade brasileira:

tem que ser necessariamente conservadora, induzindo na sociedade atitudes e comportamentos estáveis, porquanto, não só esse é o resultado que lhe convém, dadas as suas razões de classe, como essa é a prática que decorre das suas convicções ideológicas. Acreditando-se depositária de valores eternos, que só ela sabe quais são, não pode nem renegar esses valores, o que, para ela, significará desfiguração e desonra, nem se modificar nas suas estruturas essenciais, pois qualquer movimento transformador que ensaie põe em risco a estabilidade e imobilidade dos valores que lhe cumpre preservar (PINTO, 1962, p.69).

Assim, a Universidade no país subdesenvolvido, como já apontamos, exerce sobre a sociedade um efeito “pernicioso” e “ocultador”, pois não se ocupa da função de “preparar” os jovens para um estudo da realidade, nem para a maneira com que podem intervir para a resolução dos problemas.

Ao tratar da alienação, explica que há uma relação entre a questão cultural e econômica, pois essa “nunca vai desacompanhada da outra”. Sobre essa discussão o autor busca analisar os fundamentos desse processo, com intuito de apontar os principais elementos que revelam o caráter alienador das Universidades Brasileiras. Que elementos são esses?

- I. O acesso à Universidade restringe-se a um número reduzido de jovens, que assumem assim um papel secundário no conjunto da educação “social do povo”.
- II. A defesa de que classe dominada, pela formação universitária, conseguirá ter acesso à “cultura” e poderá assumir posições de destaque social. Na verdade, o ensino que irá receber se pauta nos moldes da classe dominante, incutindo no estudante “pobre” a idéia de ascensão social e o esquecimento de suas origens;
- III. O papel alienante da Universidade é duplo: primeiro por impedir a elaboração de “um tesouro cultural autêntico”, que demonstre os interesses da população. Segundo: por possibilitar a alienação dos

professores, “no sentido que a faz tributária da cultura do País metropolitano dominante”;

- IV. Os acordos internacionais não são somente de caráter financeiro, mas impõem às universidades idéias e modelos alheios da nossa realidade;
- V. A Universidade, num estado de subdesenvolvimento, enquadrado no complexo do imperialismo, não contribui para criar “autêntica cultura que o País reclama”;

Sobre a questão da cultura, o autor define que o termo refere-se ao conjunto de bens materiais e espirituais criados pelos homens ao longo da história, por meio do trabalho. E faz o seguinte questionamento: “em que medida a cultura se origina na Universidade, nela tem guarida, e aí encontra terreno propício a se desenvolver? (PINTO, 1962, p.57)”. Concebe que, em parte muito reduzida a cultura nasce e se desenvolve por ação da Universidade. Acredita que ela é diferente dos anseios das massas trabalhadoras. A cultura que a Universidade produz é por definição:

[...] a cultura alienada, não por ser de origem externa, metropolitana, em quase todo o seu acervo, como, sobretudo por ser originada da classe ociosa ou aproveitadora, cujos intuítos são, quer conscientemente o saibam quer não, os de reprimir a ascensão das massas. Deste modo, a cultura universitária tem de sustentar uma luta infeliz com a cultura popular autêntica, aquela que está nascendo no seio do povo [...] (PINTO, 1962, p.58).

Fica evidente sua preocupação em relação à ideia de transplante cultural. O que interessava as universidades, naquele período, era o “saber que importam do estrangeiro”.

A tradição das instituições estrangeiras é, para o autor, algo que marcou a história da universidade brasileira e a sua forma de constituição, como se fosse um “templo” do saber direcionado para poucos, ou como afirmou Roque Spencer Maciel de Barros, para uma elite intelectual. Essas características incutem no

jovem a ideia de que o acesso ao ensino superior possibilitaria alcançar uma posição social de destaque na sociedade.

As lutas estudantis são consideradas pelo autor, como um “impulso da nova consciência nacional”. No entanto, os que defendem o conservadorismo da Universidade acreditam que as ações dos estudantes são “agitações mal-intencionadas, obra de arruaceiros, de irresponsáveis”. Isso leva, na percepção de Vieira Pinto, à luta entre “a classe professoral, alienada, arrogante, e mesmo policialesca [...] e a classe estudantil, livre, ansiosa de ver realizada a libertação do nosso País (1962, p. 70-71)”.

Esse autor aponta que os estudantes assumem a tarefa de mobilização social, juntamente com os demais grupos, pois:

[...] tomam consciência do seu papel e manifestam suas exigências por meio de greves sérias e intensas. Os estudantes não são trabalhadores em ato, mas em preparo. São jovens que se encontram na fase de acumulação de conhecimentos para efeito de aplicação futura ao trabalho social útil. Embora ainda não participem do trabalho efetivo, destinam-se a ele, e é em tal condição que se identificam à grande massa de operários e se incorporam à realidade existencial destes [...] Eis porque os estudantes, no país semi colonial e subordinado ao imperialismo, tem de formar um grupo de vanguarda, e tendem a se associar inevitavelmente às vanguardas das outras classes, as operário-camponesas, que lutam pela ascensão social (PINTO, 1962b, p.116-117).

Michelotto (1999, p. 23) destaca a contribuição de Darcy Ribeiro sobre esse assunto. O autor faz uma análise mais aprofundada sobre o envolvimento dos estudantes nas lutas e manifestações políticas “Para Darcy RIBEIRO, a ‘consciência lúcida’ quanto às questões sociais, que os estudantes muitas vezes apresentam, vem de sua condição de classe privilegiada que conseguiu um nível de educação favorecedor desse fato. O autor destaca um caráter de premência dos jovens nessa sua solidariedade aos deserdados”.

Darcy Ribeiro afirma que os estudantes:

[...] bem sabem que, quando diplomados, também serão aquietados pelo poder disciplinador do trabalho e da fadiga; dissuadidos de seus próprios ideais pelas responsabilidades de família e pelos deveres de compostura profissional; e degradados pela ferocidade da competição econômica em que terão de mergulhar

e pela qual serão, afinal, convertidos em tranqüilos guardiães da ordem (1991, p.06).

Esse futuro dos protagonistas ocorre quando a revolução não se efetiva, como desejava e esperava Vieira Pinto.

Tratando de um trabalho científico, Álvaro Vieira deveria ater-se ao que a universidade era no momento? Ou, ao contrário, deveria preocupar-se com a sua reforma?

Neste caso ele entraria na questão complexa do “dever ser”, discutida por Gramsci (2011, p. 35) nos seguintes termos:

[...] trata-se de ver se o ‘dever ser’ é um ato arbitrário ou necessário, é vontade concreta ou veleidade, desejo, miragem. O político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação de seus desejos e sonhos. Toma como base a realidade efetiva: mas o que é essa realidade efetiva? Será algo estático e imóvel, ou, ao contrário, uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio? Aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e atuantes, baseando-se naquela determinada força que se considera progressista, fortalecendo-a para fazê-la triunfar, significa continuar movendo-se no terreno da realidade efetiva, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir para isso). Portanto, o ‘dever ser’ é algo concreto, ou melhor, somente ele é interpretação realista e historicista da realidade, somente ele é história em ato e filosofia em ato, somente ele é política.

Vieira Pinto defende a posição de que a universidade precisa ser transformada na “essência”, ou seja: “[...] fazê-la deixar de ser um centro distribuidor na alienação cultural do País, para convertê-la no mais eficaz instrumento de criação de nova consciência estudantil, direta e exclusivamente interessada em modificar a estrutura social antiga e injusta, substituindo-se por outra humana e livre (PINTO, 1962, p.16)”. Mas apóia esse “dever ser” na realidade concreta.

Nas palavras do autor:

[...] basta-nos dizer que o presente estado da realidade brasileira se deve ao fato de ter chegado a um grau inédito de intensidade as contradições que atualmente constituem e comandam o nosso processo nacional, além de terem se modificado, surgindo umas e desaparecendo outras. Até há bem pouco, as tensões entre os pólos das nossas contradições permitiam que só em dados momentos se verificassem conflitos mais sérios, de conseqüências visíveis, como revoluções quarteladas, crises políticas superficiais, etc (PINTO, 1962, p.10).

No que se refere à possibilidade de transformação social que se delineava no período em que Vieira Pinto escreveu, é importante destacar a categoria *vontade coletiva*, de Gramsci, porque consideramos que pode nos ajudar na compreensão sobre a reforma defendida por Vieira Pinto, como uma das “facetas” de um problema muito maior.

Essa questão também pode ser pensada para o período que estamos analisando, ou seja, início dos anos de 1960 no Brasil. Grupos de esquerda e diferentes segmentos sociais defendiam a possibilidade de mudança social. Essa almejada transformação se apresentava com nuances diferentes. Alguns preconizavam um reordenamento social sem alterar a base capitalista, outros entendiam que seria necessário um projeto nacional que possibilitasse o desenvolvimento, superando assim o “atraso” econômico, político, social e cultural. E grupos mais radicais, lutavam para a superação do capitalismo.

Moraes (2011), ao tratar da esquerda e do golpe de 64, explica que a intelectualidade “progressista” enriqueceu o movimento pelas reformas de base. Em outubro de 1963, foi criado o “Comando dos Trabalhadores Intelectuais” (CTI) com o objetivo de coordenar “os vários campos em que se desenvolve a luta pela emancipação cultural do país – essencialmente ligada às lutas políticas que marcam o processo brasileiro de emancipação econômica (MORAES, 2011, p. 53)”. A questão da luta pela libertação dos laços imperialistas e a necessidade das reformas de base eram temas constantes nas obras de Vieira Pinto.

Considerando as condições materiais da época, podemos concluir que a concepção de reforma universitária, na perspectiva desse pensador, tem as seguintes teses fundamentais:

- I. A reforma da universidade não é tarefa apenas de natureza jurídica, institucional e pedagógica, mas sim consiste na transformação da sua essência;
- II. A reforma da universidade do país visa antes de tudo a uma finalidade social e política;
- III. A reforma da universidade diz respeito, primordialmente aos alunos que nela não podem ingressar;

Álvaro Vieira Pinto, concebe que a reforma é de carácter social e de execução política. Nas suas palavras:

a Reforma da Universidade tem que ser considerada como ato social, destinado a anular um passado de privilégios, a situação cultural de alienação, a pretensão da aristocracia doutoral, só justificados enquanto o País vivia a fase de sua total dependência e opacidade intelectual, mas agora em franca superação por efeito das transformações materiais ocorridas e das lutas sociais em curso. (PINTO, 1962, p.111).

A principal defesa de Vieira Pinto refere-se à reforma da universidade com vistas à democratização do saber. O autor considera que a essência desse processo consiste em: “[...] impedir a reprodução da classe dominante, a qual tem na Universidade sua fábrica mais importante, no que se refere aos expoentes intelectuais (PINTO, 1962, p. 121)”.

A reforma da universidade é analisada por Vieira Pinto na perspectiva da totalidade, não como um simples reordenamento institucional, mas uma mudança social num contexto marcado por mobilizações sociais. Orienta que é importante a luta estudantil observar os seguintes aspectos:

- “Reformar as relações entre a universidade e o restante da totalidade do país” (PINTO, 1962, p.146)
- Considerar que “[...] a essência do problema da Reforma Universitária é uma contradição externa entre a Universidade, como peça do domínio da classe exploradora minoritária, embora predominante, e o resto da Nação; e não uma contradição interna (PINTO, 1962, p.149)”.
- Ter mente que “O objetivo verdadeiro da Reforma Universitária tem que ser a alteração das relações externas da Universidade, desligando-a da vassalagem a classe dominante e pondo-a a serviço do povo, enquanto massa trabalhadora (PINTO, 1962, p.150)”.

Feitas essas observações, é possível apontar as medidas práticas, que partem inicialmente da orientação de que os estudantes elaborem um projeto

próprio para reforma, organizem-se para efetivar o projeto a partir de uma luta social, constituam um grupo de pressão social, promovam unidade das forças estudantis e vinculem a reforma universitária com as demais reformas da sociedade.

Em relação às medidas práticas, Vieira Pinto deixa claro que cabe aos estudantes a elaboração dessas proposições. Seu objetivo se limita a “apreciar aspectos sociológicos da realidade da Universidade (p.156)”. No entanto, aponta algumas indicações importantes. A primeira refere-se ao “cogoverno”, que trata da participação dos docentes e discentes nas diferentes instâncias da universidade, com o número igual de participantes. O autor explica que essa medida contribuirá com mudanças a favor das “camadas populares”. Uma segunda indicação trata da “supressão da trincheira do vestibular”, nas palavras do autor:

a sociedade atual cultiva, como privilégio de classe, a ‘predestinação universitária’. A autêntica democratização do ensino consiste precisamente em extinguir a predestinação universitária. Para tanto, é necessário que o processo educacional, em todas as suas fases, seja franqueado às massas trabalhadoras na totalidade, e estas atravessem, portanto, sem obstáculos intransponíveis os pórticos das Faculdades (PINTO, 1962, p.159).

A terceira indicação trata da Universidade destinada ao povo, a serviço das “massas” para as “retirar do estado de incultura. O que queremos dizer é que os analfabetos atuais precisam ser os alunos da Universidade futura (1962, p.160)”. No momento atual, afirma o autor, a Universidade “nega o analfabetismo”. Nesse sentido é fundamental ver o analfabetismo como “um momento dialético do mesmo processo cultural ao qual ela própria pertence e, portanto, eliminar a situação educacional inferior e primária, não por se desvincular dela, mas por superá-la dialeticamente (p.161)”. Defende, portanto, uma Universidade para o “povo”, democratizada.

Uma quarta indicação diz respeito à luta contra a “vitaliciedade da cátedra”, superação fundamental para o processo de transformação da Universidade. E a última refere-se ao “entrosamento das instituições de ensino superior com os centros sociais de produção, fábricas, fazendas, empresas (p.161)”.

Vieira Pinto (1962) considera que o debate em prol da reforma universitária ganhou importante destaque na consciência estudantil nos diversos encontros, debates e seminários realizados por esse grupo, como já explicitamos.

Álvaro Vieira Pinto, questiona os motivos da grande importância que o tema da reforma ganhou no período. Considera que os estudantes percebem:

as insuficiências, as injustiças, as opressões da atual estrutura da realidade nacional, e são levados a indagar a origem desse generalizado estado de insatisfação e por que a sociedade não consegue atender de forma ao menos tolerável às necessidades dos seus membros (PINTO, 1962, p.09).

Esse estado de “insatisfação” denota o grau de intensidade das contradições da sociedade da época. Nesse contexto os estudantes assumem, na visão de Vieira Pinto (1962, p.13-14):

[...] o comando da luta social por essa reforma, porque apenas eles constituem o instrumento capaz de levá-la a efeito, e igualmente são, pela **práxis** que possuem, a origem das idéias que devem servir para formular tal reforma. Isto se dá porque os estudantes, no embate público entre a parte decadente, embora ainda dominante, e a parte emergente da sociedade, tendem necessariamente a se identificar, como coletividade, no país atrasado, às forças sociais ascendentes, e de modo muito especial, em vista de suas qualificações intelectuais, formam naturalmente nas fileiras da vanguarda de tais forças. Explica-se assim, que sejam os estudantes, e não os docentes, os que se inquietam em promover o movimento que terá por desfecho a reforma universitária [...].

Dessa forma o autor enfrenta o fato contraditório de que os estudantes, em que cujo protagonismo ele deposita tantas esperanças são, em grande parte advindos das classes dominantes e alunos dos mesmos professores que Vieira Pinto considera alienados. Percebe-se também que o autor minimiza as diferenças de opinião entre grupos estudantis.

Ao tratar da Universidade e as classes sociais, o autor aponta que as condições de ingresso na Universidade “excluem de modo geral a entrada de elementos da baixa classe média e quase totalmente a classe trabalhadora (PINTO, 1962, p.78)”. A explicação dada socialmente pela exclusão de inúmeros jovens do ensino superior é caracterizada pela falta de preparação dos estudantes. Esse argumento encobre a real explicação para o “*estudenticídio*”,

denominação dada por ele. O autor trata das condições de ingresso dos jovens na universidade e explica que:

[...] o exame vestibular não representa na verdade um exame nem um concurso de habilitação, mas uma operação de guerra, pelo qual a classe dominante estabelece em torno das Faculdades um “fogo de barragem”, um cerrado canhoio, a fim de conter a bala, a metralha, o assalto das massas que desejam ocupar a cidadela do saber. Por isso, um dos objetivos máximos da luta estudantil tem que ser a eliminação dessa manobra de artilharia realizada pelos poderes universitários, único meio de abrir a Universidade ao povo, a quem realmente pertence (PINTO, 1962, p. 80).

O argumento de “má preparação” dos estudantes das classes populares necessita ser colocado em outros termos, ou seja, por que isso se dá? São mal preparados para que? Essas questões nos ajudam a pensar a questão do acesso sob um novo prisma. Vieira Pinto (1962, p.83), assim explica: “[...] é claro que estão mal preparados, pois se foram preparados para não estar preparados!”.

A questão do acesso a Universidade, deve ser pensada a partir das condições gerais da sociedade. Nessa direção, o autor observa que os poucos filhos das famílias trabalhadoras que entram na Universidade, fazem grandes sacrifícios para alcançar tal desafio. Na visão de Vieira Pinto, “o pai trabalhador” objetiva ver o filho “doutor” para este não ser trabalhador, como ele. Nesse sentido, a Universidade contribui para incutir no estudante uma idéia contrária aos anseios da classe trabalhadora. Como os advindos dessa classe são poucos e a classe dominante, é geralmente, diminuta, “o grosso da massa estudantil tem de provir da classe média (PINTO, 1962, p.87)”. Nas palavras do autor:

como esta classe acha-se em rápida transformação, passando a exercer papel cada vez mais ativo no processo do desenvolvimento nacional, em virtude de sua progressiva proletarização, os elementos dela oriundos irão justamente constituir as vanguardas estudantis. Com efeito, são eles os que em primeiro lugar sentem sua inevitável próxima identificação com as massas trabalhadoras, urbanas e rurais.

Cunha (2007, p. 54) trata desse aspecto e considera que os jovens das camadas médias se “rebelaram” contra a ordem social, devido à “impossibilidade de elas atingirem os alvos de ascensão social propostas por essa mesma ordem”.

Vieira Pinto, também considera que no interior das instituições universitárias observa-se o processo de luta de classes. Isso ocorre devido à proletarização da “massa estudantil”. A ideia de “conversão do gentio” estudantil é um dos intentos da Universidade; no entanto:

[...] o processo espoliador exercido pela classe dominante sobre o conjunto do País, operando no sentido de proletarizar imenso número de “pagãos”, impermeabiliza-os à catequese dos missionários catedráticos. O elemento que devia ser convertido torna-se resistente à conversão (PINTO, 1962, p.88).

O autor entende que não se trata de uma “luta de gerações” nas Universidades, ou seja, os jovens representando a “esquerda” e os professores como “reacionários”, mas um processo de luta de classes, que não está relacionado com a idade. O “choque de gerações” como argumento para explicar os conflitos em relação à Universidade é “[...] recorrer a uma imagem literária sem qualquer conteúdo sociológico, que não apenas nada explica, como serve de anteparo retórico para encobrir a verdadeira explicação dos fatos (PINTO, 1962, p.90)”.

O conflito entre professores e alunos no período em questão é explicado por Vieira Pinto, como “reflexo” do “antagonismo” entre as classes, que caracteriza a sociedade brasileira. Num país “subdesenvolvido” como o Brasil, a posição de aluno universitário é algo a que poucos têm acesso. Aqueles que conquistaram essa posição, na visão de do autor, ou foi com muito esforço (jovens que pertencem à classe média) ou sem nenhum empenho, como aqueles filhos das “camadas altas” da sociedade.

Explica que os jovens universitários se vêem num processo contraditório, em que duas tendências podem ser pontuadas: a primeira caracterizada pela aliança às classes dirigentes para num “futuro tornar-se sócios dos seus privilégios”; a segunda tendência marcada pela militância em favor da classe trabalhadora.

Isso demonstra que não havia uma homogeneidade de posições entre os estudantes. O autor considera que é possível observar “cisões interiores”. No

entanto a ação dos estudantes pode ser destacada pela participação ativa. Na concepção de Vieira Pinto (1962, p.93):

[...] nas campanhas a favor da independência econômica do nosso País, o apoio à legalidade, quando se viu ameaçada, a simpatia pela revolução cubana, o repúdio às autoridades administrativas totalitárias, obtusas e reacionárias, têm sido sempre vitoriosas, com vexatório silêncio ou recuo das hostes professorais.

Além dessas frentes, o autor considera que a Reforma Universitária é uma luta que parte “**de fora para dentro**”, pela “via política”. A “pregação” da reforma conta com a ação do povo, que também luta pelas demais reformas exigidas pelo país e não pela ação dos “eruditos catedráticos que nela só vêem motivo de perturbação do sono (p.95)”.

O choque entre professores e alunos era evidente, mas também havia na compreensão de Vieira Pinto, um embate entre os alunos. A atuação da UNE:

[...] como poder público na sociedade brasileira, indisputado e irreprimível, tem um significado que ultrapassa de muito o âmbito da questão universitária, pois pertence ao panorama sociológico geral do País. O traço capital revelado pela análise das lutas estudantis na presente conjuntura brasileira consiste em não serem elas travadas em torno de objetivos exclusivamente internos à vida universitária, mas terem cada vez mais caráter político, serem lutas com fins políticos gerais (PINTO, 1962, p. 102).

A divisão entre os estudantes parte dos diferentes objetivos políticos e ideológicos presentes na sociedade que, por sua vez, se mostra no interior das instituições universitárias. Os estudantes preocupados com a luta política compreendem que a Reforma Universitária não poderia ser realizada sem o apoio das demais forças sociais, que também reclamam por mudanças sociais. Percebem que “[...] precisam se unir aos setores proletários mais politizados, pois seus interesses são os mesmos, - a reforma geral da sociedade – de que a transformação da Universidade é apenas caso particular (PINTO, 1962, p. 103)”.

A ação dos estudantes, no processo de luta política gera, na classe dominante, preocupação, ou seja, uma ameaça. Para conter essa força política, lança mão de dois caminhos: violência física e a propaganda ideológica.

Outro argumento utilizado refere-se, na visão de Álvaro Vieira, ao lema “estudante só deve estudar”. Isso indica que a ação dos estudantes gera ameaça, no que se refere à transformação social. Além disso, buscam afastá-los das lutas sociais, afirmando que se trata de uma questão específica da Universidade.

Vieira Pinto, opondo-se a esses argumentos, considera que no país:

[...] onde imperam as condições econômicas de espoliação e subserviência ao capital estrangeiro, e onde, por conseguinte não estão asseguradas ao trabalho do povo condições humanas de exercício, o que fundamentalmente cabe ao estudante é lutar por conquistar essas condições, para si e para todos os trabalhadores, Ora, esta luta é, por natureza, política (PINTO, 1962, p.105).

Considera que estudar é por essência a tarefa do estudante, mas isso só ocorre num país onde a “plena humanização do trabalho” exista. Mas num país como nosso, explica Vieira Pinto, o estudo assume outro caráter. Os jovens representam a “fração progressista”, pela compreensão que possuem sobre o estado das coisas e pela luta que podem promover juntamente com as demais forças sociais.

Sendo uma luta “política” e não institucional, Vieira Pinto (1962) aponta a necessidade de definir os “objetivos práticos da luta do estudantado pela Reforma da Universidade”. Alerta os estudantes que existem objetivos “enganosos”, tais como:

- ✓ Reformar a Universidade sem alterar o aparelho de domínio social (p.146);
- ✓ Alterar superficialmente as instituições universitárias, sem considerar o processo de luta pelas demais reformas (p.147);
- ✓ Priorizar mudanças de segunda ordem (instalações, dotações orçamentárias, regime curricular, etc), em detrimento da mudança do papel da Universidade em relação à realidade total do País (p.147);

A essência da Universidade, na compreensão de Vieira Pinto, não será alterada por mudanças na sua organização, mas pela alteração do conteúdo de classe. Compreende que cada greve estudantil possui um “duplo objetivo”, uma

intenção imediata e um meio para chegar a outro fim, “alvo final de toda operação diária da guerrilha”. Alerta os estudantes que o projeto que as “forças de dominação social” vão apresentar, se trata de uma proposta “insuficiente, frustrante, alienada e desviadora”, e aponta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (4024-1961), como exemplo da ação governamental no rumo das políticas educacionais. Partindo dessa observação, orienta que os estudantes:

- ✓ Elaborem seu próprio projeto de reforma, a partir de uma comissão, que possa revelar a situação das universidades na perspectiva dos estudantes;
- ✓ Organizem-se como força política para efetivar esse projeto, não perdendo de vista sua relação com a transformação geral da sociedade;
- ✓ Constituam “um grupo de pressão social” para influenciar os “corpos legislativos”, para a adoção de medidas progressistas para a reforma;
- ✓ Se unam em torno de um projeto progressista, numa luta que não é somente dos estudantes, mas de todo povo brasileiro que luta para se libertar das “múltiplas formas de exploração, atraso e dependência”;
- ✓ Observem que a reforma deve ser “simultânea e harmônica” com as demais reformas exigidas pela sociedade. Pois não existe, o “problema da Reforma Universitária, mas o da Reforma da Sociedade”;

Os reais objetivos da luta pela Reforma Universitária, portanto, na análise de Álvaro Vieira Pinto, referem-se à sua democratização.

Álvaro Vieira Pinto na obra “A Questão da Universidade”, destaca o papel dos estudantes no processo de discussão da Reforma Universitária. Mas e os professores, como são concebidos na análise? Qual o papel deles nesse processo? Poderíamos acrescentar questionamentos sobre os técnicos em educação, por que eles não são mencionados? Eles têm papel na Universidade ou são apenas executores de ordens e determinações dos que detêm o poder burocrático e administrativo? Essas questões não são abordadas por Vieira Pinto, mas merecem registro.

Logo no início da obra, Vieira Pinto afirma que não tem intenção de atingir “ninguém em particular” e nem muito menos um grupo específico. Quando trata dos professores, os considera como “coletividade” que merece as críticas que lhe são feitas.

Como professor universitário, na cadeira de Filosofia, o autor explica que sua análise parte da:

[...] experiência da realidade, do seu meio, do seu País, interpretada à luz dos modestos conhecimentos filosóficos que conseguiu adquirir ao longo da sua carreira magisterial, que lhe ditaram estas páginas, nas quais somente uma intenção existe: a de ajudar, pela crítica sincera e sem ódios pessoais, a construir a verdadeira Universidade de que o povo brasileiro necessita [...] (PINTO, 1962, p.08).

Vieira Pinto escreve como professor, como membro do ISEB, como próximo do Movimento Estudantil, e apresenta sua posição frente à questão da Universidade, considerando as contradições da época e as condições das Universidades, que passam a ser extremamente criticadas por diversas razões, como já apontamos.

Que críticas são apontadas em relação aos professores? O sistema de cátedra é um dos pontos. Vieira Pinto questiona a cátedra e a posição dos professores, especialmente em relação aos que consideram a universidade como um “templo” para poucos e sem nenhuma articulação com a realidade. Fica evidente a contrariedade de Vieira Pinto, em relação à proposta tradicional e modernizante, que pode ser representada pelos docentes que defendiam o modelo da Universidade de Brasília (UnB) e por Darcy Ribeiro. Segundo Veiga (1982), Ribeiro defendia a criação de uma universidade que seguisse os modelos de instituições modernas americanas e européias.

A contrariedade de Álvaro Vieira Pinto pode ser identificada nesse trecho: “a classe dominante estipendia munificentemente a Universidade, [...] quando destina grande parcela da renda nacional para contratar os serviços que lhe vai prestar a mais recente e mais ‘perfeita’ delas, a de Brasília” (PINTO, 1962, p.31)”.

Roque Spencer Maciel de Barros, como já apresentamos, um dos representantes da proposta liberal, segundo Lima (2010 p.05) defende que “é

totalmente incoerente exigir da Universidade a sua democratização e seu engajamento social, pois isto levaria à perda da aventura pura do espírito e experiência totalitária”. Vieira Pinto (1962, p.61) contrapõe-se, afirmando que “o horror da Universidade a toda referência ao seu papel social” resulta numa isenção ou falsa neutralidade, especialmente por parte dos professores.

Nas palavras de Vieira Pinto (1962, p.63) torna-se necessário que: “[...] de vez em quando, um grupo de estudantes ‘indisciplinados’ se levante em greve por determinado motivo, para que a alta corporação professoral assuma a atitude repressiva, e nestes breves episódios tome consciência de desempenhar efetivo papel político”.

A ociosidade é outro ponto de crítica aos professores; nas palavras do autor (1962, p.84) :

a ociosidade a que constantemente nos referimos, como atributo específico do corpo magisterial, precisa ser interpretada pelo ângulo sociológico e não segundo padrões de valoração ética. Possui variável significado, desde o não comparecimento às aulas, a displicência no desempenho delas, até a inutilidade da matéria ensinada. A ociosidade não é um vício moral, mas um comportamento de caráter ideológico. É uma forma de comporta-se o docente, pela qual se omite do debate dos problemas que realmente são vitais para o povo.

Questiona a omissão por parte de professores em relação às questões sociais, mas não nega a participação dos docentes no debate sobre a Reforma Universitária; no entanto, considera que cabe aos estudantes a tarefa de liderar esse processo. Afirma que é preciso romper com “o estudo ocioso”, com a “cultura alienada” e “pesquisa fortuita” e se vincular ao povo.

Mesmo tratando os professores como “coletividade”, não significa que não reconheça que certo grupo pode assumir uma posição de “esquerda”, em alguma situação ou problema. Afirma que há os que fazem parte de uma “esquerda eventual, variável” e os classifica em diferentes matizes como:

o frustrado; o ressentido; o brigado com o diretor; o indeciso, que no momento e sem motivo definido vota com uma colega de esquerda; o que se declara homem de esquerda da boca para fora; o bajulador do aluno; o populista; o revoltado com o atual estado das coisas; o preguiçoso, o faltoso e finalmente, o homem de esquerda ideologicamente autêntico (PINTO, 1962, 99-100).

Essa oposição, como ele denomina, fica restrita aos embates internos da Universidade, às reuniões e aos debates entre os professores. Aponta também a alienação e o não engajamento da universidade e dos professores com aspectos que precisam ser questionados e superados.

Buscamos identificar a posição política de Vieira Pinto acerca da Universidade e da Reforma. Podemos observar a defesa de uma reforma para além dos aspectos institucionais, a denúncia do caráter elitista dessa instituição e a colocação do problema da reforma numa perspectiva crítica e radical, posição assumida por muitos estudantes após 1962, por influência de Vieira Pinto.

A obra deixada por Vieira Pinto foi escrita num contexto de luta pela superação do subdesenvolvimento, considerado como a contradição principal que necessitava ser resolvida. As críticas que fez à Universidade e as proposições apresentadas são valiosas para a análise da reforma atual, que diferentemente do movimento da década de 1960, é algo que ocorre por diversos projetos de lei, sem contar muitas vezes com a participação efetiva da sociedade civil.

4.3.1 DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

A obra “A Questão Universidade” de Vieira Pinto é rica, e nos possibilita refletir sobre diferentes aspectos que envolvem a educação superior. A **democratização** é um dos aspectos que consideramos importantes para pensarmos os rumos da universidade na atualidade.

À luz das lições de Vieira Pinto e de alguns autores³⁰ buscamos refletir sobre os seguintes questionamentos: O que é democracia? A partir de que perspectiva entendemos a democracia? Como Vieira concebe a democratização da universidade? Que idéias democratizantes são apresentadas na sua obra? O

³⁰ COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia na batalha das idéias e nas lutas políticas do Brasil de hoje. IN: FÁVERO, Osmar e SEMERARO, Giovanni. **Democracia e Construção do Público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.
MICHELOTTO, Regina Maria. **Democratização da Educação Superior: o caso de Cuba**. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

que está sendo implementado nas recentes políticas para a educação superior se aproxima da proposta de Vieira Pinto?

Quando buscamos conceituar democracia é necessário cautela, pois como afirma Coutinho (2002, p.12) amparado em Georg Luckás a “democracia deve ser entendida como um processo, não como estado. Por isso, parece-me mais adequado falar em democratização”. Ao tratar desse aspecto, Coutinho (2002) entende que essa democratização é caracterizada por uma “[...] ampliação crescente da participação popular, ou, como os marxistas italianos a chamam, pela socialização da política”.

No entanto essa crescente participação popular entra em conflito com a apropriação privada dos meios de poder, surgindo aí uma contradição:

O fato de que haja um número cada vez maior de pessoas participando politicamente, participando organizadamente, constituindo-se como sujeitos coletivos, choca-se com uma permanência de um Estado apropriado restritamente por um pequeno grupo de pessoas, por membros da classe economicamente dominante ou por uma restrita burocracia a seu serviço (COUTINHO, 2002, p.17).

Compreendemos, como explica Coutinho (2002, p.17), que a democratização só se efetiva quando combina a participação política com a socialização do poder, o que implica necessariamente “na superação da ordem social capitalista, da apropriação privada não só dos meios de produção, mas também do poder do Estado, com a conseqüente construção de uma nova ordem social, de uma ordem social socialista”.

Nesta perspectiva apontada por Coutinho, cabe diferenciar, como alerta Michelotto (2010, p.25), a proposta

democrática liberal, mote da burguesia, desde quando ainda se configurava como classe revolucionária e ainda hoje, ao exercer a hegemonia na maior parte dos países, daquela que é chamada ‘democracia socialista’, reivindicada pelos trabalhadores, nas relações de produção da sociedade capitalista.

Coutinho (2002, p.32) sobre essa questão afirma que “sem democracia, não há socialismo” e “sem socialismo, tampouco há democracia” Essa afirmação

parte da compreensão, com a qual comungamos, que “não há democracia plenamente realizada sem socialismo”.

A partir desses pressupostos iniciais, a democratização da universidade “[...] parte, em geral, da constatação primeira de que ela vem sendo destinada, no correr de sua história, a poucos indivíduos, motivo pelo qual é considerada elitista ou não democrática (MICHELOTTO, 2010, p.27)”. Ao longo da história, como mostra Michelotto (2010), podemos observar maiores ou menores alterações no que se refere à elitização. Essas mudanças decorrem das pressões sociais que buscam a possibilidade de acesso de todos os indivíduos que assim o queiram.

A luta pelo acesso na universidade é marcante na década de 1960. O livro “A Questão da Universidade” de Vieira Pinto demonstra claramente esse processo pela democratização da universidade. Coutinho (2002, p.22) explica que, no período denominado populista (1945-1964), ocorreu uma grande participação “de sujeitos políticos organizados nos movimentos que antecederam o golpe de 1964”. Movimentos que envolveram estudantes, trabalhadores urbanos e rurais; nesse mesmo cenário, a elite também se organizava para conservar sua hegemonia.

Em tal contexto de ampla mobilização, como Vieira Pinto concebeu a democratização da universidade?

Ideias democratizantes são apresentadas por esse pensador em toda a obra.

A proposta sobre a reforma, para Vieira Pinto, não poderia se tornar “fúteis discussões acadêmicas sobre planos para melhorar o ensino superior, leis de reformas, e tanto outros divertidos e inofensivos debates [...] (PINTO, 1962, p.13)”. A reforma estava inserida na fase pré-revolucionária vivida na sociedade brasileira. A denúncia do caráter elitista da universidade perpassa toda sua análise, uma vez que considera que a universidade começa a “[...] ser assediada por ingente exército popular, cujas intenções são bem diversas daquelas dos diminutos e requintados contingentes de alunos selecionados que a procuravam no passado (1962, p. 14)”. A entrada das “massas” ou do “povo” na universidade poderia convertê-la, num instrumento capaz de criar uma nova consciência

estudantil, interessada em modificar a estrutura social, considerada por ele como “antiga e injusta”.

Vieira Pinto defendeu a tese de que a reforma não é meramente pedagógica e sim política. Esse aspecto é percebido quando o autor questiona: “[...] deve a universidade continuar a servir aos interesses da atual classe econômica e politicamente dominante, ou deve se organizar em função dos interesses das classes trabalhadoras, ainda não dominantes, mas em inevitável ascensão? (PINTO, 1962, p. 114)”. E opta pela segunda proposta.

A preocupação com a reforma está veiculada aos jovens que não puderam ingressar na universidade, já que, até a década 1960 a universidade pode ser considerada como um espaço da elite; em outros termos, poucos tinham acesso a ela.

Quando Vieira Pinto demonstra a preocupação com aqueles que não estão na universidade, podemos dizer que a democratização é algo essencial na sua reflexão sobre o “reconteúdo” da universidade. Porém, a análise da situação concreta das políticas mais recentes para a universidade brasileira aponta uma enorme distância entre o que está sendo implementado e as ideias democratizantes de Álvaro Vieira Pinto. Mesmo a participação popular que aconteceu na década de 1960 está quase ausente, no momento atual no Brasil. Pode-se deduzir, portanto, que a democratização da universidade ainda não se deu por completo, como queria Vieira Pinto.

O autor faz críticas em relação aos motivos que impedem grande parte dos jovens de terem acesso à universidade e considera que a ela não pode se manter “alheia” aos conflitos de classes. Examina a composição do corpo discente e afirma que “as condições de ingresso na universidade excluem, de modo geral, a entrada de elementos da baixa classe média e quase totalmente da classe trabalhadora (PINTO, 1962, p.78-79)”. O argumento das classes dominantes em relação à “não preparação dos jovens” é rebatido por Vieira Pinto, como vimos, pois, “foram preparados para não estar preparados!”.

Essas críticas e denúncias de Vieira Pinto assumem caráter radical, em relação às demais propostas que defendiam a modernização e elitização da

universidade. Os mecanismos e processos que a universidade utiliza para excluir de si mesma a maioria dos que solicitam ingresso, estão relacionados com as

condições gerais da sociedade que cancelam em bloco a possibilidade de acesso de todo povo à cultura superior. Se não têm anseios de alcançar nem o grau primário, não há como esperar que aspirem conhecimentos mais elevados. Os poucos enviados por famílias de trabalhadores ou de modestos funcionários, à custa de ingentes sacrifícios, são entregues à universidade justamente para se evadirem da classe proletária. É o caso do pai trabalhador humilde que almeja ver o filho 'doutor' exatamente para que não se torne um trabalhador, como ele. [...] A universidade contribui, assim, para engendrar no filho do trabalhador a consciência do transfúgio e fazer dele elemento dos mais reacionários no seio dos movimentos estudantis (PINTO, 1962, p. 85).

Nesse trecho podemos perceber a preocupação de Vieira Pinto, em relação ao “reconteúdo” da universidade; em outras palavras, a luta pela reforma universitária tem de ser “feita de fora para dentro, por via política, e por força do potencial social adquirido pela classe estudantil nas suas ações de rua, na participação progressiva em todos os grandes problemas que dividem a opinião pública (PINTO, 1962, p.93)”.

Vieira Pinto demonstra sua preocupação com a democratização da educação, condenando a chamada “predestinação universitária”:

o aluno, ao iniciar a escola primária, tão-somente por isso, já está habilitado a ingressar um dia na universidade. Só não pensa assim quem acredita que a escola primária se destina apenas a alfabetizar a massa dos trabalhadores, para os fazer trabalhar melhor para os seus atuais senhores, porém deixando-os nas condições de cultura rudimentar em se encontram atualmente. A sociedade atual cultiva, como privilégio de classe, a 'predestinação universitária'. A autêntica democratização do ensino consiste precisamente em extinguir a predestinação universitária. Para tanto, é necessário que o processo educacional, em todas as suas fases, seja franqueado às massas trabalhadoras na totalidade, e estas atravessem, portanto, sem obstáculos intransponíveis os pórticos da faculdade (PINTO, 1962, p.158).

Essa ideia nos remete às recentes políticas para a educação superior. Diversos projetos e programas foram criados para possibilitar o acesso de um número maior de jovens na universidade, mas esse aumento de matrículas se concentra, em grande parte, nas instituições privadas, e na sua maioria,

faculdades que não se organizam em torno da pesquisa, ensino e extensão e oferecem um ensino mais precário.

Vieira Pinto, nos alerta, para pensarmos uma “autêntica democratização” que, de fato, proporcione a todos, sem privilégio de classe, o acesso a todos os graus de ensino. Ao defender essa ideia, Vieira Pinto, não é ingênuo e reconhece que esse processo só pode ocorrer concomitante às demais exigências sociais, que naquele momento se colocavam em torno das reformas de base.

Ao apontar as medidas práticas da reforma, Vieira Pinto defendeu a “Universidade do Povo”, ou seja, estar a “serviço das massas” para retirá-las do estado de incultura. Isso ocorrerá quando esse espaço deixar de ser o de “uma elite santificada”. Nas suas palavras: “No momento presente a universidade achasse constituída por uma casta de letrados e se destina a pequeno grupo de infantes predestinados. Por isso, encontra-se sentimental e ideologicamente desinteressada da massa de analfabetos, isto é, do povo [...] (PINTO, 1962, p.160)”.

As lições de Vieira Pinto e sua preocupação com a democratização da universidade, embora circunscrita a um contexto que culminou num golpe civil-militar em 1964, demonstram a necessidade de propostas e reflexões que apontem para uma “radicalidade”, e não somente para medidas que amenizem as contradições próprias do capitalismo. Essas lições contribuíram para pensarmos como a esquerda educacional, atualmente, se organiza pela luta por mudanças que de fato possibilitem a democratização defendida por Vieira Pinto.

No próximo item apresentamos as produções e ações de Vieira Pinto após o golpe militar em março de 1964.

4.4. A AÇÃO E PRODUÇÃO DE VIEIRA PINTO PÓS-GOLPE MILITAR

Para tratar das produções de Vieira Pinto no pós-golpe, é importante recordar que os anos que antecederam o golpe foram marcados por intensas mobilizações sociais. A luta pela libertação nacional era pauta constante em diversos grupos sociais. Vieira Pinto nesse período atuava como diretor do ISEB e, juntamente com os demais grupos de esquerda, lutava por mudanças sociais.

Mas como esse cenário se modificou?

As explicações sobre as condições que tornaram possível o Golpe Militar de 1964 são apresentadas por autores de diferentes perspectivas. Souza (1966)³¹, dois anos após o Golpe, apresentou um levantamento de estudos sobre a questão. O autor organizou a pesquisa em quatro grandes conjuntos: os que tratam das análises³² ou explicações das causas, atores e objetivos do movimento político de 1964; os depoimentos que diretamente ou indiretamente estiveram envolvidos nesse processo; a documentação sobre os acontecimentos de 1964 e, no último grupo, outras publicações.

No que se refere às causas que levaram à ditadura militar, Souza (1966, p.162) as define como políticas, econômicas, sociais e institucionais. Duas hipóteses são destacadas pelo autor: a primeira seria que o golpe foi resultado das transformações políticas nascidas com a Revolução de 1930. E a segunda, caracterizada como resultado de uma mudança social, iniciada com a industrialização do país. Sua origem pode ser identificada na impossibilidade de conjunção entre o “desenvolvimento econômico, a manutenção de uma estrutura tradicional de poder e as aspirações e interesses das classes sociais emergentes (SOUZA, 1966, p.162)”.

Cabe aqui citar uma coletânea escrita em 1997, organizada por Caio Navarro Toledo sobre as visões críticas do Golpe de 1964, que permite uma visão diferenciada, face à passagem do tempo. Destacamos as interpretações dos

³¹ Revista Dados. Publicação Semestral do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1966.

³² Sobre as análises realizadas do movimento político de 1964, consultar: SOUZA, Amaury. Março ou abril? Uma bibliografia comentada sobre o movimento político de 1964. IN: Revista Dados: Rio de Janeiro, 1966, páginas 160 a 175.

seguintes autores: Francisco Oliveira, Caio Navarro Toledo, Nelson Werneck Sodré e Florestan Fernandes.

Francisco Oliveira (1997, p.27), explica que o golpe:

[...] foi uma opção de forças políticas que, quebrando alianças de classes, traduzem numa nova aliança política a relação de classes que se estabelece com o golpe de Estado. Donde nem o determinismo, nem a falta de caminhos e nem a “cesta” repleta de alternativas. A relação de forças que se estabelece será a responsável pela opção política que encaminhará os negócios da economia e da sociedade brasileira no pós-64.

Esse autor (1997) defende que, embora os aspectos econômicos tenham grande determinação, os homens não estão isentos nesse processo, pois tomaram posições e fizeram opções nesse movimento. Caio Navarro Toledo (1997), explica que um regime militar possibilitaria a denominada “modernização conservadora”, privando a participação das classes trabalhadoras e populares, encerrando a experiência democrática.

Nelson Werneck Sodré, afirma o seguinte:

para situarmos historicamente o problema de 64, temos que começar em 1945, quando termina a Segunda Guerra Mundial com a derrota do nazi-fascismo e do militarismo japonês abrindo perspectivas a uma ampla democratização, em termos internacionais para todos os países. O reflexo desta vitória sobre as formas totalitárias de poder abre realmente possibilidades para uma reordenação democrática. Ocorre, entretanto, um acidente de percurso da maior gravidade: EUA e União Soviética, em campos opostos, defrontam-se naquilo que ficou convencionalizado conhecer como Guerra Fria. Começa, então, uma terrível luta política, em termos internacionais, que é viscerada essencialmente pelo anticomunismo. A burguesia dos países, e o caso brasileiro com evidência, têm como ideologia fundamental o anticomunismo; isto é, toda e qualquer reforma que se pretenda fazer no sentido do avanço e do progresso será travada porque batizada de comunista (SODRÉ, 1997, p. 103).

O golpe de 1964 foi precedido de outros golpes como aponta Sodré: o golpe de 1945, o de 1954 e as tentativas de golpe de 1955 e 1961. Para o autor, “o conteúdo desses golpes sucessivos é o de manter as velhas estruturas que resistem a qualquer mudança” (1997, p.104). Foi assim:

[...] Em 1955, uma tentativa de golpe visava impedir a posse do candidato Juscelino Kubitschek, que havia sido vencedor nas eleições. Em 1961 as forças reacionárias levaram ao poder, numa ampla aliança, Jânio Quadros, que se propunha preservar os interesses dos setores mais conservadores. A renúncia do presidente e a divisão das forças que defendiam os propósitos retrógrados fizeram com que fosse tentado um golpe militar, inviabilizado pela divisão das forças Armadas. Contudo, estes propósitos tornaram-se triunfantes, em 1964, quando o governo João Goulart buscou efetivar as reformas de base, isto é, as modificações estruturais na vida brasileira [...] (SODRÉ, 1997, p. 104).

Florestan Fernandes (1997), apesar de afirmar que a ditadura militar inaugurada em 1964 tenha se caracterizado pela peculiaridade de que, “pela primeira vez” os militares não terem resolvido apenas dilemas da crise de poder, mas tomarem o poder para si, “essa equação é ambígua e mistificadora”, pois:

como país de origem colonial e que oscilou, depois da Independência, do neocolonialismo para a dependência [...] aqui os militares e civis sempre formaram uma comunidade indissolúvel; [...] viam através da mesma ótica a necessidade da opressão e da repressão, usavam o Estado com o instrumento de “preservação da ordem” e o “meio legal” de defesa coletiva em disputas defensivas e ofensivas para conter “a gatinha em seu lugar” (FERNANDES, 1997, p. 141)

E, no entanto, o golpe de 1964 foi diferente. Por quê?

O caminho percorrido no 1º de abril de 1964 foi incomum, porém, dentro da moldura histórica convencional e da associação indissolúvel (até aquele momento) entre as elites das classes dominantes civis e militares. [...] O que escapou da rotina e causou estupefação foi o deslocamento dos civis para as posições atribuídas pelos líderes militares e que estes se apossaram abertamente da hegemonia do poder “institucional”, procurando salvar as aparências da “normalidade democrática” (FERNANDES, 1997, p. 142).

Assim, a partir de março de 1964, o cenário brasileiro se modificou. No âmbito político havia uma estrutura de poder fortemente centralizada em torno do poder executivo, criando atribuições constitucionais por meio de atos institucionais. A defesa da integridade nacional, da paz social, a preservação da democracia e a afirmação da soberania nacional eram os objetivos estruturados pela escola superior de guerra. No campo educacional, a intervenção do Estado

se deu de forma direta, pela repressão contra professores e estudantes, redução de verbas, e ainda, com as reformas (n. 5540/68 e 5.692/71) realizadas neste período, que visavam a adequar a educação à nova realidade política.

O golpe calou muitas vozes, e a de Vieira Pinto estava nessa lista. Foi para Iugoslávia e ficou um ano “inativo”, segundo ele. Depois foi para o Chile, por sugestão de Paulo Freire. Ministrou conferências sobre educação em 1966, tratou de temas como: “Educação, origem, base, finalidade, significado, técnicas, recursos, meios, como a realidade é modificada pela educação, todo problema geral da educação para adultos (PINTO, 1985, p.18)”. Essas aulas resultaram na obra “Sete lições sobre Educação de Adultos” publicada em 1985, que está organizada em sete temas: conceito de educação, forma e conteúdo da educação, as concepções: ingênua e crítica da educação, educação infantil e educação de adultos, estudo particular do problema da educação de adultos, o problema da alfabetização e formação do educador. Define a educação como um “processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses (PINTO, 1985, p.29)”. Considera que a educação é, um fato existencial, um fato social, um fenômeno cultural, uma atividade teleológica, um fato de ordem consciente, um processo exponencial por essência concreta e por natureza contraditória. As explicações sobre a educação indicam a permanência da perspectiva histórica para a análise das questões, presente nas obras do período anterior. Nas palavras do autor:

A educação é histórica não porque se executa no tempo, mas porque é um processo de formação do homem para o novo da cultura, do trabalho, de sua autoconsciência. A educação como acontecimento humano é histórica não somente porque cada homem é educado em um determinado momento do tempo histórico geral – aquele em que lhe cabe viver (historicidade extrínseca) – mas porque o processo de sua educação, compreendido como o desenvolvimento de sua existência, é sua própria história pessoal (historicidade intrínseca) (PINTO, 1985, p.35).

Não abandona a ideia de “país atrasado”, discutida nas obras anteriores quando se refere ao Brasil, e afirma que a educação deve ser “popular”, no sentido de garantir qualidade e quantidade para todos. O atraso do país está

ligado ao modo de vida das massas e não da elite. Retoma os conceitos de consciência crítica e ingênua, analisados na obra de 1960, *Consciência e Realidade Nacional*, para discutir o caráter ideológico da educação. A partir da categoria da *totalidade*, explica que a educação é parte de um todo, entendido como um processo e em movimento. Esse método de análise já havia sido explicitado num artigo escrito em 1963 sobre a dialética, como caminho para compreensão do subdesenvolvimento. Sua aproximação com o marxismo e com Gramsci continua, portanto, nessa fase.

A alienação é pontuada por Vieira Pinto como uma característica “da atividade pedagógica do país em vias de desenvolvimento”. Considera isso devido à “dominação cultural que recebem dos centros dominantes”. O autor assim explica: “Quando a sociedade adquire suficientemente consciência de si, baseada em um já substancial desenvolvimento material, a alienação não mais se justifica e traz o mais nefasto obstáculo à livre expansão da força criadora do povo (PINTO, 1985, p.54)”.

Defende que a tarefa do educador dotado de uma “consciência crítica” seja a luta contra todas as formas de alienação. Assim como já havia feito em 1960, aponta a necessidade de uma “assimilação crítica” da produção cultural estrangeira e a perspectiva de uma concepção crítica da educação, única dotada da “verdadeira funcionalidade e utilidade”.

Fica evidente o destaque do papel da educação para o “desenvolvimento”:

numa primeira fase, a sociedade não pode sequer alfabetizar a seus adultos. Depois, em virtude de seu **desenvolvimento**, consegue alfabetizar a muitos, mais tarde a todos. Nessas condições mais adiantadas chega a um grau no qual já pode tomar grande parte dos alfabetizados e levá-los a estudos secundários. Enfim, quando alcança um elevado grau de desenvolvimento, está apta a dar educação superior a todos que a desejarem (PINTO, 1985, p.104).

Após 30 anos da publicação dessa obra, é possível afirmar que o Brasil alcançou um grande desenvolvimento, mas isso não resultou numa democratização da educação como queria Vieira Pinto. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, 14 milhões de

brasileiros acima dos 15 anos de idade sequer sabem ler e escrever um bilhete simples, num país já considerado a sexta economia do mundo.

Além de fazer conferências, Vieira Pinto começou a trabalhar para o Centro Latino Americano de Demografia (CELADE), órgão das Nações Unidas, no qual realizou trabalhos de tradução e um estudo sobre Demografia, que resultou na obra *“El pensamiento critico en demografia”*, que considerou: “um livro de grande importância para o meu pensamento”.

Freitas (2006, p.87) explica que:

trata-se de um momento singular em sua trajetória intelectual, que nos permite apreciar a forma através da qual Vieira Pinto completou seus estudos sobre Marx. Ao mesmo tempo, é possível constatar que o autor conduzia a inserção do conceito de tecnologia em seus escritos, indicando, porém, tratar-se de um objeto que estava a reclamar uma sistematização sua, própria, longamente argumentada como produto de sua lavra.

Após a publicação desse livro, Vieira Pinto escreveu *“Ciência e Existência”*, ainda no contrato com o CELADE. A obra tem 537 páginas, com vinte e dois capítulos, e foi escrita durante o ano de 1967. Nela estão contidos “alguns dos principais conceitos das aulas ministradas pelo Autor aos alunos do Curso Avançado daquele órgão das Nações Unidas (PINTO, 1969)”. A questão do subdesenvolvimento é mencionada no início da obra:

para o país que precisa libertar-se política, econômica e cultural das peias do atraso e da servidão, a apropriação da ciência, a possibilidade de fazê-la não apenas por si, mas para si, é condição vital para a superação da etapa da cultura reflexa, vegetativa, emprestada, imitativa, e a entrada em nova fase histórica que se caracterizará exatamente pela capacidade, adquirida pelo homem, de tirar de si as idéias de que necessita para se compreender a si próprio tal como é e para explorar o mundo que lhe pertence, em benefício fundamentalmente de si mesmo (PINTO, 1969, p.04).

A preocupação do autor é, novamente, demonstrar a necessidade e a utilidade da “formação da consciência do pesquisador”. Parte de dois pressupostos: “o cientista deve estar preparado para o seu trabalho pela posse de uma teoria geral da pesquisa científica”; é necessária a “compreensão filosófica do significado do conhecimento humano (PINTO, 1969)”.

Assim como nas obras anteriores, Vieira Pinto utiliza a categoria da totalidade para explicar a pesquisa científica. Essa observação permite identificar a coerência metodológica assumida por esse pensador especialmente a partir de 1963, quando escreveu um artigo sobre essa questão. Critica a lógica formal, como já havia feito anteriormente e declara a utilização da dialética para o estudo que se propôs. Busca na história a explicação para os conceitos de ciência, método e pesquisa científica. Afirma que o conceito de método não é “estático” e sim “dinâmico”, pois demanda a compreensão daquilo que, em cada época, se chamou de “método”. Ratifica, assim, a aproximação com o método em Gramsci. Reafirma a crítica em relação ao Brasil subdesenvolvido, defendendo a necessidade de se reconhecer a “alienação cultural” e a dificuldade de construção do “novo” nos países periféricos. A ideia da consciência ingênua e crítica também é pontuada pelo autor, como já vimos em outras obras. A ingênua emprega os recursos metodológicos da lógica formal e a crítica utiliza a lógica dialética.

Essa obra pode ser considerada um tratado sobre a pesquisa científica, numa perspectiva histórica. Vale destacar o esforço teórico de Vieira Pinto para a análise de questões tão importantes para a ciência e filosofia. Fica evidente que ele retoma teses já apresentadas e aprofunda novos temas a que se dedicou. A ideia de um projeto nacional, defendida pela ISEB de 1955 a 1964 permanece, no entanto deu espaço para outras questões mais internacionalistas não menos importantes nas produções pós-golpe.

Em 1968 Vieira Pinto retornou ao Brasil, e se dedicou à escrita de outras obras, muitas das quais ainda permanecem inéditas. Ele menciona essas produções:

tenho um livro sobre Tecnologia, que é muito grande, vários volumes para abranger a matéria toda. Tenho pronto um livro sobre a Filosofia Primeira; outro com o título, *A educação para um país oprimido*. Tenho outro sobre os roteiros do curso de Educação de Adultos no Chile. Considerações éticas para um povo oprimido, livro sobre a ética que considero de grande valor no meu pensamento, porque não se dá à ética a importância que ela tem e centralizo um grande número de questões em torno de problemas éticos. Daí desenvolvi um livro que trata exatamente da ética, mas da ética concreta, da ética real de um País como o nosso, não é a ética abstrata dos valores, das teorias, ou noções abstratas do dever, obediência, finalidade, nada disso. A ética

real que funciona no mundo. A sociologia do povo subdesenvolvido é outro livro que tenho pronto. Cada livro tem 3 ou 4 volumes. A crítica da existência é outro livro que está guardado, um volume só, incompleto, pois não pude continuar escrevendo o que desejava porque estava cansado (PINTO, 1985, p.20).

Em entrevista, ele pede para que os jovens professores “cuidem de procurar um dia talvez publicar essas coisas se merecerem”. As obras *Conceito de Tecnologia* (Volume 1 e 2) e *Sociologia dos países subdesenvolvidos* foram publicadas em 2005 e 2008 respectivamente.

Marcos Cesar Freitas (2006), explica que a obra de Vieira Pinto “se revela aos poucos”. Sobre sua produção intelectual afirma:

quando encontramos um texto de Vieira Pinto e o trazemos à luz do dia percebemos que toda sua obra obedeceu a uma lógica de construção argumentativa contínua e complementar, a qual, vista em seu conjunto, revela o paciente esforço dedicado à construção solitária de um portentoso projeto: enunciar o alcance antropológico e também antropomórfico do conceito de “trabalho” (FREITAS, 2006, p. 01).

Como muitas obras ainda permanecem inéditas, não é possível estudar toda a trajetória intelectual desse pensador, mas é possível como demonstra Freitas, identificar a construção teórica de sua produção. Esse autor (2006) analisou a produção de Vieira Pinto, priorizando a percepção do autor em relação ao tema “trabalho” e afirmou que os acontecimentos de março/abril de 1964 interromperam sua produção. No entanto, observou que, mesmo numa “situação desfavorável”, o autor continuou seus estudos sobre as categorias trabalho e tecnologia.

Freitas (2006) explica que, desde a publicação da obra *Consciência e Realidade Nacional* (1960) até publicação do livro *Conceito de Tecnologia* (2005), passando por *Ciência Existência* (1969) e por *El pensamiento critico em demografia* (1979), observa-se uma “densa reflexão sobre o significado social da filosofia em lugares pobres”. A reflexão deixada por Vieira Pinto, “enfrenta grandes obstáculos para chegar ao conhecimento de um público mais amplo (FREITAS, 2006)”.

Além dos materiais inéditos publicados recentemente, muitos livros se tornaram obras raras. Podemos perceber nos seus escritos que o autor se dedicou à complementação e aprofundamento das ideias apresentadas. Um exemplo disso, na visão de Freitas (2006, p.82), é a concepção de trabalho desse pensador que, no transcorrer de vinte anos, “custa a aparecer porque os escritos estão/estavam dispersos e somente agora se pode colocar sobre a mesma mesa as quatro pontas do quadrilátero que oferecem a situação de conjunto com a qual se pode esquadrihar sua plataforma conceptual”. Essas quatro pontas são as obras: *Consciência e realidade nacional*, *Ciência Existência*, *El pensamiento critico em demografia* e *Conceito de Tecnologia*.

Inserido no debate brasileiro que envolveu a ideia de “centro e periferia”, como já explicitamos no item anterior, Vieira Pinto na percepção de Freitas (2006 p.83):

compartilhava da tese de que, no centro, o crescimento industrial havia tocado amplos setores da sociedade, acrescentando, de uma forma mais homogênea, produtividade e qualidade de vida às populações envolvidas com o mundo do trabalho [...] Já na periferia, apenas os setores envolvidos com a industrialização do centro, especialmente exportadores de matéria-prima, beneficiaram-se de forma concentrada dos avanços tecnológicos. Com isso se produziu, em decorrência, um distanciamento abissal em relação às outras esferas de trabalho assalariado e não assalariado na periferia.

Quando Vieira Pinto escrevia sobre o “trabalho” estava se referindo “a quem trabalha”. Acreditava na força dos trabalhadores que, munidos de uma consciência crítica, pudessem mudar a realidade, ou seja, superar o estado de subdesenvolvimento, assim como cria na força dos estudantes para mudar a universidade brasileira.

O tema “tecnologia”, na percepção de Freitas (2006, p.88), advém da defesa de Vieira Pinto de que a passagem do subdesenvolvimento ao desenvolvimento exige “manusear o mundo de forma mais elaborada”. Na obra “Conceito de Tecnologia”, o autor reafirma a defesa de romper com o “cenário de obediência e promiscuidade da periferia perante o centro, através de um projeto nacional libertador (BANDEIRA, 2011, p.112)”. Defende a necessidade de um

projeto de educação em que a alfabetização seja plena, ideia explícita na obra “Sete Lições para a Educação de Jovens e Adultos”. Aponta a importância do trabalho nesse processo de desenvolvimento.

Ao tratar dessa categoria, trabalho, não desconsidera as particularidades do país subdesenvolvido. No livro “Por que os ricos não fazem greve” (1962, p.35), o autor apontara essa questão:

como o trabalho no país pobre se realiza dentro do campo de gravitação imperialista, onde se acha incluído, as relações antagônicas de classe não se apresentam em caráter puro, mas influenciadas pelas pressões da dominação externa. Seria cair no devaneio tratar a relação entre o trabalhador e o capital a que serve sem levar em conta a diferença qualitativa, do ponto de vista político, entre capital de origem interna e capital alienígena. Eis porque o problema do trabalho no país capitalista semicolonial se mostra com características específicas e desenha um intrincado jogo de contradições.

Vieira Pinto, ao longo de suas produções, não abandonou a defesa da superação do estado de subdesenvolvimento. Nas décadas de 1950 e 1960, até 1964, como vimos, buscou refletir e apontar caminhos para um projeto nacional, discutindo temas como consciência crítica e ingênua, o trabalho num país periférico e a defesa das reformas de base. Com o golpe, mesmo numa situação desfavorável, aprofundou e completou sua obra com temas sobre a ciência, a pesquisa científica, a demografia, trabalho e tecnologia.

Em 2008, foi publicada a obra “Sociologia dos países subdesenvolvidos”, organizada por José Ernesto Fáveri, que conseguiu esse material com uma sobrinha de Vieira Pinto. O manuscrito com letras “miúdas” foi elaborado “no isolamento e anonimato em 1975, no Rio de Janeiro”. Em 388 páginas, o autor discute oitenta e seis temas que revelam novamente as suas percepções acerca do subdesenvolvimento e também apontam aspectos valiosos sobre a sua produção após o exílio no Chile e na Iugoslávia. A obra foi escrita em 1974 e nela podemos observar permanências de ideias e novas análises sobre a realidade dos países subdesenvolvidos. Vieira Pinto faz uma analogia deles com o termo “vale de lágrimas”, expressão utilizada pelas “religiões milenares, orientais e ocidentais, e as ideologias pessimistas”, para retratar o mundo marcado pela desigualdade e

pela opressão da maioria da população, como natural e sem possibilidade de mudança. Vieira Pinto (2008, p.21), considera que não “basta aos beneficiários desta mistificação mantê-la na condição de impressionismo místico. Para melhor garantir, precavendo-se contra a eventualidade de quaisquer denúncias em contrário, precisavam transitar da visão apocalíptica para o terreno respeitável da ciência”. Essa ciência é a sociologia, que muitas vezes não aponta explicações que permitam conhecer de fato esse vale de lágrimas, talhado segundo ele:

por um rio formado pela torrente de lágrimas que as massas trabalhadoras, durante incontáveis milênios de sujeição a senhores, déspotas, sacerdotes, empresários e ricos proprietários, em todos os tempos, verteram dos olhos, caíram na terra, reuniram-se em um fio, avolumaram-se até constituírem o curso liquido de impetuosa corrente que, após séculos sem fim de sofrimentos humanos, veio configurar o perfil geográfico do vale que a oração envolvente e entorpecedora, sem suspeitar que exprime, simbolicamente, a verdade histórica, chama de “lágrimas”. Aproveitamos a imagem teológica para nos servir de modelo de uma situação real.

Vieira Pinto escreve essa obra no período militar, no isolamento de sua residência. Mesmo sendo publicada 34 anos após ser escrita, demonstra que esse pensador não ficou alheio aos rumos da sociedade brasileira. Ao tratar do papel do filósofo no “vale de lágrimas” e num contexto ditatorial, considera que:

a falta de público, dada à circunstância da **tiranía reinante**, tem de torna-se o seu próprio público, esperando o dia em que os “outros” efetivos o possam ouvir. Mas não lhe é permitido o silêncio, que neste caso se confundiria com a cessação do pensamento ou com o desânimo quanto às finalidades que cultua. Não pode deixar de falar, mesmo sabendo que o faz para si mesmo, e que só o escuta o papel que absorve as linhas que escreve [...]. No ato do ouvir silencioso a voz, os lamentos e imprecações das multidões dispersas há uma crítica implícita, que é dada pelo exercício do pensamento indagador. Mortal seria o desistir de pensar, a ausência de percepção, ainda que interior e muda, o esquecimento da arma intelectual! (PINTO, 2008, p.31 grifo nosso).

Fica evidente, nesse trecho, em que circunstâncias as obras pós-golpe foram escritas. Como ele mesmo afirma, o pensar “nunca é inútil”. Utiliza o termo “**teoria revolucionária**” e as possibilidades de libertação de massas. Não

abandona os conceitos de consciência ingênua e crítica e ainda a defesa de um projeto que possa superar o “vale de lágrimas”.

Também em Gramsci, a denúncia das mistificações religiosas que mantêm o *status quo*, são evidenciadas.

Sobre a teoria revolucionária, em vários trechos podemos identificar essa posição. Defendeu que somente uma concepção revolucionária e a união dos humilhados possam resultar numa mudança social. Destacou a importância da teoria revolucionária para a explicação desse estado, bem como as leis de sua substituição. A origem desse “vale de lágrimas” é explicada pelo autor nesses termos: “Surge com o desdobramento da sociedade em classes antagônicas e desaparecerá com a destruição dessa desumana estrutura de convivência, que nada tem de necessária e insubstituível (PINTO, 2008, p.39)”.

Vieira Pinto dedicou inúmeras páginas para mostrar as diversas formas de ocultação da realidade, tais como: a adaptação do homem, a naturalização das desigualdades, a confusão entre sociologia e psicologia, a transferência da discussão para o campo da ética, a biologia como exaltação da classe dominante e ainda a ocultação econômica, dentre outros aspectos explicados detalhadamente pelo autor.

Considera que o subdesenvolvimento não é algo ultrapassado, e que “a exploração colonial clássica está sem dúvida quase extinta, mas não a classe que nas metrópoles e nos territórios política e economicamente dependentes dela continua se beneficiando. Por isso, muito falta ainda fazer para libertar-se o ‘mundo livre’ (PINTO, 2008, p.62-63)”.

Esse livro é rico e demonstra que Vieira Pinto realmente ultrapassou a ideia de nacionalismo, sempre se colocou em defesa da classe trabalhadora e, nessa obra em especial, demonstra o caráter excludente do capital e a necessidade de mudança.

5 CONCLUSÕES

Objetivamos, nessa pesquisa, apontar a atualidade do pensamento político de Álvaro Borges Vieira Pinto (1909-1987) no que se refere à reforma da universidade brasileira. Essa tese foi pensada com o intuito de recuperar a produção e participação de Vieira Pinto no debate sobre a reforma universitária da década de 1960. As discussões apresentadas no primeiro e segundo tiveram o objetivo de expor o quadro geral da obra de Vieira Pinto e observar o movimento das suas idéias, de um pensamento católico e integralista para um processo de esquerdização, visível no debate sobre a reforma universitária.

Pela leitura e estudos das obras do autor até 1964, observamos claramente o destaque ao protagonismo das massas. Constatamos que as bases esquerdistas da produção de Vieira Pinto são evidentes nas suas obras, a partir de 1961. O que ganhou grande destaque e pode ser considerada uma preocupação fundamental nas obras de Vieira Pinto, foi o desenvolvimentismo, que seria dirigido pelas massas trabalhadoras, defendido não só por ele, mas por outras frentes da esquerda brasileira.

A posição política de Vieira Pinto acerca da universidade e de sua reforma, pode ser identificada pela defesa de um movimento que vá além dos aspectos institucionais. A denúncia do caráter elitista dessa instituição e a colocação do problema da reforma numa perspectiva crítica e radical foi a posição assumida por muitos estudantes após 1962, por influência de Vieira Pinto.

A obra deixada por esse autor foi escrita num contexto de luta pela superação do subdesenvolvimento, considerado como a contradição principal que necessitava ser resolvida. As críticas que fez à Universidade e às proposições apresentadas são valiosas para a análise da reforma atual, que diferentemente do movimento da década de 1960, é algo que ocorre por diversos projetos de lei, sem contar efetivamente com a participação das “massas”, como ele dizia.

Não buscamos nessa investigação fazer uma “síntese” dos seus escritos, mas identificar suas principais preocupações, seu pensamento político. Podemos observar que esse pensador, na totalidade das suas obras, perseguiu e defendeu

a necessidade de uma “consciência” da realidade. Essa tomada de consciência não é algo “idealista” e sim resultado das condições peculiares de nosso país, especialmente a partir de 1950. Nos escritos anteriores ao golpe, deixou clara sua posição sobre a possibilidade de superação do subdesenvolvimento, a partir de um projeto nacional conduzido pelas massas. Não escreveu somente, mas defendeu posições radicais para o momento histórico, com diversos setores da esquerda³³. Isso lhe rendeu o exílio até 1968, no Chile e na Iugoslávia, quando não cessou suas produções, aprofundou aspectos anteriormente elaborados, como por exemplo, a questão do trabalho, da tecnologia e, com destaque, o subdesenvolvimento.

Muitos pesquisadores se ocuparam em estudar esse pensador, classificando-o como “comunista”, “filosofo das massas”, “fascista”, “idealista”, “ecclético”, enfim nomenclaturas que não buscamos apontar nessa investigação. Consideramos que ele pode ser lembrado pela luta por aqueles que são “explorados” e que assumiu de fato a posição de um filósofo preocupado com a transformação social. Isso ficou evidente quando afirmou, na obra “A Questão da Universidade”, que não estava preocupado com aqueles que estão na universidade e sim com aqueles que dela não podem usufruir. A Lei n. 5540 que reformou as universidades brasileiras em 1968, completa quarenta e cinco anos. Várias mudanças ocorreram no quadro da educação superior, mas muitos desafios ainda merecem ser discutidos e analisados. Álvaro Vieira Pinto, como vimos nessa investigação, participou ativamente do debate em prol da reforma universitária e defendeu uma posição que consideramos, resguardadas as especificidades históricas atuais, pode orientar ou até mesmo fundamentar estudos e pesquisas sobre essa temática.

Ao estabelecer como proposição central da obra “A Questão da Universidade” a reforma dos conteúdos de classe da universidade, VIEIRA PINTO considera que não se trata de “reformá-la” ou “mudá-la de forma”. Sua luta e

³³ Concordamos com Toledo (2013, p.01), quando afirma que no “Brasil até meados dos anos 60, a esquerda estava mobilizada em torno das reformas sociais, do nacional-desenvolvimentismo, do socialismo e da revolução. A questão democrática aparecia subordinada ou de importância secundária na reflexão teórica e luta ideológica desses tempos [...] Para a esquerda de orientação marxista, a democracia política exigia, como condição prévia e necessária, a realização da democracia social e econômica”.

posição política não era pela reforma e sim pelo seu “reconteúdo”, que pudesse permitir às “massas” o ingresso no domínio da cultura, a serviço dos seus próprios interesses.

Entendemos que essa luta ainda persiste nos dias atuais. Muito embora, em termos quantitativos³⁴ podemos observar uma ampliação, na essência a universidade ainda atende, principalmente, aos anseios e necessidades da classe dominante. Um dado importante a ser considerado é que ainda temos um número expressivo de analfabetos no Brasil: 12,9 milhões³⁵. Vieira Pinto em 1962, já afirmava que no Brasil a universidade “tem de ser dos ainda analfabetos, do contrário não é do país (PINTO,1962, p.159)”. Alerta que essa defesa deixará de ser utópica quando

a universidade tiver consciência de sua dependência das massas trabalhadoras, não se julgando apenas uma elite santificada [...] compreenderá que a ela pertencem não apenas os ‘alunos que estudam’, mas os milhões de ‘alunos que não estudam’, e por ora não tem nem sequer esperança de um dia estudar (PINTO, 1962, p.160).

O movimento pela reforma universitária na década de 1960 ocorreu de maneira distinta, em relação à reforma atual, que, como vimos, é caracterizada por inúmeras leis e projetos isolados que alteraram a forma da universidade, mas não seu conteúdo. Sobre esse aspecto, Vieira Pinto apresentou significativas reflexões.

Como foi visto, a função da universidade é algo de destaque na obra de Vieira Pinto e permite refletir sobre o caráter pragmático e muitas vezes alienador presente nos cursos superiores na atualidade. Esse pensador defende que é

³⁴ Segundo dados censo de 2011, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) as instituições de educação superior totalizam 2365, das quais, 190 universidades, 131 centros universitários, 2004 faculdades e 40 institutos federais e centros federais de educação tecnológica (IFPR/CEFET). Dessas instituições 88% são privadas e 12% públicas (4,75 estaduais, 4,3% federais e 3% municipais). Segundo o Censo, 5.746.762 alunos estão matriculados no ensino presencial e 992.927 na educação a distância. Os números demonstram que, no período 2010-2011, a matrícula em cursos de graduação nas universidades cresceu 7,9% na rede pública e 4,8% na rede privada. Desses, 95% (6,7 milhões) cursam a graduação: 1,7 milhão em universidades e instituições públicas de ensino e 5 milhões em universidades privadas.

³⁵ Fonte: <http://economia.uol.com.br/noticias/valor-online/2013/09/27/analfabetismo-no-brasil-cresce-em-2012-aponta-ibge.htm>. Data de acesso: setembro de 2013. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

necessário converter as universidades em um instrumento capaz de criar uma nova consciência estudantil, “[...] interessada em modificar a estrutura social antiga e injusta, substituindo-a por outra humana e livre (PINTO,1962, p.16)”.

Hoje, que função a universidade assume no contexto marcado por contradições, miséria material e intelectual? Não estamos afirmando com isso que esta instituição é capaz de alterar as bases materiais, mas pode com certeza ser um espaço de resistência, luta e questionamento social. Observamos que há uma defesa sobre a importância da educação superior, no entanto, o que se está assistindo no ensino superior é um verdadeiro esfacelamento das universidades públicas, o que prepara um cenário ideal para a privatização dessas instituições. Isto pode ser percebido pela escassez de recursos, pela criação de inúmeras instituições privadas e pelo aumento significativo de verbas públicas destinadas a estas últimas.

Uma outra lição deixada por Vieira Pinto trata do “fenômeno da expulsão”, entendido não como uma simples “proibição”, pois “os alunos que não entram na universidade só tem este destino porque as condições da sociedade brasileira atuam positivamente sobre eles, impedindo-os de alcançar os requisitos mínimos de cultura para a etapa mais alta dos estudos (PINTO, 1962, p.28)”. Esse fenômeno ainda é presente na atualidade e possibilita pensarmos sobre como se dá a entrada dos jovens na universidade. A procura por cursos noturnos que possibilite combinar estudo e trabalho foi e ainda é uma das alternativas para o acesso á universidade; o vestibular pode ser considerado como afirma Vieira Pinto “fogo de barragem” que exclui milhares e jovens; entretanto, mecanismos como o Exame Nacional de Cursos (ENEM), Programa Universidade para Todos (PROUNI), Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), Sistema de Cotas, entre outros, buscam amenizar esse processo de exclusão, mas ainda carecem de muita melhoria, reforma e/ou aperfeiçoamento.

A proposta de Vieira Pinto para a universidade e sua reforma, mesmo circunscrita nos limites e contradições do capital na década de 1960, nos permite observar que muitas lutas ainda permanecem, especialmente em relação à educação superior, pautada atualmente por um modelo marcado por:

racionalização de recursos, avaliações gerenciais como forma de controle, flexibilização da gestão, descentralização e privatização dos sistemas educacionais.

Ao término dessa investigação podemos observar a atualidade das ideias do autor aqui estudado e a necessidade de recuperar e analisar a obra de importantes pensadores brasileiros, como Álvaro Borges Vieira Pinto, que ainda é pouco conhecido nos meios acadêmicos, especialmente nos cursos de licenciatura, onde seus escritos poderiam oferecer grandes contribuições. A sensação que temos não é de uma pesquisa finalizada, mas de um convite para novos estudos e aprofundamentos sobre a produção desse importante filósofo brasileiro.

Como lembra Saviani (1987) “sua morte acontece em meio do desconhecimento senão à indiferença da intelectualidade e da opinião pública em geral”. Acreditamos que a recuperação das idéias de Vieira Pinto, como fizemos nessa investigação, pode contribuir para preencher uma das diversas lacunas sobre as investigações acerca do seu pensamento e ação.

6 REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves. A ação política dos intelectuais do ISEB. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org). **Intelectuais e política no Brasil**. A experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2005.

ALCANTARA, Brás. **ISEB, Comunista?** Revista Vozes: ano.53, dezembro de 1959.

ALENCAR, Chico et al. **História da Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Ao Livro Técnico, 1996.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues. **O nacionalismo popular e a crise do populismo no início dos anos 60**. Texto apresentado no XVII Simpósio Nacional de História ANPUH. São Paulo: USP, 1993. Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/downloads/v11_12_lucio.pdf. Data de acesso: julho de 2013.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Introdução à Filosofia da Ciência**. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

BANDEIRA, Alexandre E. **O conceito de tecnologia sob o olhar do filósofo Álvaro Vieira Pinto**. Revista Geografia Ensino&Pesquisa, v.15. n.01, jan/abr, 2011. Disponível em: <http://cascavel.cpd.ufsm.br/revistageografia/index.php/revistageografia/article/viewFile/228/157>. Data de acesso: fevereiro de 2012.

BERTONHA, João Fábio. **Fascismo, nazismo, integralismo**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

BOAVENTURA, Elias. **Universidade e Estado no Brasil**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Tese de doutorado, 1988.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995. (2 volumes).

BRASIL, MEC. Decreto n.37.608, de 14 de julho de 1955. In: **FUNDOS E CAMPANHAS EDUCACIONAIS** (Coletânea de Atos Oficiais). Volume 1. Departamento Nacional de Educação, 1959.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de Carvalho. **Reforma Universitária e os Mecanismos de Incentivo à Expansão do Ensino Superior Privado no Brasil (1964-1984)**. 01/06/2002.

CORTES, Norma. **Esperança e Democracia. As Idéias de Álvaro Vieira Pinto.** Doutorado. Instituto Universitário De Pesquisa Do Rio De Janeiro - Ciência Política (Ciência Política E Sociologia). Biblioteca Depositária: IUPERJ, 2001.

CORTES, Norma. **Esperança e Democracia: As idéias de Álvaro Vieira Pinto.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

COSTA NETO, Pedro Leão. **Sobre a institucionalização do ensino de filosofia no Brasil:** dois exemplos. Disponível em:

<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo2/054.pdf>. 2004. Data de acesso: agosto de 2013.

COSTA, Amilton. **A Luta pela Reforma Universitária:** Florestan Fernandes - 1964-1969. Maringá: Universidade Estadual de Maringá- Programa de Pós Graduação em Educação. Dissertação de Mestrado, 2005.

COSTA, Bianca Silva Costa. **O Ensino Superior na Ditadura Militar brasileira:** um olhar através da “Revista MEC”. 01/03/2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia na batalha das ideias e nas lutas políticas do Brasil de hoje. IN: FÁVERO, Osmar e SEMERARO, Giovani. **Democracia e Construção do Público no pensamento educacional brasileiro.**

CRUZ, Natália dos Reis. **O diálogo entre o moderno e o antimoderno no discurso da Ação Integralista Brasileira.** Revista Estudos Ibero-Americanos: Rio Grande do Sul, PUC, V.37, n.02, p. 196-214, jul/dez, 2011.

CUNHA, Janaina Dias. **A reforma universitária de 1968 e o processo de reestruturação da UFRGS (1964-1972):** uma análise da política educacional para o ensino superior durante a ditadura civil-militar brasileira. 01/02/2009.

CUNHA, Luiz Antonio. **Universidade Crítica:** o ensino superior na república populista. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CUNHA, Luiz Antonio. **Universidade Reformanda.** Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1988.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Uma lei da Reforma Universitária e seus itinerários.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.35, p. 59-75, set.2009.

DANIEL, Jussara Strazzeri Brinco. **A Reforma Universitária de 1968 e as mudanças no vestibular da Universidade Severino Sombra:** 1973-1986. 01/09/2003.

FAVERI, J. E (2006). **Álvaro Vieira Pinto: trajetória, filosofia e contribuições à educação libertadora.** Doutorado. Universidade Federal de São Carlos – Educação. Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitária da UFSCar, 2006.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. **Anísio Teixeira e Universidade do Distrito Federal**. Revista Brasileira de História da Educação n° 17 maio/ago. 2008.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFPRJ, 1995.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **A Universidade Brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1977.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Anísio Teixeira e a UDF: Que lições nos oferecem?** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. v.17, n.1, 2001.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. Quarenta anos da reforma universitária: significado, questões e desafios. IN: MANCEBO, Deise; SILVA JÚNIOR, J. dos Reis et al. **Reformas da Educação Superior: cenários passados e contradições do presente**. São Paulo: Xamã, 2009.

FERNANDES, Florestan. O significado da ditadura militar. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org). **1964 Visões críticas do golpe: Democracia e Reformas no Populismo**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1997.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o Populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2010.

FILHO, Clovis de Figueiredo Neves. **O Movimento pela Reforma Universitária (1950-1970)**. 01/03/1999.

FILHO, Evaristo de Moraes. A Proto-história do marxismo no Brasil. IN: FILHO, Daniel Aarão Reis et al. **História do Marxismo no Brasil o impacto das revoluções**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.

FREITAS, Marcos César. **A Personagem Histórica e sua Trama: Álvaro Vieira Pinto na História Intelectual da Revolução Brasileira**. Doutorado. Pontifícia Universidade Católica De São Paulo – Educação. Biblioteca Depositária: PUC – SP, 1997.

FREITAS, Marcos César. **Álvaro Vieira Pinto: a personagem histórica e sua trama**. São Paulo: Ed. Cortez, 1998.

FREITAS, Marcos César. **Economia e Educação: a contribuição de Álvaro Vieira Pinto para o estudo histórico da tecnologia**. Revista Brasileira de Educação. V.11. n.31. jan/abr, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a07v11n31.pdf>. Data de acesso: fevereiro de 2012.

GADOTTI, Moacir. Prefácio. In: ROUX, Jorge. **Álvaro Vieira Pinto: nacionalismo e terceiro mundo**. São Paulo: Editora Cortez, 1990.

GOMES, Ângela Castro. O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil: Notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2010.

GORENDER, Jacob. Era o golpe inevitável? In: TOLEDO, Caio Navarro (Org). **1964 Visões críticas do golpe: Democracia e Reformas no Populismo**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Introdução ao estudo da Filosofia de Benedetto Croce. Volume 1. Tradução, organização e introdução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Maquiavel Notas sobre o Estado e a Política. Volume 3. Tradução, organização e introdução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos**. Organização, introdução e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IVANOV, K. **A doutrina dos países ricos e pobres**. São Paulo: Ed. Estampa, 1975. (Cadernos Políticos).

JAGUARIBE, Hélio. **ISEB - Um breve depoimento e uma reapreciação crítica**. Cadernos de opinião. Rio de Janeiro, v.14. p.94-110, out/nov de 1979.

JAGUARIBE, Hélio. O ISEB e o desenvolvimento nacional. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org). **Intelectuais e política no Brasil**. A experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2005.

JUNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

KONDER, Leandro. **Consciência e Realidade Nacional – Álvaro Vieira Pinto**. Revista Estudos Sociais, 12: 504-509, 1962.

KONDER, Leandro. **História das Idéias Socialistas no Brasil**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2003.

LEBRUN, Gerard. A “realidade nacional” e seus equívocos. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org). **Intelectuais e política no Brasil**. A experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2005.

LIMA, Michelle Fernandes. **A Universidade Necessária ao Brasil na década de 1960 na visão de Roque Spencer Maciel de Barros**. Revista Linguagem, Educação e Sociedade (UFPI), v. 22, p. 17-48, 2010.

LIMA, Michelle Fernandes. **Roque Spencer Maciel de Barros: pensamento e intervenção na Reforma Universitária de 1968.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, 2005.

LIMA, Michelle Fernandes. **Roque Spencer Maciel de Barros: pensamento e ação na Reforma Universitária de 1968.** 18/03/2005.

LOVATTO, Angélica. **Ênio Silveira e os Cadernos do povo brasileiro: nacionalismo e imperialismo nos anos 1960.** Artigo publicado no Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Universidade Estadual de Londrina, setembro de 2010. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt8/10_angelicalovatto.pdf. Data de acesso: agosto de 2013

MAINARDES, Jefferson. Relatório final da pesquisa: **Reconstrução histórica da vida e obra de Álvaro Vieira Pinto (1909-1987).** Departamento de Educação. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1992 (Material não publicado, cedido pelo autor).

MARTINI, Renato. **Álvaro Vieira Pinto: massas, nacionalismo e cultura na realidade social.** Doutorado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araraquara – Sociologia. Biblioteca Depositária: Faculdade de Ciências e Letras, 2008.

MARX, Karl. Carta a P. V. Annenkov. In **A Miséria da Filosofia** - Global Editora, 2ª edição 1989, São Paulo.

MARX, Karl. Introdução à crítica da economia política. In: _____. **Contribuição a crítica da economia política.** 2 ed. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. Posfácio da 2ª edição. In: _____. **O capital: crítica da economia política.** 8. ed. Tradução de Reginaldo Santana. São Paulo: Difel, 1982.

MICHELOTTO, Regina Maria - Os Intelectuais e a Crítica da Cultura, in: GUADALUPE, Sueli et al - **Marx, Gramsci e Vigotski: Aproximações,** Editora Cultura Acadêmica: Marília, SP, 2009.

MICHELOTTO, Regina Maria. **A liberação do acesso e a extensão como estratégia de democratização da universidade:** a experiência da Itália e do Brasil. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, 1999.

MICHELOTTO, Regina Maria. **Democratização da educação superior o caso de Cuba.** Curitiba: Editora UFPR, 2010.

MINTO, Lalo Watanabe. Verbetes “ Acordos MEC- USAID. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_mec-usaid%20.htm. Data de acesso: julho de 2012.

MORAES, Denis. **A esquerda e o golpe de 64**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

NETO, Pedro Leão Costa. Sobre a institucionalização do ensino de Filosofia no Brasil: dois exemplos. Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação. Educação Escolar em Perspectiva Histórica. PUC/PR. Curitiba-PR, 2004. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo2/054.pdf>. Data de acesso: junho de 2013.

NEVES, Lucilia Almeida de. Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org). **1964 Visões críticas do golpe: Democracia e Reformas no Populismo**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1997.

NICOLATTO, Maria Auxiliadora. **Os caminhos da lei 5540-1968: a participação de atores na definição da Reforma Universitária**. UFMG, 1986

NISKIER, Arnaldo. **Educação Brasileira**. 500 anos de História 1500-2000. Rio de Janeiro: Ed. Consultor, 1996.

NOSELLA, Paolo e Buffa, Ester. **Qual Compromisso Político?** Editora da Universidade São Francisco, Estudos CDAPH, Série História & Ciências Sociais, Bragança Paulista, SP, 2002.

ODÁLIA, Nilo. O Brasil nas relações internacionais. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Ed. Difusão Editorial, 1981.

OLIVEIRA, Francisco. Dilemas e perspectivas da economia brasileira no pré 64. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org). **1964 Visões críticas do golpe: Democracia e Reformas no Populismo**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1997.

PELEGRINI, Sandra De Cássia Araújo. **O movimento estudantil brasileiro nos anos 60 e a reforma universitária**. 01/10/1993. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **A Universidade Necessária**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 5 ed, 1991.

ROCHA, Dário do Carmo Rocha. **A UNE e a reforma universitária: as motivações históricas e a luta dos estudantes por um projeto de universidade**. 01/03/2005.

RODRIGO, Lúgia Maria. **O nacionalismo no pensamento filosófico**: aventuras e desventuras da filosofia no Brasil. Petrópolis. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1988.

ROTHEN, José Carlos. Os bastidores da Reforma Universitária de 1968. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 103, p. 453-475, maio/ago. 2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

ROUX, Jorge. **Álvaro Vieira Pinto**: nacionalismo e terceiro mundo. São Paulo: Editora Cortez, 1990.

SADER, Emir. Cuba no Brasil: influências da revolução cubana na esquerda brasileira. IN: FILHO, Daniel Aarão Reis et al. **História do Marxismo no Brasil o impacto das revoluções**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.

SANTAYANA, George (contra capa). In: CUNHA, Luiz Antonio e Góes, Moacyr. **O Golpe na Educação**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1999.

SANTOS, Eder Fernando. **O ensino superior no Brasil e os “Acordos MEC/USAID”**: o intervencionismo norte-americano na educação brasileira. Dissertação de mestrado do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. Campinas: Ed. Autores Associados, 1996.

SAVIANI, Dermeval. Verbete: Álvaro Borges Vieira Pinto. IN: FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque e BRITTO, Jader Medeiros de. **Dicionário de educadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC: Inep, 1999.

SAVIANI, Demerval. **“Tributo a Álvaro Vieira Pinto”**. *Educação & Sociedade*, n. 27, p. 147-49, set. 1987.

SCHLESENER, Anita. **Antonio Gramsci e a Política Italiana**: pensamento.polêmicas.interpretação. Curitiba: UTP, 2005.

SHEEN, Maria Rosemary Coimbra Campos. **Política Educacional e Hegemonia**: a criação das primeiras universidades no Paraná. Universidade Estadual de Campinas: Faculdade de Educação. Tese de doutorado, 2000.

SHEEN, Maria Rosemary. Estado e Educação no Brasil: análise história do contexto de criação das universidades estaduais do Paraná na década de 60. IN SHEEN, Maria Rosemary (org.). **Recortes da História de uma Universidade Pública**. Maringá: Eduem, 2001.

SILVA, Antonio Ozaí. **Esboço para a história da esquerda no Brasil**. Publicado originalmente em Espaço Plural, revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná – CEPEDAL, órgão de apoio do Centro de Ciências

Humanas, Educação e Letras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon (PR), p.155-164, 2009.

SILVA, Antonio Ozaí. Os intelectuais diante mundo: engajamento e responsabilidade. Revista Espaço Acadêmico, n.29, outubro de 2003. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/029/29pol.htm>. Data de acesso: agosto de 2013.

SIMON, Cristiano Gustavo **O debate sobre a universidade pública brasileira - 1968/88**: autonomia e avaliação. 01/05/2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. Era o golpe inevitável?. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org). **1964 Visões críticas do golpe**: Democracia e Reformas no Populismo. São Paulo: Ed. Unicamp, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História do ISEB**. Revista Temas de ciências humanas. Vol. 1: São Paulo, 1977.

SOUZA, Amaury. **Março ou Abril?** Uma bibliografia comentada sobre o movimento político de 1964 no Brasil. In: Revista Dados. Publicação Semestral do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1966.

SOUZA, Edson Rezende. **O ISEB e o nacional-desenvolvimentismo: a intelligentsia brasileira nos anos 50**. Revista Contemporâneos: n.04, mai-out, 2009.

TOLEDO, Caio Navarro. Intelectuais do ISEB, Esquerda e Marxismo. In: MORAES, João Quartim (Org). **História do Marxismo no Brasil**: Teorias e interpretações. Campinas: Editora Unicamp. 2007.

TOLEDO, Caio Navarro. **ISEB: Fábrica de Ideologias**. São Paulo: Editora Ática, 1978.

TOLEDO, Caio Navarro. ISEB: ideologia e política e a conjuntura do golpe de 1964. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org). **Intelectuais e política no Brasil**. A experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2005.

TOLEDO, Caio Navarro. **A Modernidade democrática da esquerda**: adeus à revolução? In: Crítica Marxista, v. 1, n. 1, 1994, p. 27 – 37

VEIGA, Laura. **Os projetos educativos como projetos de classe**: estado e universidade no Brasil (1954-1964). *Revista educação e sociedade*. Campinas, n. 11, p. 25 -71, jan. 1982.

VIEIRA, Carlos Eduardo. O historicismo gramsciano e a pesquisa em educação. Santa Catarina: Revista Perspectiva, v.11, n.20, 1993. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/issue/view/579/showToc>. Data de acesso: março de 2012.

VIEIRA PINTO, Álvaro Borges. **A questão da Universidade**. Editora Universitária, 1962.

_____. **A sociologia dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

_____. **Consciência e realidade nacional: a consciência ingênua**. Rio de Janeiro: ISEB, 1960 (Volume 1).

_____. **Consciência e realidade nacional: a consciência crítica**. Rio de Janeiro: ISEB, 1960 (Volume 2).

_____. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: ISEB, 1956.

_____. **Indicações metodológicas para a definição do subdesenvolvimento**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Belo Horizonte, v.3, n.2, jul. 1963.

_____. **Por que os ricos não fazem greve?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962b.

_____. **Sociologia dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2008.

_____. **Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. **El pensamiento crítico en demografía**. Santiago do Chile: CELADE, 1973.

_____. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, Rio de Janeiro, 2005. v.1 e 2.

VIEIRA, Sofia Lerche. Reforma Universitária: ecos de 1968. In: MANCEBO, Deise et al. **Reformas da educação superior: cenários e contradições do presente**. São Paulo: Ed. Xamã, 2009.

VILAÇA, Antonio Carlos. **I.S.E.B.** Revista Vozes: ano. 53, dezembro de 1959.